



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

EMMANUEL FRADET

**Crise sistêmica no Haiti: elementos de resoluções a partir do ideário
político-educativo de Paulo Freire.**

**CUIABÁ - MT
2025**

EMMANUEL FRADET

Crise sistêmica no Haiti: elementos de resoluções a partir do ideário político-educativo de Paulo Freire.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Marcos de Jesus

CUIABÁ-MT
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

F799c Fradet, Emmanuel.

Crise sistêmica no Haiti: elementos de resoluções a partir do ideário político-educativo de Paulo Freire. [recurso eletrônico] / Emmanuel Fradet. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 96 f., il., pdf). -- 2025.

Orientador: Rodrigo Marcos de Jesus.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>. Inclui bibliografia.

1. Crise haitiana. 2. Educação colonial. 3. Educação libertadora. 4. Política libertadora. I. Marcos de Jesus, Rodrigo, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “CRISE SISTÊMICA NO HAITI: ELEMENTOS DE RESOLUÇÕES A PARTIR DO IDEÁRIO POLÍTICO-EDUCATIVO DE PAULO FREIRE ”

AUTOR (A): MESTRANDO: Emmanuel Fradet

Dissertação defendida e aprovada em **28 DE MARÇO DE 2025**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. **Rodrigo Marcos de Jesus (UFMT)** (Presidente/Orientador)
Prof. Dr. **Bernardo Gonçalves Alonso (UFMT)** (Examinador Interno)
Prof. Dr. **Eduardo David de Oliveira (UFBA)** (Examinador externo)
Prof. Dr. **Luiz Paulo da Cas Cichoski (UFMT)** (Suplente)

CUIABÁ 28/03/2025



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MARCOS DE JESUS**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 31/03/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO GONCALVES ALONSO**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 01/04/2025, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo David de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 14/04/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL FRADET**, **Usuário Externo**, em 14/04/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7764691** e o código CRC **9E5F6F1A**.

Referência: Processo nº 23108.017233/2025-13

SEI nº 7764691

Dedico este trabalho ao meu primo Wilbert Edward Fader e aos meus tios Sardieu Saint Ange e Justin Ernest Petit-Frère. Considero-os os heróis da minha reencarnação social.

A toda a minha família e àqueles que acreditam e trabalham por um Haiti melhor.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos membros da minha família que sempre me apoiaram e me incentivaram a seguir em frente.

Aos coordenadores da seção filosófica da UFMT que me auxiliaram na integração ao novo ambiente universitário, em especial ao meu orientador.

Um agradecimento especial a CAPES que me ajudou financeiramente durante esse processo de estudo universitário.

RESUMO

O Haiti enfrenta uma série de crises e desafios que têm sido abordados por diversas iniciativas nacionais e internacionais. No entanto, soluções eficazes e duradouras que correspondam às aspirações da nação haitiana ainda não foram encontradas. Curiosamente, a educação do povo haitiano é raramente mencionada pelos especialistas em gestão de crises como um elemento crucial para a manutenção da paz e prosperidade no país. O Haiti vive uma realidade marcada por turbulência política, insegurança, corrupção no aparato estatal e na elite econômica. Esta má gestão dos assuntos públicos têm impactos devastadores na população, exacerbando a pobreza, o desemprego, a falta de cuidados de saúde e a ausência de uma educação de qualidade. Esses fatores desmotivam a população, que, sem sentido de patriotismo, busca melhores oportunidades em outros países. Inspirando-se no passado do Haiti, é possível identificar as causas profundas das crises atuais. A história de colonização, exploração e opressão deixou cicatrizes profundas na estrutura social, política e econômica do país. Esta herança colonial continua a influenciar negativamente a gestão pública e a qualidade de vida dos haitianos com uma educação colonial. A educação proposta por Freire é uma arma de instrução em massa, vital na luta contra a alienação e a aceitação resignada do destino imposto. É urgente promover uma descolonização mental para dismantelar o sistema que impede o desenvolvimento do ser haitiano e do país. A abordagem de Paulo Freire propõe uma política libertadora, focada em reformas estruturais que mudem radicalmente a maneira como a política é conduzida. A educação deve ser uma prioridade para o progresso de qualquer país. No Haiti, uma educação libertadora e democrática é fundamental para combater a alienação mental e o sistema educacional colonial que perpetua a opressão. Para transformar a mentalidade da população, é necessária uma revolução social que promova a consciência crítica e a emancipação. A educação deve capacitar os cidadãos a enfrentar as estruturas opressoras e fortalecer o patriotismo e o compromisso com o desenvolvimento nacional. Inspirada nos princípios de Paulo Freire, essa abordagem educacional representa uma alternativa real às crises do país, oferecendo caminhos para um desenvolvimento sustentável e uma verdadeira prosperidade.

Palavras-chave: Crise haitiana; Educação colonial; Educação-Política libertadora.

ABSTRACT

Haiti faces a series of crises and challenges that have been addressed by various national and international initiatives. However, effective and lasting solutions that correspond to the aspirations of the Haitian nation have not yet been found. Interestingly, the education of the Haitian people is rarely mentioned by crisis management experts as a crucial element for maintaining peace and prosperity in the country. Haiti lives in a reality marked by political turmoil, insecurity, corruption in the state apparatus and the economic elite. This mismanagement of public affairs has a devastating impact on the population, exacerbating poverty, unemployment, lack of healthcare and the absence of quality education. These factors demotivate the population, who, lacking a sense of patriotism, seek better opportunities in other countries. Drawing inspiration from Haiti's past, it is possible to identify the root causes of the current crises. The history of colonization, exploitation and oppression has left deep scars on the social, political and economic structure of the country. This colonial legacy continues to negatively influence public management and the quality of life of Haitians with a colonial education. Education, as proposed by Freire, is a weapon of mass instruction, vital in the fight against alienation and the resigned acceptance of imposed destiny. It is urgent to promote a mental decolonization to dismantle the system that impedes the development of the Haitian being and the country. Paulo Freire's approach proposes a liberating policy, focused on structural reforms that radically change the way politics is conducted. Education must be a priority for the progress of any country. In Haiti, a liberating and democratic education is essential to combat mental alienation and the colonial educational system that perpetuates oppression. To transform the mentality of the population, a social revolution that promotes critical consciousness and emancipation is necessary. Education must empower citizens to confront oppressive structures and strengthen patriotism and commitment to national development. Inspired by the principles of Paulo Freire, this educational approach represents a real alternative to the country's crises, offering paths to sustainable development and true prosperity.

Keywords: Haitian crisis; Colonial education; Education-Liberation politics.

REZIME

Ayiti ap fè fas ak yon seri kriz ak defi ke plizyè inisyativ nasyonal ak entènasyonal la abode. Sepandan, nou poko jwenn okenn solisyon efikas ak dirab ki koresponn ak aspirasyon nasyon ayisyen an. Li enteresan pou note ke edikasyon pèp ayisyen an raman mansyone pa ekspè nan jesyon kriz kòm yon eleman enpòtan pou vini ak lapè epi pwosperite nan peyi a. Ayiti ap viv yon reyalite ki make pa twoub politik, ensekirite, koripsyon nan aparèy leta ak elit ekonomik la. Move jesyon zafè piblik sa a gen konsekans devastatè sou popilasyon an, agrave lamizè, chomaj, mank swen sante ak absans bon jan kalite edikasyon. Faktè sa yo demotive popilasyon an, ki san yon sans patriyotis, chèche pi bon opòtinite nan lòt peyi yo. Enspire nan pase Ayiti, li posib pou idantifye rasin kriz aktyèl yo. Istwa kolonizasyon, eksplwatasyon ak opresyon lage gwo mak sou estrikti sosyal, politik ak ekonomik peyi a. Eritaj kolonyal sa a kontinye enfluyans yon fason negatif jesyon piblik ak kalite lavi ayisyen ki gen yon edikasyon kolonyal. Edikasyon Freire pwopoze a se yon zam ansèyman an mas, vital nan batay kont alyenasyon ak akseptasyon reziyen yon desten enpoze. Li ijan pou nou ankouraje dekolonizasyon mantal pou kraze sistèm ki anpeche devlopman ayisyen ak peyi a. Apwòch Paulo Freire pwopoze yon politik liberasyon, konsantre sou refòm estriktirèl ki chanje radikalman fason politik la fèt. Pou nenpòt peyi ki vle pwogrese, edikasyon dwe yon priyorite nan ajanda politik la. Nan kontèks ayisyen an, yon edikasyon liberasyon ak demokratik esansyèl pou konfwonte alyenasyon mantal la ak sistèm edikatif kolonyal la ki ap kontinye ak opresyon an. Pou chanje estrikti pansè negatif nan popilasyon an jeneral, li nesesè ankouraje yon revolisyon sosyal konplè. Revolisyon sa a dwe gen enpak sou sosyete a an antye, ankouraje yon konsyans kritik ak emansipatè. Edikasyon, nan kontèks sa a, dwe konsidere kòm yon mwayen pou pèmèt sitwayen yo rekonèt ak konbat estrikti opresyon an pandan yap ankouraje yon sans renouvle patriyotis ak angajman nan devlopman nasyonal. Avni Ayiti depann de yon apwòch transfòmatri ki ale pi lwen pase solisyon tanporè yo. Entegrasyon yon edikasyon liberatris ak demokratik ki baze sou prensip Paulo Freire yo ta ka kle pou rezoud kriz pwofon peyi a ap fè fas. Apwòch sa a non sèlman ofri yon fason pou sòti nan kriz aktyèl la, men tou, renouvle espwa pou devlopman dirab ak pwosperite Ayiti.

Mo kle: Kriz ayisyen; Edikasyon kolonyal; Edikasyon-Politik liberatris.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	HISTÓRIA E ATUAL SITUAÇÃO DE CRISE NO HAITI	19
2.1	Crise multifacetada	19
2.2	Fraqueza institucional	32
2.3	Migração, causa e consequência	42
2.4	Síntese	52
3	EDUCAÇÃO POLÍTICA, UMA SAÍDA DA CRISE COM PAULO FREIRE	54
3.1	Educação colonial	54
3.2	Educação libertadora	65
3.3	Política libertadora	77
3.4	Síntese	86
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
5	REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade está repleta de belas invenções científicas e tecnológicas, achados arqueológicos e muito mais. No entanto, o mundo contemporâneo enfrenta grandes desafios. Problemas relacionados com o clima, ameaças de guerra, pobreza, progresso... Problemas de aceitação de homens e mulheres na sua diferença. Precisamos nos acostumar a enfrentar juntos os desafios que o mundo enfrenta. Para estarmos preparados para enfrentar outros maiores no futuro. Porque, “[...] a história tende a ser uma sucessão de crises” (Bursztyn; Leitão; Chain, 1984, p. 28).

Os maiores países industrializados são afetados por fenômenos de distúrbios violentos. Isso tem um impacto direto ou indireto nos países menos avançados em termos de desenvolvimento, estrutura e economia. Isso nos mergulha em repetidas crises. Nesse caso, podemos repetir com Bursztyn (1984) que a crise é uma constante da história. O que está acontecendo no mundo diz respeito a todos nós, quem desenvolve o espírito crítico deve buscar constantemente perspectivas de resolução. Este trabalho de pesquisa quer se concentrar no Haiti. Um país com uma história particular que passa por momentos de grande tensão na sua história e que parece perdurar ao longo do tempo.

Desde o início, vemos que este país está passando por momentos de grande turbulência política, dificuldades econômicas, violência de gangues armadas contra civis e tantos outros crimes hediondos. Falando tecnicamente, usamos o termo crise sistêmica para qualificar sua realidade. Uma compreensão do conceito de crise nos esclarecerá ainda mais. A partir dessas raízes gregas, crise significa etimologicamente “ruptura, conflito, luta, expressando uma inconformidade estrutural entre um processo e seu princípio regulador” (Bursztyn; Leitão; Chain, 1984, p. 27). O que se traduz no fato de que, na sociedade haitiana, há uma luta interna entre opositores políticos, os seus apoiantes armados e bandidos em todas as áreas do país contra a polícia que se alastra e perturba a estrutura básica da nação. Em tempos de crise, são necessárias instituições fortes para recuperar-se no país e não cair em uma situação mais grave e caótica.

Paulo Freire¹, por meio de sua competência, pedagogia e perícia no campo da alfabetização, servirá como nosso mentor neste trabalho de pesquisa sobre as causas

¹ Paulo Freire é um filósofo e pedagogo brasileiro. Ele é mais conhecido por seus esforços de alfabetização voltados para adultos de origem pobre, uma alfabetização militante, concebida como um meio de luta contra a opressão. Para ele, o objetivo da educação é a liberdade do homem e da mulher. Ele usa o termo “educação libertadora” para mostrar como o homem pode sair da opressão e tornar-se um ator consciente de sua própria realidade e do mundo chamado a transformar.

profundas dos problemas enfrentados pelo Haiti. Com suas ideias, propomos formas de sair desse mal endêmico que o país atravessa. Olhando para a situação no Haiti, deve-se perguntar se os atores políticos e econômicos e as mentes sábias da consulta popular não têm uma alternativa que possa ser usada para colocar o país no caminho do desenvolvimento. Já estamos tentando com muitos métodos, sem resultados duradouros e concretos. De nossa parte, propúnhamos um novo olhar como elemento capaz de auxiliar o país a sair desse labirinto: uma educação democrática. Para resolver um problema é preciso ir além, buscar conhecer a essência do problema. Paulo Freire (1987) em sua reflexão sobre a pedagogia tinha muita razão ao afirmar que a educação muda a pessoa e a pessoa muda o mundo. Outra maneira de dizer que a educação é o elemento mais importante de uma pessoa. E sua própria essência. Então, é importante mexer no sistema educacional que o haitiano está recebendo para tentar ver se não faz parte dos problemas a serem resolvidos. Assumimos o dever de “levantar o véu” sobre a realidade haitiana e tentar fazer com que cada haitiano entenda que a situação no país não é normal e aceitável para viver como homem e mulher, filho e filha deste século. Todos devem tomar consciência de seu próprio estado e da sociedade e trabalhar pelo bem-estar individual e coletivo.

Uma abordagem crítica da sociedade haitiana nos coloca diante de uma questão que requer uma resposta clara e exaustiva. O que está impedindo o país de se estabilizar adequadamente e entrar no caminho do desenvolvimento? Questão relevante que abordaremos no plano político e educacional.

Ao longo da história do país, um dos principais males que assolam a sociedade é a corrupção. Nos últimos tempos, ganhou maior extensão com o fenômeno do bandido legal². Todos os setores da vida nacional são afetados por esse problema de corrupção generalizada causada pela falta de senso de responsabilidade de quem tem a administração da cidade. Segundo Leslie Péan (2012, p. 57-61) que cita Serge Moscovici: “As representações sociais são entidades quase tangíveis. Circulam, cruzam-se e cristalizam-se constantemente por uma palavra, de um gesto, de um encontro, no nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas estão imbuídas dela”. A corrupção e a impunidade são fenômenos desestabilizadores no país. Uma espécie de violação estrutural dos direitos do homem e da mulher “constituem, sob todos esses aspectos, a mais perigosa conspiração contra o

² A legalização do banditismo. Realidade cantada pelo músico e ex-presidente Michel Joseph Martelly. Uma das figuras de proa indexadas na corrupção do país. Seu nome é citado no esbanjamento do fundo PETROCARIBE que foi responsável pelo desenvolvimento do país. Ver Duval (2018).

desenvolvimento” (Kelly, 1969, p. 183). As autoridades envolvidas em garantir a segurança do Estado parecem impotentes. Porque são os mesmos altos funcionários políticos que buscam cargos-chave no governo em favor desses apoiadores mais próximos. Nada é feito por competência. Nesse caso, a lei que deveria ser a garantia da boa gestão da coisa comum torna-se tão fraca e partidária que mergulhamos no caos. Todo governo produz e protege a corrupção. “O Estado não representa o bem comum, mas os interesses da classe dominante, ou seja, de parte da sociedade civil” (Stein, 1984, p. 13). Isso tem um impacto negativo direto na população, que ainda espera uma boa governança com total transparência.

A corrupção não afeta apenas o desenvolvimento econômico por meio de seus efeitos sobre a eficiência e o crescimento econômico; também afeta a redistribuição equitativa de renda, amplia as desigualdades de renda, prejudica a eficácia dos programas sociais e, em última análise, resulta em níveis mais baixos de desenvolvimento humano (Chêne, 2014, n.p).

O país parece um lugar de ilegalidade. Tudo é permitido, menos coisas boas como: mudança positiva, estado de direito, soberania do Estado, justiça social e respeito pela dignidade de homens e mulheres. O Haiti é, portanto, um dos dez países mais corruptos do mundo (Brodeur, 2012, p. 50-56). Estamos tão acostumados ao desconforto que recusamos qualquer contato com aqueles que podem nos dizer que estamos no caminho errado com o futuro de toda uma nação. Muitas tentativas de explicar e compreender a realidade social e política do Haiti chegam às mesmas conclusões. Para Mats Lundhal citado por Laënnec Hurbon (2001), a natureza do estado haitiano é como um estado predatório cujo modo de operação está na origem do subdesenvolvimento do país. Lesly Péan (2012) tem razão ao afirmar isso a respeito dessa realidade, a corrupção se incorporou em nossas estruturas mentais, em nossa realidade, a ponto de se tornar completamente normal alguns praticá-la e outros defendê-la. Dito isto, existem grandes “atores corruptos”³ que lidam com a corrupção ativa e pessoas que controlam o judiciário, a mídia, aqueles que controlam a opinião pública para garantir que tudo corra bem sem causar escândalo social. Entretanto, a população não tem controle sobre a gestão dos bens comuns.

Esse mal endêmico continua sendo um fenômeno a ser revertido. “Os recursos necessários para realizar tarefas estão concentrados no topo da hierarquia” (Stein, 1984, p. 16). Em suma, é necessário travar uma luta multifacetada contra este fenômeno desestabilizador de qualquer governo e de todos os setores da vida nacional. Deve ser

³ Referimo-nos a altos funcionários do Estado que desviam fundos, utilizam falsificações e outros meios. No relatório, os locais onde se encontram as autoridades estaduais são indexados. Ver Ver DUVAL (2018).

identificado nessas áreas de atividades mais fortes. Corrupção na esfera política interna da pátria e nas relações com outros países, na economia, no sistema judicial. “É essencial enfrentar os elementos culturais que favorecem a sua institucionalização, de forma a dar um impulso ao desenvolvimento do país” (Brodeur, 2012, p. 50-57). Este problema de corrupção é uma evidência conclusiva que nos faz ver claramente o mau funcionamento da sociedade haitiana. Queremos ir mais longe, no fundo desta realidade, para tentar encontrar a causa da má governança da nação. Devemos considerar o impacto da corrupção no Haiti. Procurar e propor meios para combater este flagelo que prejudica consideravelmente o desenvolvimento do país. Transformar uma sociedade enfraquecida e vulnerável numa sociedade habitável, mais justa e humana.

Olhando para a realidade do Haiti, há dois aspectos mais amplos que realmente precisamos considerar ao procurar a causa raiz desta crise. Eles têm uma ligação estreita entre si. Primeiro, o sistema educacional do país; segundo, seu sistema político. A primeira para educar o homem na cultura do respeito às leis e à dignidade humana e a segunda tem a missão de criar harmonia que promova a convivência em sociedade. Como diz Marcel Prélôt, relatado por Palhares Moreira Reis (1978), o regime político surge das formas de educar as pessoas sendo o conjunto ordenado das instituições vivas de um país em um dado momento. Nesse caso, podemos insinuar que a política é fruto da educação e vice-versa. Essa união entre política e educação, que deveria ocorrer em todos os tipos de regimes políticos, não se consuma no Haiti. De acordo com informações publicadas pelo Ministério da Educação Nacional para o ano acadêmico 2005-2006, temos dados de um censo de escolas no Haiti.

Foram identificadas 15.268 escolas básicas de 1.º e 2.º ciclos⁴, das quais 1.241 públicas e 14.027 privadas: 2.189 escolas básicas de 3.º ciclo e escolas secundárias, incluindo 208 escolas secundárias e 1.981 colégios de ensino secundário. 2.106.805 alunos matriculados, dos quais 390.618 no setor público e 1.716.187 no setor privado do 1º e 2º ciclo do ensino básico e 584.954 alunos, dos quais 148.345 no setor público e 436.609 no setor privado do 3º ciclo básico e secundário (Ministère de l'éducation nationale, Haiti-Reference).

Dados estatísticos mais recentes sobre a atividade escolar no Haiti, ano 2013-2014, nos dão mais informações sobre a quantidade de escolas, sua localização geográfica e o número de professores e alunos.

⁴ O sistema educacional haitiano compreende o ensino fundamental, dividido em três níveis (educação básica, 1º círculo, do 1º ao 4º ano escolar, segundo ciclo, do 5º ao 6º ano escolar, terceiro ciclo, 7º ao 9º ano escolar) e o ensino médio de 4 anos (do 3º ano do ensino médio ao último ano).

O Haiti tem 17.828 escolas, 56% das quais estão em áreas rurais e 44% em áreas urbanas.
 88% dessas escolas não são públicas e apenas 12% são públicas
 88.227 professores no sistema educacional de Haiti
 1 professor para 36 alunos (em média);
 77% das crianças frequentam a escola (2013);
 72% dos alunos são maiores de idade;
 26,73% dos professores do setor público são graduados pela École Normale Supérieure, em comparação com 13% no setor não público (Ministère de l'éducation nationale, Haiti-Reference).

Diante desses fatos, podemos dizer que o Estado não tem controle sobre a educação que está sob a tutela do setor privado. A educação torna-se um luxo no país, porque na maioria das vezes os pais não têm meios econômicos suficientes para enviar dois ou três filhos para uma instituição privada. A alfabetização da grande maioria da população permanece e continua sendo um obstáculo a ser superado. Note-se que “nos últimos anos, a escola experimentou diferentes ondas de críticas às quais reagiram medidas internas ao sistema” (Stein, 1984, p. 25). Apesar dessas críticas, não conseguimos encontrar a fórmula pedagógica certa para padronizar a educação no país e torná-la acessível a todos. As mentes sábias do país devem encontrar uma nova abordagem educacional capaz de atender às expectativas da população. Afirmamos com Celso Kelly (1969) que, sem sua elite intelectual, nenhuma nação progride, e a elite intelectual não deve ser confundida com a elite social ou econômica, esta última resultante de contingências e efeitos tão diversos, muitas vezes predatória. Neste caso, Paulo Freire na qualidade de professor nos oferece uma solução que consiste nisto: os intelectuais haitianos devem sair do seu ego exagerado com uma língua francesa que cria uma barreira entre eles e as pessoas comuns. Convida-os a iniciar o processo de diálogo construtivo com o povo, para promover um processo de educação com um objetivo principal. Para Freire, “Este diálogo, como exigência radical da revolução, responde a outra exigência radical dos homens como seres que não podem estar fora da comunicação, pois são comunicações” (Freire, 1987, p. 72).

Para isso, precisamos de homens e mulheres competentes na administração de cada setor-chave do país para colocar seu saber fazer a serviço da nação. Outra forma de dizer que devemos acabar com o recrutamento de cargos por partidarismo, mas sim por competência técnica e política. Esta nova educação, indispensável ao bem-estar da população, é, segundo Paulo Freire (1967), uma educação para a tomada de decisão, para a responsabilidade social e política da nação que envolve a democratização da educação. Esta abordagem deve ser coordenada pelo Estado para o bem das gerações futuras. O Estado deve assumir a sua responsabilidade na educação dos filhos e filhas da nação.

Continua a ser um dever do Estado garantir a educação a todos estes cidadãos. Uma boa educação para todos. Portanto, esta proposta feita ao governo de elaborar uma pedagogia capaz de educar a população a ser homens e mulheres importantes a serviço do povo é um direito inalienável de todos. “O direito à educação, emanado da Declaração Universal dos Direitos Humanos, encontra-se na mais autêntica filosofia democrática, na política de valorização humana e não será alheio a nenhum regime, pois todos estão hoje comprometidos com o objetivo do desenvolvimento pela educação” (Kelly, 1969, p. 28).

Portanto, o Estado deve assumir o controle da educação do país⁵ e garantir que ela atenda aos padrões de ensino, além disso, garantir a educação gratuita em todos os níveis em todo o território. Uma maneira de acabar com muitas disparidades sociais e dar a todos as mesmas oportunidades. Sobre isso, nos diz Suzana Albornoz Stein (1984), enquanto a educação depender do nível econômico da família, não se pode falar de uma educação verdadeiramente democrática como meio de dar igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Uma responsabilidade que engrandece a política ao investir de bom grado no potencial humano. Pois, como bem disse Paulo Freire (1967), por trás da educação esconde-se o grande segredo da perfeição da natureza humana.

Assim, política e educação compartilham da mesma preocupação que moldou homens e mulheres para a vida em sociedade. Referimo-nos a Paulo Freire que, com uma pedagogia diferenciada, oferece uma educação libertadora capaz de formar homens e mulheres conscientes e responsáveis para responder aos diferentes desafios da sociedade. “Uma educação para a tomada de decisão, para a responsabilidade social e política” (1967, p. 12). Graças a isso, eles se tornam atores que trabalham para a transformação de onde eles estão. De fato, é necessário regulamentar todos os setores que garantem a formação das pessoas para o bem-estar da sociedade. Cabe à política fazer esse trabalho porque, como diz Celso Kelly (1969), a escola deve ser, em si, uma lição viva e contínua de integridade, respeito, alto padrão no cumprimento de suas funções.

Todo o nosso interesse neste trabalho consiste em fazer uma análise crítica da sociedade haitiana ao propor métodos de resolução de crises com as ideias político-educativas de Paulo Freire. Para realizar tal empreendimento, apresentaremos nossa reflexão em dois capítulos. Primeiramente, apresentaremos a historicidade do Haiti, veremos sua situação atual e identificamos os principais problemas de crise que afetam esta sociedade. Baseamos as nossas reflexões nas ideias de Jean Verlin, Jabouin Evens e Péan

⁵ Assumir a responsabilidade pela educação significa construir escolas públicas em todo o país para a educação ser acessível a todos gratuitamente. Isso não significa que não haverá escolas privadas.

Leslie, que são, de certa forma, críticos das crises atuais que o país enfrenta devido à corrupção e à gestão caótica do país. Nesta mesma dinâmica, continuaremos a estudar em detalhe as conjunturas políticas e econômicas, analisar as estruturas organizadoras da cidade. O que nos levará a ver o fracasso das instituições do país. Isso leva a uma falta de confiança da população para com aqueles que dirigem o país de forma arbitrária e precária. A má governança dos eleitos do país é a causa de uma forte migração externa de jovens em busca de um futuro melhor em territórios estrangeiros. Na segunda parte do trabalho, com as ideias de Paulo Freire, apresentaremos a educação como elemento que contribui para a resolução que pode ser utilizada para tirar o país desta crise endêmica. Para o efeito, utilizaremos quatro obras fundamentais de Paulo Freire, tais como: *Cartas à Guiné-Bissau* para discutir a educação colonial no primeiro capítulo; *Pedagogia do oprimido*, *Educação como prática da liberdade*, *Pedagogia da autonomia*, para se referir à educação libertadora e à política libertadora no segundo capítulo deste trabalho.

Destacaremos uma política libertadora com reformas estruturais. Isso caminha lado a lado com uma educação libertadora e democrática em sua essência com vistas a uma certa descolonização mental. Uma mudança de mentalidade para acabar com o sistema que é contra a evolução do ser haitiano. Para mudar a estrutura de pensamento negativo da população em geral, consideramos necessário fazer uma revolução social que afete a sociedade na totalidade. Utilizaremos alguns dos conceitos-chave de Paulo Freire, como educação colonial, educação bancária, alienação, problematização da educação, diálogo, ação cultural, democracia, conscientização, educação conscientizadora, educação popular, justiça social e outros. No final propomos uma espécie de reconciliação nacional num processo de perdão onde todos devem assumir a responsabilidade por toda a nação

2 HISTÓRIA E ATUAL SITUAÇÃO DE CRISE NO HAITI

É extremamente importante fazer uma breve análise do passado para melhor compreender a situação atual de uma dada realidade, para ver se houve evolução, progresso, avanço ou atraso, visando fazer um balanço da situação para avançar para um futuro certo. Nesta primeira parte, faremos uma análise crítica de todas as facetas importantes da realidade haitiana, tentando dizer o que não foi dito, enquanto vivemos uma vida humanamente inaceitável neste início de século. Para Paulo Freire (2002), o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético, não um favor que podemos ou não conceder mutuamente. Essa forma de entender os direitos humanos não são respeitadas no Haiti. Estamos a viver o oposto de tudo o que é bom neste país. Os detentores do poder econômico e político oprimem a grande maioria da população. As elites econômicas, os políticos, aqueles que são considerados oligarcas corruptos, evidentemente, estão criando uma situação insuportável para o povo. A opressão está no seu pior em todos os sentidos da palavra.

Para os opressores, o termo "ser humano" refere-se apenas a eles próprios. As outras pessoas são apenas "coisas". Para os opressores, há apenas um direito: o seu direito a viver em paz, colocado muito acima do direito, nem sempre reconhecido, mas apenas concedido, de os oprimidos simplesmente sobreviverem. E só fazem esta concessão porque a existência dos oprimidos é necessária à sua própria existência de opressores (Freire, 2018, p. 19).

De um ponto de vista filosófico, analisemos o estado de turbulência no Haiti, que obriga a população a emigrar, as fraquezas do Estado e a crise multifacetada.

2.1 Crise multifacetada

Para falar sobre a realidade política, social, econômica e cultural do Haiti, é necessário reconhecer a estrutura da sociedade. Ela é semelhante àquela criticada por Paulo Freire, com uma classe dominante, uma minoria conhecida como opressores e os dominados, a grande maioria da população ou os oprimidos (Freire, 1987). Para usar o termo específico da realidade haitiana, a sociedade está dividida em duas grandes classes sociais. Uma é a chamada burguesia, os mulatos, uma pequena classe de elites que goza de todos os privilégios políticos, econômicos e culturais ao mesmo tempo, e a outra é subdividida em dois grupos, a classe média e a grande maioria dos camponeses, os quais são privados de certos direitos humanos fundamentais. Assim, a maioria dos camponeses é

dominada e explorada por aqueles que detêm o poder econômico e político, possuem apenas parcelas de propriedade e trabalham por conta dos seus grandes proprietários (Charles, 1994, p. 54). Esta situação de desigualdade gritante no seio da sociedade dá lugar a todo o tipo de tensões.

Para compreendermos este fenômeno de luta social constante no Haiti que cria uma situação de turbulência, temos de recuar à história deste povo para vermos a origem deste mal endêmico que corroí a sociedade. Na gênese desta nação, um grupo de indivíduos foi retirado à força do seu território de origem para viver em conjunto, ou melhor, um grupo de homens e mulheres foi involuntariamente forçado a estar ao serviço de outro grupo dominante. Para ser mais explícito, na época da colônia, os negros escravos foram deportados do seu território de origem para virem servir o colonizador branco como escravos. “A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura outra vocação — a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos” (Freire, 1987, p. 16). Esses colonos são, geralmente, indivíduos com certo poder, capazes de usar sua influência para obter, por meios transgressores, incluindo ameaças ou pressões, vantagens indevidas sobre outros indivíduos, os escravos, descritos como mais fracos e menos humanos (Jabouin, 2020). Ao longo desse processo de convivência, uma terceira camada social, o mulato, surgiu do acoplamento entre colonos e escravos.

O que é preciso lembrar, neste território antigo São Domingos, houve uma forma de protesto dos escravos negros contra os colonos brancos pela sua liberdade, os mulatos também que protestaram para exigir mais direitos destes mesmos colonos brancos. Esta forma de sociedade escravista explodirá contra os interesses dos colonos graças a um acordo circunstancial entre negros e mulatos⁶, e também algumas outras grandes ocasiões que levaram à independência da nova nação, o Haiti, em 1804⁷. As contradições ainda existem e assumem diferentes formas, apesar da vitória da independência. Hermann Cebert (2021) nos explica que logo no início da fundação da nação haitiana houve a polêmica de uma divisão econômica, política e social que nos mostrou a origem da atual distribuição da riqueza do país. Essa luta pela hegemonia, pelo controle do poder político e econômico, constitui a preocupação das elites desta época. A obsessão em controlar a administração da

⁶ Na história da sociedade haitiana, os mulatos são filhos de colonos brancos e escravos negros na época da colonização, que deram origem aos mestiços, e os negros são filhos de mães e pais negros. O termo mulato não é um preconceito no Haiti.

⁷ O dia 1º de janeiro deste ano marca um grande ponto de viragem na história do mundo. A independência de um povo negro, antigo escravo num mundo onde a escravatura negra era um meio de produzir riqueza.

cidade incentivará confrontos violentos entre dignitários de classes sociais. Isto causará a morte do Imperador Jean-Jacques Dessalines, herói da guerra da independência, pai do país. Esta derrota constitui uma vitória para os mulatos, uma espécie de desespero para a grande massa de negros que lutaram pela liberdade. Os mulatos daquela época e ainda hoje controlam todos os setores-chave da vida nacional. E o modelo econômico sócio-político haitiano implementado por este grupo é inspirado no sistema escravista (Charles, 1994) que dividiu a colônia no passado. A única diferença é que não existe escravo, a rigor. Mas, este regime político-social e econômico tal como o entendemos reflete a realidade onde há pessoas abastadas que levam uma vida na opulência dos bens e do outro lado do mesmo território, uma grande maioria definha na necessidade, a miséria mais atroz e obscura que se pode imaginar que um grupo humano possa suportar. Etzer Charles (1994, p. 37) nos relata isso dizendo que, “[...] o poder e a riqueza de alguns repousam na exploração, na pobreza e na fraqueza de outros no sistema de vida social no Haiti”.

Após vários anos de domínio das massas, apesar de várias reformas na vida nacional e com o advento da democracia no Haiti após a queda da ditadura dos Duvalier, pai e filho, é o mesmo princípio de organização social que sempre orientou a política geral dos governos (Charles, 1994). No entanto, esta minoria dominante não conseguiu ocupar diretamente os cargos políticos mais prestigiados. Graças ao efeito do poder econômico, associou-se à política por intermédio de altos funcionários do Estado, a fim de adquirir uma forte independência política em relação ao jogo democrático imaginário que exclui progressivamente da equação o povo, a massa desfavorecida que viu o seu estatuto reduzido ao de simples espectadores (Jabouin, 2020). Por outras palavras, o seu futuro e a sua felicidade dependem daqueles que os oprimem.

Sem uma base econômica sólida, os dirigentes do Estado perdem a sua autonomia, a sua soberania, o seu sentido de liderança e a sua autoridade devido à sua colaboração com a burguesia. Este é um dos perigos que todos os líderes políticos devem enfrentar se quiserem assumir o seu lugar como principal líder do país. Devido ao seu poder econômico, os burgueses tornam-se automaticamente os administradores da política ativa do país. Por outras palavras, controlam a esfera política, que se tornou um instrumento ao seu serviço para regular os seus interesses pessoais em detrimento das aspirações do povo. Este sistema de exploração montado pelos principais administradores do país é altamente benéfico para eles próprios.

Estes membros da burguesia político-administrativa dispõem de todo um aparelho administrativo que se estende por todo o país, comandam uma força repressiva e intervêm em todos os aspectos da vida social. Organizam, decidem, controlam, vigiam, mandam, nomeiam e demitem; têm toda a sociedade sob o seu controlo total e agem no seu próprio interesse; como detentores do poder absoluto à cabeça do Estado, só podem constituir um grupo dominante no topo da sociedade (Charles, 1994, p. 36).

Este regime de dominação feroz é mal visto por toda a comunidade nacional, que quer se ver livre dele o mais rapidamente possível. “A política tornou-se a reserva daqueles que querem sair da pobreza num país onde a pobreza é endêmica e onde, seja qual for a riqueza existente, esta continua concentrada nas mãos de algumas famílias” (Heine; Verlin, 2014, p. 15–24). Esta sempre foi a razão das manifestações populares, para haver uma sociedade onde todos possam viver com um pouco de dignidade e que este direito humano não seja privilégio de alguns.

Agora é preciso descobrir porque é que esta situação causa tanta frustração na estrutura hierárquica e leva ao colapso organizacional. Quando se fala dos verdadeiros problemas da sociedade haitiana, não é necessário utilizar uma linguagem técnica para descrever os fatos. É preciso explicar as coisas em linguagem simples para as palavras encontrarem o seu verdadeiro significado, que corresponde à situação miserável, insuportável e intolerável em que nos encontramos. O primeiro aspecto que desperta a ira da população é a traição direta dos seus próprios dirigentes. A população confiou neles, auxiliando a elegê-los para diversos cargos governamentais, para os representar e transmitir os seus apelos. Uma vez no poder, estes eleitos, outrora filhos do povo, não se preocupam com o povo. Esquecem a sua missão, a qual é a de trabalhar para o progresso da sociedade. Concentram-se em si próprios e assumem compromissos que dizem respeito aos seus interesses privados. Acumulam dinheiro fraudulentamente e por todos os meios necessários para satisfazerem os seus caprichos. Tudo isto com a única ambição de se considerarem grandes. Esta falta de confiança é um ato que destrói a humanidade de ambas as partes. Para Paulo Freire (1987), a desumanização, que se verifica não só naqueles a quem é roubada a sua humanidade, mas também, embora de forma diferente, naqueles que a roubam, é uma deformação da vocação para o *ser mais*. Por outras palavras, da mesma forma que estes políticos traem o povo, em termos humanos destroem-se a si próprios. Esta é a realidade do subdesenvolvimento, onde o desejo de enriquecer e pertencer à classe dominante torna-se para muitos o motivo de qualquer atitude política (Charles, 1994, p. 27). Esta motivação, que se centra nos interesses pessoais dos dirigentes, é partilhada pela população. As pessoas dizem: *Si m te nan plas li, m tap aji menm jan* “Se eu estivesse no lugar deles, faria o

mesmo”. Como se a corrupção e o saque do erário fossem uma coisa boa. Por falar nisso, Evens Jabouin (2020, n.p) diz-nos o seguinte:

No Haiti, a corrupção segue uma filosofia⁸ semelhante e uma dinâmica simétrica à da crise que ela contribui para moldar. O seu caráter sistêmico e anômico torna-a aceitável para uma parte da sociedade, que considera quase natural, por exemplo, que as elites econômicas subornam os dirigentes políticos para obter vantagens individuais, ou que os dirigentes políticos se aproximem de particulares (agentes econômicos) para financiar as suas campanhas eleitorais ou os seus projetos pessoais, antes de lhes concederem privilégios ou passes em troca.

Estes privilégios que os políticos concedem em troca às elites econômicas são, muitas vezes, fontes importantes de receitas para a economia do país, portos comerciais, alfândegas, isenções aduaneiras, subsídios, etc., que estas últimas utilizam como propriedade privada. A riqueza é mal partilhada e o próprio Estado favorece a desigualdade na sociedade. Este é apenas mais um dos fatores que causam tanta miséria e pobreza no país. Esta má governança de corrupção estruturada dá gradualmente privilégios aos seus principais atores. Dependendo do seu estatuto social, tem acesso a mais benefícios das reservas de bens comuns. Cria-se assim um braço de ferro na procura de posições sociais, a fim de lucrar com a sua parte direta do bem comum, sem pensar em fazê-lo frutificar para todos os membros da comunidade. “Qualquer indivíduo colocado num nível superior ou inferior da hierarquia do poder só pensa em utilizá-lo para acumular tanto dinheiro quanto possível, para viver na opulência e demonstrar assim a sua grandeza, ou melhor, o seu novo estatuto de burguês” (Charles, 1994, p. 27). Esta filosofia de governança política e econômica contribui para o desperdício dos recursos do país e para a degradação do tecido econômico em benefício de interesses pessoais.

Os principais representantes eleitos do país adotam as mesmas atitudes negativas que as elites econômicas, os quais são geralmente contra a maioria popular e não trabalham para o progresso econômico da sociedade. Investem a sua riqueza em países estrangeiros. Enquanto, no seu próprio país, falta tudo. Não há infraestruturas rodoviárias, não há eletricidade, escola, hospitais, indústrias, etc. Estas pessoas não se interessam pela nação, não fazem nada para resolver as necessidades mais básicas e urgentes do povo, porque vivem no Haiti e estão ligados a interesses estrangeiros, as suas casas de luxo, as suas famílias, as suas grandes empresas que geram grandes volumes de negócios estão noutro lugar (Cebert, 2021). Estes comportamentos mostram-nos que os nossos dirigentes e a elite

⁸ O autor usa o conceito de filosofia para descrever a maneira pela qual a corrupção é praticada no Haiti sem medo de punição da lei.

econômica não têm nenhum sentimento de pertença ao país.

Na maioria das vezes, os líderes do país procuram identificar-se e integrar-se com a classe dominante e assemelhar-se a ela na sua forma de viver e de se comportar em relação ao povo. Uma vida de luxo e opulência. O povo encontra-se sozinho, sem recursos econômicos, enfrentando o seu destino na esperança de que o bom Senhor traga um salvador para ajudá-lo. Entretanto, ele transfere o seu desacordo para o sistema “*peze souse*”, que se traduz como “aproveite sem esforçar”, para conseguir o que queremos. Todos os dias, todas as camadas sociais exigem outra forma de abordar as questões sociais no país. Ou, mais diretamente, podemos ouvir da boca de cada haitiano que queremos uma mudança de sistema. Estas exigências resultam na maioria das vezes em manifestações em grande escala. “A classe política, não tendo conseguido regular-se e, portanto, não tendo sabido administrar e dirigir os assuntos da cidade, permitiu que o subsistema social se constituísse, espontaneamente, isoladamente” (Dorvilier, 2012, p. 85). Na revolta, ocorreram saques em lojas privadas, grandes empresas, manifestantes atearam fogo nas ruas, em edifícios do Estado e até em certas moradias de políticos e aliados próximos do governo em exercício para mostrarem o seu desacordo com o sistema. Esta ausência de um governo esclarecido deixou a oportunidade para as massas camponesas e a população de todas as camadas sociais se levantarem pacífica e violentamente através de insurreições contra o Estado existente, embora estas reivindicações sejam na maioria das vezes sem resultado (Dorvilier, 2012).

O que o povo exige e tem o direito de exigir aos representantes eleitos que constituem o Estado é o mínimo necessário, o mínimo para viver. O respeito pelos direitos e pela dignidade da pessoa humana, a criação de infraestruturas que respondam às exigências deste século. Conseguir satisfazer as necessidades básicas sem fazer demasiados sacrifícios. No fundo, uma mudança na forma como abordamos as coisas comuns, com maior transparência. Este é um mínimo que o Estado não conseguiu proporcionar durante dois séculos de governança, ou não quer proporcionar por falta de vontade ou não sei que tipo de negligência administrativa.

A instabilidade política, a má governança, a ausência de um Estado responsável, a disfunção do aparelho político-administrativo do país criam uma situação de insegurança geral no país, agravando a precariedade dos meios de proteção fornecidos pelas autoridades para garantir a segurança da população. Nos limites restritos da economia e da esfera pública, a corrupção, como prática desviante, permanece muito mais complexa e mais insidiosa do que parece na sociedade haitiana (Jabouin, 2020). Impede o bom

funcionamento do governo e contamina todos os setores da vida nacional. Isto cria uma situação de insegurança que afeta e paralisa as atividades do país. Esta crise econômica é desvantajosa para aqueles que correm um elevado risco econômico. Pessoas dos bairros populares das grandes cidades, aquelas que vivem nas periferias de áreas remotas. Há quem tenha que trabalhar todos os dias para suprir suas necessidades básicas. No entanto, esta forma de insegurança é bem planejada, estruturada e serve os dirigentes do país. Cada um tem seu próprio grupo armado que trabalha para ele, assim “[...] é fundamental orientar a análise para as funções que as gangues desempenham em nome dos seus patrocinadores políticos criminosos” (Schuberth, 2015, p. 169). Cada grupo de bandidos tem um chefe no governo ou na burguesia. O bandido legal, em suas ações criminosas, se for preso pela polícia, será solto imediatamente porque o chefe dele está no aparato administrativo do país. Pelo nosso entendimento das coisas, um bandido legal é um perigo social que trabalha para um funcionário do Estado, que não tem medo de exercer o seu papel de assassino em plena luz do dia. É de sublinhar que os bandidos têm essa conotação legal porque os seus chefes fazem parte da elite decisória em matéria de administração política e econômica. O seu papel é fazer o que os autores intelectuais têm medo de fazer em plena luz do dia. Esta situação desumana mostra-nos que os bandidos são manipulados pelos opressores para pressionar a população visando a escravizar.

A violência é iniciada por aqueles que oprimem, que exploram, que não reconhecem os outros como pessoas, não por aqueles oprimidos, explorados e deserdados. Não são os que não são amados que iniciam o processo de desamor; são os que não podem amar porque só se amam a si próprios. Não são os indefesos, sujeitos ao terror, que criam o terror, mas os violentos que usam o seu poder para criar a situação concreta que impõe o “refugio da vida”. Não são os tiranizados crerem o despotismo, mas os tiranos. Não são os odiados que geram ódio, mas aqueles que odeiam. Não são aqueles a quem é negada a humanidade que a negam, mas aqueles que se recusam a reconhecer essa humanidade, negando assim a sua própria. A força não é usada pelos que se tornaram fracos pela preponderância dos fortes, mas pelos fortes que os emasculam. (Freire, 2018, p. 17–18).

Esta insegurança cria uma espécie de desestabilização generalizada que impede o bom funcionamento de todas as atividades da república. Além disso, é dirigida contra os membros mais fracos da sociedade. Nesta fase de desestabilização, o país nunca viveu nada semelhante nos seus dois séculos de história. Estamos vivendo o pior momento da nossa existência como país independente. É uma luta interna com exigências de todos os setores da vida nacional. Uma coisa é certa: os males da insegurança e da corrupção não surgem de um dia para o outro. No caso do Haiti, é uma injustiça social bem planejada que provoca a insegurança. Esta deve ser entendida como um processo que cresce muito rapidamente sob

a influência de atores políticos e econômicos. “As elites políticas haitianas também se mostram pouco dispostas a fazer reformas, o que faz com que a mudança política seja quase inexistente” (Heine; Verlin, 2014, p. 15–24). O que nos leva a dizer que os principais responsáveis e beneficiários da criminalidade são os políticos e grandes empresários que organizam o contrabando de armas e munições de alto calibre para o país, a fim de abastecer os diferentes bandos que trabalham para eles.

Outro momento importante para a insegurança é quando há eleições no país. Os principais candidatos a cargos eletivos formam militantes, bases em todos os distritos para assegurar a sua campanha eleitoral. Distribuem armas e munições aos seus amigos e às suas bases para poderem enfrentar os seus adversários políticos e realizar todo o tipo de esquemas em seu benefício para chegarem ao poder. Todos os candidatos a todos os cargos fazem isso. Fritz Dorvilier (2012) explica que, no que diz respeito à violência armada, esta tem sido a única forma de os agentes da classe política acederem ao poder. Estes eleitos, que chegam ao poder pela força das armas, estão em conformidade com a política da corrupção. Não se preocupam com o povo e, ao mesmo tempo, pouco ou nada fazem pelos seus antigos apoiantes-militantes armados nas bases que exigem o que lhes é devido por lutarem tanto para eleger o seu antigo candidato-protégido que agora faz parte do atual governo. Uma vez mal pagos por esses eleitos, a maioria desses militantes armados se transforma em bandidos notórios, assassinando, estuprando, saqueando, extorquindo e fazendo todo tipo de injustiça com a população. Estes bandidos aproveitam-se da fraqueza das forças de segurança, mal equipadas, para causar o caos em todo o país. Na capital, os raptos ocorrem em plena luz do dia, por vezes acobertados por altos funcionários do Estado. Há outra diferença notável a salientar é que diz respeito aos confrontos entre os dirigentes no poder e os da oposição, que podem, por vezes, conduzir a situações de bloqueio, ou mesmo de paralisia social, durante vários dias, ou mesmo meses, durante os quais o país é encerrado, fenómeno conhecido como *pays lock* (Jabouin, 2020). Durante estes momentos, o trabalho, o qual é um meio de luta contra a pobreza, é temporariamente interrompido devido à insegurança causada pela violência dos bandos armados contra a população ou pelos confrontos entre dirigentes políticos e opositores.

Outros fatores a ter em consideração são o fato de a maioria da população ser paga por qualquer candidato em tempo de eleições para votar a seu favor. As pessoas dizem que não vão ganhar nada depois do escrutínio, aproveitando a oportunidade de serem pagas para votar. Na maior parte das vezes, o seu voto torna-se inútil ou ineficaz, principalmente devido às numerosas e recorrentes manipulações dos boletins de voto, cujos resultados são

conhecidos antecipadamente (Jabouin, 2020). Com esta prática utilizada pelo povo, não planejamos justificar a atitude dos eleitos dizendo que já pagaram para estar onde estão através da compra de votos durante as eleições e que devem lucrar enquanto funcionários públicos do Estado. Em todo o caso, condenamos as ações de ambas as partes, que consideramos injustas e corruptoras numa sociedade democrática. Através do poder de compra, os representantes do Estado veem na sua nova estatura um meio de fazer fortuna rapidamente. Desta forma, Etzer Charles (1994, p. 27) faz a seguinte declaração:

A cada um o que é seu, a sua vez de se enriquecer, é o princípio que parece orientar a ação administrativa ao mais alto nível. Este princípio, reconhecido e aceito por todos os dirigentes, parece mesmo ser uma regra de moral política. E assim, em todo o sistema político, há um confronto contínuo entre aqueles que aspiram a uma transferência de classe. E para o conseguir, todos os meios são bons: suborno, tráfico de influências, espoliação, etc.

Para aqueles que o praticam ativamente, a arena política do país é vista como um negócio. Cada um, luta pelos seus interesses e pelos dos seus amigos, sendo o próprio povo a principal vítima. Os conflitos políticos entre os atores envolvidos são muitas vezes lutas que se traduzem em, *retire ko w mwen mete pam pou m souse*, saia do caminho para que eu também possa tirar partido dele.

Em todo o mundo, as pessoas queixam-se de ditaduras, regimes totalitários e má governança. O que é considerado bom é o poder do povo e pelo povo. Por outras palavras, a democracia. O Haiti está muito longe de ser uma verdadeira democracia. O que temos é um sistema de demagogia disfarçado de democracia. Para dizer uma verdade que não queremos revelar, no Haiti reina a bandalheira, onde o pior passa por melhor. Para Evens Jabouin (2020), é uma terra de paradoxos onde o melhor, assim como o pior, é possível. Jean Verlin (2014) concordou dizendo que o Haiti é um país falhado. Este fracasso do Estado não é apenas uma questão de critérios económicos, mas o colapso de todo um sistema que está falhando em termos políticos, sociais, económicos, humanitários e sanitários, e de todas as formas possíveis. Tudo isto acontece num país onde o governo não tem um projeto de política pública duradoura para o futuro da nação. Vale a pena perguntar: se a democracia que estamos implementando no nosso país é a mesma em todo o mundo, por que é que não conseguimos encontrar uma fórmula para governar corretamente o país?

Da mesma forma que nos queixamos da insegurança que afeta o tecido social do país, há outro perigo que corroí a sociedade civil e que, por vezes, é ignorado nos grandes debates nacionais. Trata-se da insegurança alimentar ou da crise humanitária que afeta a

população em geral. Embora seja um fenômeno muito comum em todo o país. Esta situação de fome afeta a grande maioria das famílias nas zonas periféricas das grandes cidades. Nas periferias, onde já existe a necessidade de satisfazer todas as exigências humanitárias, existe também o problema da falta de alimentos para as famílias. Se estamos tentando explicar o fenômeno da insegurança alimentar, vejamos o que é a segurança alimentar para o compreender melhor. Conforme a FAO⁹, relatado por Nastasia de Creta (2018, p. 10), “a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. Apoiando esta definição, podemos dizer que se trata de uma catástrofe humanitária que a maioria dos haitianos vivem diariamente, enquanto existir uma situação miserável de pobreza extrema. Para muitas pessoas, bastaria ter a oportunidade de encontrar comida regularmente uma vez por dia, seria como uma vida de luxo. Para elas, encontrar comida diariamente parece ser um enorme dilema. Para alguns, significa trabalhar todos os dias, apenas para satisfazer o requisito de comer uma vez por dia; para outros, significa esperar por uma transferência do estrangeiro.

Uma das causas da pobreza num país é a falta de recursos agrícolas. Para além da sua localização geográfica, da sua zona estratégica de produção, temos casos de erosão, seca e ciclones como fatores que agravam a condição de crise alimentar da classe média, sendo muitas regiões frequentemente afetadas pela fome (Charles, 1994). Além das catástrofes naturais que podem ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar, há uma falta de responsabilidade por parte dos governantes, que não estão tomando nenhuma atitude concreta para erradicar esse problema no país através da agricultura que deveriam estar desenvolvendo. Além disso, os agricultores que praticam a agricultura em parcelas de terra não são apoiados por nenhuma organização governamental.

O Estado não está investindo totalmente na produção nacional para tentar resolver o problema da fome. Frédéric Thomas (2018) nos informa que a classe política, que dedicou apenas 0,5% do orçamento do Estado para 2017–2018 ao meio ambiente, não tem vontade de ver mudanças. O governo não está aplicando uma política agrária e uma política pública para tentar resolver os problemas associados à agricultura. Dá pouca importância à produção alimentar e favorece o setor privado para importar e vender todo o tipo de produtos que utilizamos diariamente. Os agricultores não conseguem encontrar trabalho no setor agrícola e não dispõem dos meios modernos para trabalhar a terra. Este fato aumenta a

⁹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

taxa de desemprego. Não dispondo de meios técnicos para a agricultura, os agricultores dedicam-se a cultivar a terra de uma forma arcaica. Praticam a chamada agricultura de subsistência. Dos produtos colhidos pelos camponeses, uma grande parte é consumida pela família e o excedente é vendido no mercado (Dameus, 2017). A pequena quantidade de alimentos produzidos pelos pequenos agricultores não satisfaz as necessidades de toda a população haitiana. E não resolve a crise alimentar que o país enfrenta. Com o dinheiro da venda dos seus produtos alimentares, utiliza-o para satisfazer as necessidades mais urgentes. Nem sequer o suficiente para poupar. Neste contexto, os agricultores estão presos à terra. Não lhes é permitido mudar de classe na hierarquia social, nem mudar de atividade.

Apesar dos numerosos laços que os unem à terra, os agricultores nem sempre são proprietários dela, embora constituam 80% da população. A maioria das terras cultivadas pertence a uma minoria dominante que inclui notáveis da cidade ou da vila, alguns camponeses ricos (pequenos burgueses), ministros, deputados, especuladores, advogados, notários, comerciantes, etc. Esta minoria, que representa 1,15% dos proprietários, detém sozinha 66,62% das terras (Charles, 1994, p. 53).

O pior é a atitude do Estado, que nada faz para assumir o controle da agricultura, o qual é completamente negligenciada e abandonada nas mãos do setor privado, que não dispõe de equipamentos modernos para aumentar a sua capacidade de produção e se aproveita da situação para importar alimentos em vez de os produzir. Esta sub-exploração das terras agrícolas do país mergulha-nos numa pobreza alimentar exagerada. Somos obrigados a importar do estrangeiro quase tudo o que consumimos no país. Este fato tem graves repercussões para a população, geralmente desempregada e incapaz de consumir ou mesmo de comprar bens de primeira necessidade. Como resultado, o país tornou-se muito dependente da importação de alimentos e, em 2018, 1,32 milhões de haitianos encontravam-se numa situação de insegurança alimentar grave (Thomas, 2018), e atualmente, em 2023, mais de 5,2 milhões de haitianos necessitarão de ajuda humanitária, em comparação com 4,9 milhões em 2022¹⁰.

O governo apercebe-se da sua impotência perante esta situação, porque não quer assumir a responsabilidade das suas próprias ações de luta contra a fome, e apela à comunidade internacional para vir ajudar. Está respondendo enviando ONGs¹¹ para prestar ajuda humanitária urgente aos mais necessitados. Observando de perto a eficácia dos serviços prestados por estas organizações, o número de anos que estão operando em solo

¹⁰ Fonte de informação: <https://humanitarianaction.info/plan/1121>

¹¹ Uma organização não governamental que presta assistência especial aos países pobres.

haitiano. Qualquer pessoa prudente deve perguntar-se qual é a sua verdadeira missão. Após cada catástrofe natural que exige a intervenção de socorristas locais e estrangeiros, constatamos que nada mudou e que os haitianos não estão melhor do que antes (Thomas, 2018). Esta forma de apoio não tem nada a ver com uma mudança duradoura. E não oferece apoio a longo prazo.

Pela nossa parte, não vemos o que estão fazendo de concreto, de sustentável, para acabar com a pobreza atroz que existe no Haiti. São sempre as mesmas pessoas, o mesmo discurso, as mesmas ações que consistem em dar kits alimentares e nenhum outro movimento para tentar chegar ao cerne do problema ligado à insegurança alimentar. Por um lado, estes organismos não governamentais não contribuem para um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o seu modo de atuação deixa muitas dúvidas e incertezas quanto à forma como gerem a ajuda internacional que recebem. Sobre este assunto, Evens Jabouin (2020, n.p) lança alguma luz sobre a nação, dizendo:

[...] teria, sem dúvida, feito melhor se os donativos que, em princípio, lhe são destinados não fossem dispersos, desviados e, muitas vezes, partilhados a montante entre doadores e empresas contratantes, através de uma vasta rede internacional opaca, mesmo mafiosa, organizada por alguns dos próprios supostos doadores. Escusado será dizer que, ao agirem desta forma, estes pseudo-doadores privam simplesmente o país de algumas das suas capacidades, incluindo a capacidade de facilitar o seu desenvolvimento económico.

Não queremos insinuar que as ONGs atuam da mesma forma em qualquer parte do mundo. Mas quando tomamos o caso do Haiti como exemplo, os fatos não se refletem bem nas organizações. Como Jabouin acabou de dizer, temos de nos perguntar se estão agindo da mesma forma ou se são influenciadas pela corrupção organizacional que existe no país. Esta questão do desvio de fundos dos projetos não diz respeito apenas aos projetos alimentares, mas a todos os setores onde existe uma necessidade humanitária urgente. Perante este tipo de desvios, temos de nos perguntar se os estrangeiros tencionam fazer alguma coisa de concreto para nos ajudar realmente a mudar a nossa condição social. Ou, pelo menos, se não deveríamos assumir o nosso destino de povo soberano, colocar os verdadeiros problemas da vida nacional e procurar resolvê-los em vez de deixar o nosso sentido de responsabilidade nas mãos dos outros. Cabe-nos lutar com todas as nossas forças como nação independente para resolver as nossas crises, as nossas turbulências ao nível político, social e outros. E retirar a nossa esperança numa intervenção estrangeira para resolver as nossas diferenças. Por outras palavras, existem sérias dúvidas quanto à motivação da comunidade internacional, que geralmente se apresenta como o benfeitor dos haitianos,

aquele que gostaria de ajudar a pôr fim a esta crise recorrente que tanto abalou o país e continua a deslocar a sociedade haitiana (Jabouin, 2020).

Um dos aspectos mais importantes da crise multidimensional no Haiti é a questão da saúde, que não responde às necessidades da população em geral. Este problema não afeta apenas as classes sociais mais desfavorecidas. Este flagelo afeta todos os estratos sociais, a burguesia, os ricos, os empresários, os políticos e os camponeses pobres. A estrutura dos cuidados de saúde no Haiti funciona de uma forma muito arcaica, atrasada e ultrapassada. De acordo com um relatório do Banco Mundial, “a despesa pública com a saúde per capita por ano é de cerca de 13 dólares, menos do que a média de 15 dólares dos países de baixo rendimento” (Thomas, 2018, p. 2). Não existe um hospital que cumpra as normas sanitárias e que possa tratar ou diagnosticar as doenças mais comuns dos pacientes. Em termos tautológicos, até o sistema de saúde do Haiti está doente.

E dado que a administração do país não está interessada em criar condições de vida adequadas no país, o governo investe muito pouco na saúde. “A parte do orçamento do Estado destinada à saúde tem diminuído progressivamente, passando de 16,6% do orçamento nacional em 2004, [...] para 4,4% em 2018” (Thomas, 2018, p. 2). Neste momento trágico da história do país, não há governo, não há presidente e não há senador em exercício. Não há orçamento nacional. O que é muito grave para a grande maioria da população, em primeiro lugar. Eles, os representantes eleitos, a burguesia dominante, a pequena elite econômica do país, quando se sentem mal física ou psicologicamente, vão para hospitais estrangeiros para serem tratados. A república vizinha, Santo Domingo, para os primeiros socorros mais urgentes, e os Estados Unidos e o Canadá para as complicações de saúde. Por outro lado, se as pessoas que sofrem não conseguem recuperar a sua saúde com os poucos recursos que os médicos locais têm à sua disposição no país, têm de esperar que o seu caso se complique ainda mais até acabar em morte. Desde 2010, “[...] apenas um haitiano em cada dois, 58%, tem acesso à água potável e serviços de saneamento, e apenas um em cada quatro tem instalações sanitárias adequadas” (Thomas, 2018, p. 2). Hoje em dia, com todas as complicações da vida, a insegurança, a falta de governança do país por um governo eleito, o desemprego, todos os males da sociedade civil, podemos constatar que essas estatísticas já não se mantêm. Estão a piorar em grande escala. E o pior de tudo é que, apesar da situação sanitária catastrófica do país, quando um empresário haitiano, sobretudo um político, quer construir um hospital moderno, um centro comercial ou uma grande empresa, vai instalá-la na república vizinha. Se é um cidadão da diáspora que pretende fazê-lo, o sistema mafioso do país atua contra ele para não poder concretizar o projeto. O

que é bom não pode tocar o solo haitiano. Estes são todos os dilemas que somos obrigados a enfrentar no país diariamente. Temos de nos perguntar se a elite econômico-político haitiana não é um problema para a felicidade dos haitianos.

2.2 Fraqueza institucional

O passado e o presente do Haiti apresentam um quadro bastante sombrio quando tentamos fazer um epílogo do contexto filosófico, político e administrativo da sociedade. Para responder à questão de saber porque é que a situação do país se deteriora de um dia para o outro, temos de olhar para o nível das suas instituições, a fim de fazer uma análise crítica e objetiva e tirar uma conclusão. Enrique Dussel (2006, p. 67) nos esclarece dizendo “sem governabilidade não há vida política; com uma governabilidade fetichizada, também não existe vida política estável a longo prazo”. Ou seja, quem dirige a sociedade o faz em detrimento dos interesses da população. Estes políticos transmitem uma imagem errada e a sociedade na sua inocência evolui conforme a estrutura formativa dos seus representantes mais diretos. Por outras palavras, a sociedade reflete o comportamento destes últimos, que exerce uma influência poderosa sobre a massa. E dizer que a política dirige a sociedade, que por sua vez toma a sua forma, o seu habitus, imitando e reproduzindo as imagens da administração do Estado. Neste sentido, basta olhar para a evolução de todos os estratos sociais haitianos para definir corretamente o Estado. Com uma falta de capacidade para tomar boas decisões para a pátria e uma ausência de autonomia por parte dos nossos dirigentes. Jean Verlin (2014) tem razão em descrever o país como falido, colapsado e quarto mundo, e como defeituoso, frágil e fraco. Isto equivale a dizer que o Estado sofre de falta de autoridade nas suas palavras e ações. Por conseguinte, todos estes conceitos são utilizados para tentar explicar a realidade de um país onde não existe uma instituição forte sobre a qual lançar as bases do desenvolvimento.

Um dos principais problemas que causam a deterioração gradual e contínua da sociedade haitiana tem a ver com a falta de responsabilidade das principais instituições do país, o qual são consideradas as autoridades morais que deveriam orientar a vida na cidade. Estas instituições falharam na sua missão. Não conseguem responder às aspirações da nação em termos jurídicos, de segurança e político-estratégicos. “Os representantes destas instituições não são uma espécie de autoridade soberana e não têm o monopólio do policiamento” (Bayley; Shearing, citados por Dupont et al., 2007). Esta falta de autoridade

manifesta-se no fato de agir com parcialidade a favor de um grupo, ou na falta de rigor nas suas decisões, que nada têm a ver com o que diz a lei. Cada representante direto de um órgão do Estado considera-se a lei em pessoa. Atuam como lhes apetece, como se estivessem acima da lei. Na maior parte das vezes, as suas ações são contrárias ao que é correto aos olhos da lei. Estas ações contribuem para destruir a capacidade do Estado de desempenhar corretamente as suas funções essenciais.

Esta incapacidade ou falta de vontade do Estado em gerir corretamente o país cria uma espécie de frustração entre uma grande parte da população, especialmente entre os opositores políticos. Estes consideram que o governo não está cumprindo o seu papel, o qual é o de assegurar o bom funcionamento dos serviços públicos e a proteção dos bens e da vida das pessoas. Em quase todas as cidades do país, cidadãos mal-intencionados afirmam ser rebeldes para fazer valer as suas reivindicações. Por vezes, estes bandos de rebeldes anti-governamentais transformam-se em bandidos armados para causar estragos na sociedade civil. Conseguem mesmo controlar certas zonas de influência económica e estratégica. “O Estado já não controla o seu território e a gestão do país passa progressivamente para as mãos de atores não estatais” (Le Gouriellec, 2015, n.p). O Estado já não pode garantir a segurança dos seus cidadãos e não exerce um controlo efetivo sobre o seu território ou não consegue, ou não quer, assegurar a prestação de serviços vitais numa parte significativa do seu território. As principais instituições responsáveis pelo bom funcionamento do país são, por vezes, as principais responsáveis pelos excessos da sociedade, desde que não respeitem a sua função. Estes dirigentes do Estado são opressores. Eles querem manter o povo sob o seu domínio a todo o custo e não fazem nada de bom para a população porque isso seria contra os seus interesses. Para usar a linguagem de Paulo Freire, “O opressor sabe muito bem que essa intervenção não seria do seu interesse. O que lhe interessa é que as pessoas continuem num estado de submissão, de impotência diante da realidade opressora” (Freire, 2018, p. 15). Em outras palavras, o que é bom para a maioria oprimida, vivendo com dignidade como seres humanos, não é vantajoso para os dominantes. Estes têm o domínio de todos os setores fundamentais da sociedade.

Estes organismos cumprem o seu papel de opressores em benefício das elites económicas e dos políticos corruptos e estão falhando na sua missão de desempenhar um papel construtivo no futuro da nação. A legitimidade do governo é fraca ou inexistente, e os conflitos violentos são uma realidade ou um grande risco para todos os setores da vida nacional. (Chataignier; Magro, 2007). Esta vaga de insegurança mundial põe em evidência a disfunção das instituições do Estado. Mas, apesar da ausência ou do declínio das

instituições fortes do país, defendemos que as atividades de controle social e de resolução de conflitos, embora enfraquecidas, continuam muito presentes no ambiente haitiano como a derradeira esperança de uma saída da crise e de um passo em direção ao progresso.

O Haiti é considerado, há muito tempo, o país mais pobre do hemisfério americano em termos de estrutura governamental e social, e os acontecimentos ocorridos no país nos últimos 10 anos aumentaram esse fardo. O lugar da desigualdade como fator de fragilidade e a corrupção que gera insegurança generalizada são termos que carecem de consistência para falar verdadeiramente da realidade desumana do Haiti (Chataignier; Magro, 2007). A violência criminosa dos bandos armados, as intimidações e as perseguições políticas são diariamente notícias, não deixando espaço para planejar as coisas certas para o bem das populações. A luta contra a pobreza e a capacidade do Estado de aplicar a lei torna-se o dilema das instituições responsáveis pelo trabalho em cada um dos seus setores.

Assim, as instituições são incapazes de responder aos desafios da atualidade. Isto enfraquece o Estado em todos os sentidos. A este respeito, Benoit Dupont et al. (2007) dizem-nos que o Estado fraco caracteriza-se por grandes dificuldades em prover às necessidades da população, como a saúde, a educação, a defesa nacional, os serviços sociais de base ou a segurança pública. Por outras palavras, quando é incapaz de prover às necessidades básicas. Analisamos em pormenor as principais instituições responsáveis pelo bom funcionamento do país para percebermos o grau de fragilidade em que nos encontramos. Todos os desafios que estão na origem da notável fragilidade das instituições do país.

Um dos principais garantes da segurança do Estado e da sociedade em particular é a lei do território, que facilita uma boa administração jurídica. Para fazer bem o seu trabalho, o poder judicial não deve ser prejudicado por nenhum outro setor de atividade. Neste sentido, Enrique Dussel (2006, p. 62) diz-nos que “o que é válido na ética é incluído na política como legítimo”. Isto equivale a dizer que os padrões éticos da sociedade devem andar de mãos dadas com os da política. Quando estas condições estão reunidas, temos instituições dignas desse nome e capazes de desempenhar a sua tarefa com imparcialidade e em conformidade com a lei. Na nossa realidade haitiana, está acontecendo exatamente o contrário em termos de justiça social. A política está influenciando o sistema de justiça do país e a colocá-lo ao serviço de uma casta social para servir os seus próprios interesses. O sistema de justiça foi transformado numa arma contra os opositores e está ao serviço dos regimes políticos no poder. Em consequência, os membros da elite empresarial e os políticos podem fazer o que lhes apetece com total impunidade, mesmo que cometam

infrações graves contra a lei do país. Utilizam a sua influência econômica e política para manipular o sistema jurídico, que se enfraquece aos seus olhos e incapaz de questionar os seus atos perversos.

Em consequência, assiste-se a uma criminalização crescente dos meios econômicos, políticos e financeiros em todos os setores. Empresários e criminosos organizados unem esforços para aumentar a sinergia entre a economia convencional e a economia criminosa. Para isso, beneficiam da proteção dos governos em troca do seu apoio financeiro. No que diz respeito à justiça, o enfraquecimento das estruturas tradicionais de mediação leva as classes populares a recorrer à justiça pública para resolver os seus litígios. Mas o seu anonimato cívico e a sua precariedade constituem obstáculos intransponíveis à aplicação do direito legal aplicável aos seus pedidos. A estes obstáculos acresce a escassez de meios logísticos, humanos e financeiros necessários à realização de investigações nos processos-crime tratados por este sistema de justiça (Pierre, 2007, p. 126).

Esta prática de corrupção do sistema judicial por parte dos altos escalões do governo e da burguesia tem graves consequências para o país. As massas populares são as principais vítimas deste sistema de justiça partidário. Não há punição para os autores intelectuais dos crimes cometidos, nem penas para os bandidos que criam distúrbios em todos os bairros. Sentindo que os seus direitos foram violados, recorrem à justiça arbitrária, e, portanto, à força, para manifestar o seu descontentamento. Cada conflito entre bandidos e forças contrárias aumenta também o risco de novos conflitos, que, por sua vez, arruinarão os esforços de restabelecimento da paz (Chataignier; Magro, 2007). Em muitos casos, os bandos armados assumem o controle dos bairros e a população limita-se a deixá-los dominar. O sistema de justiça penal do país é fraco e precisa urgentemente de ser reforçado para poder cumprir o seu papel. Na sua incapacidade de tomar decisões estratégicas para combater a insegurança, parece estar a desaparecer do território.

[...] o recurso cada vez mais sistemático e intensivo à corrupção, à violência e à intimidação mútua desacredita o Estado, incapaz de controlar a utilização dos recursos violentos. Estes usos privados da violência parecem tanto mais incontroláveis quanto mais os atores recorrem a atividades criminosas para compensar a perda de rendimentos causada tanto pelo declínio da economia convencional, afetada pela crise da procura mundial dos anos 80, como pela queda das receitas do Estado. Estas estratégias baseadas na violência conduziram a um agravamento da instabilidade política crônica do país após a queda dos Duvalier em 1986. Esta situação conduziu a uma sucessão de golpes de Estado mortíferos, incluindo o de 29 de setembro de 1991, que derrubou Jean-Bertrand Aristide, vencedor das eleições de 16 de dezembro de 1990. Foi necessária a intervenção de fuzileiros navais norte-americanos, mandados pela ONU para restabelecer a ordem constitucional em 15 de outubro de 1994 (Pierre, 2007, p. 125).

Estes acontecimentos desastrosos ocorrem diariamente com maior intensidade,

agravando a situação já precária do país. O sentimento de segurança jurídica e de justiça penal não foi restabelecido nas comunidades que recorrem a estas práticas de autodefesa. A dignidade humana não é respeitada e os direitos humanos e os direitos das mulheres em geral são desrespeitados por estas práticas, que mais alimentam do que atenuam o ciclo de violência de que são vítimas os cidadãos comuns. Pierre Louis Naud (2007) diz-nos que as práticas de violência, que se estão tornando um meio habitual de comunicação, de procura e de maximização da utilidade pessoal. A partir de agora, cada um tem de resolver os seus problemas pelos seus próprios meios. Esta fragilidade do poder judicial, órgão fundamental na gestão do país, mergulhou-o numa situação caótica e quase sem saída. A incompetência e a corrupção dos magistrados constituem um obstáculo. Estamos a assistir a um ciclo contínuo de situações catastróficas e sem esperança na sociedade. O princípio da degradação de uma sociedade segue a mesma lógica: a violência gera violência e os crimes de hoje são as sociedades desestabilizadas de amanhã e os conflitos e massacres de depois de amanhã (Chataignier; Magro,, 2007). É nesta dinâmica que estamos avançando. Não num sentido positivo, mas num sentido retrógrado. De modo que o mundo caminha para o progresso e nós estamos retrocedendo.

Outro problema grave com que a sociedade haitiana se confronta é a natureza do seu sistema político. Desde o início da sua história, o país vive uma série de crises políticas repetidas que dificultam o bom funcionamento da sociedade civil. O que se passou na cena política nos últimos dez anos não tem precedentes no mundo. Os regimes políticos no poder e as elites económicas formam os seus próprios bandos para perpetuar uma crise de segurança que está alimentando uma crise humanitária, económica, social e sanitária. Cada vez que há um novo partido no poder, um novo corpo de bandidos do Estado emerge com mais força. O Estado, tradicionalmente apresentado como a única instituição disposta e capaz de proteger os seus cidadãos, falhou na sua missão de proteger a nação (Dupont et al., 2007). Os políticos estão mais interessados em atos de corrupção a seu favor do que em zelar pelo bem comum. Cada um faz o seu trabalho saqueando os recursos do tesouro nacional sem se preocupar com o outro que está fazendo o mesmo trabalho. Esta situação causa uma frustração considerável em todos os estratos sociais, tanto no país como na diáspora haitiana. No outro campo, os opositores políticos prosseguem uma política de destruição dos bens e dos projetos dos governos anteriores. “Os opositores políticos e os detentores do poder iniciaram um processo de decomposição do país” (Le Gouriellec, 2015, n.p). Falta-lhes uma consciência patriótica para discernir o que é bom para o futuro da nação. Contentam-se em lutar entre si pelos seus interesses mesquinhos, e aquilo a que são

chamados a fazer, para tornar o povo feliz, passa para segundo plano. O país encontra-se numa espécie de impasse político. De um dia para o outro, assistimos à aceleração de uma crise multi-setorial sem precedentes.

A terrível violência organizada ao nível político no seio da administração do Estado tem repercussões na sociedade, mergulhando o país numa situação caótica. O dilema é saber qual o problema a resolver primeiro: as tensões políticas e sociais ou a instabilidade econômica e de segurança (Rosenthal, 2005). A política, que deveria servir de força moral estrutural para obrigar as partes em confronto a trabalharem para o progresso, tornou-se uma força de regressão do ponto de vista do desenvolvimento. Para este setor de atividade, estamos perante um vazio institucional sistêmico, benéfico para um pequeno grupo conhecido como as elites econômicas, que nada tem a ver com o interesse comum. Neste contexto, Sonia Le Gouriellec (2015) afirma que estes dirigentes administram Estados párias. Por outras palavras, clãs armados revoltam-se contra outros clãs, classes sociais lutam contra outras classes sociais aos olhos de organizações políticas que não conseguem mediar a paz. É difícil ver com quem se pode contar, politicamente, para tirar o país deste labirinto. E as crises, sob todas as formas possíveis e imagináveis, intensificam-se de um dia para o outro.

Existem problemas políticos preocupantes, especialmente na área metropolitana, a capital econômica do país. A falta de emprego, a pobreza, o desemprego e a impossibilidade de encontrar uma escola profissionalizante para se formar são fatores que contribuem para influenciar os jovens para a delinquência juvenil, para se tornarem bandidos notórios ou para se juntarem a cartéis de droga na tentativa de ganhar dinheiro fácil. Estas práticas tornam estas pessoas apetecíveis aos olhos da sociedade e dificultam a vida a um sistema de justiça precário que, por vezes, não dispõe de meios técnicos para cumprir a sua missão. Todos estes fatores tiveram um efeito corrosivo sobre a sociedade em geral e sobre a polícia nacional haitiana em particular (Rosenthal, 2005, p. 3).

Esta fraqueza política faz com que a situação nacional seja de constante carência democrática. De um ponto de vista institucional, o país é mal gerido e, logicamente, não existe uma administração municipal. A população, sobretudo os jovens, vê-se confrontada com o seu destino sem futuro certo, sendo obrigada a recorrer a práticas ilegais, na sua maioria imorais, com o único objetivo de sobreviver. Estamos longe de dizer que imitam os seus antecessores, os políticos e os notáveis do país que fazem o mesmo, praticando práticas corruptas, eles que deveriam ser modelos para as gerações futuras.

A evolução das instituições ao nível da sociedade, dadas as suas fragilidades, coloca-a num nível de vulnerabilidade econômica. A situação de pobreza, de desigualdade,

de desemprego e de miséria atroz é uma fonte de preocupação para todos os que acompanham de perto as atividades econômicas e de desenvolvimento. Como resume um documento internacional, “a instabilidade econômica e social dos últimos dez anos foi exacerbada pelo fracasso institucional, por um governo fraco e corrupto, pela falta de transparência e pelos elevados níveis de criminalidade” (*International Crisis Group, Latin America/Caribbean*, reportado por Rosenthal, 2005, p. 3). Podemos dizer que as principais causas das disparidades econômicas e de todos os males financeiros que assolam o país são consequência da má administração do bem comum. Não tomam para si a sua responsabilidade perante o Estado que representam e a população em geral.

A sabedoria convencional difícil de contestar sustenta que a pobreza e o desemprego estão na origem da instabilidade política. Para manter as pessoas, especialmente os jovens, afastadas das atividades ilegais, é necessário criar um ambiente propício à recuperação econômica e à criação de emprego. Mas esse ambiente é difícil de imaginar se a insegurança não for controlada, porque afasta os investidores e prejudica o sector empresarial (Rosenthal, 2005, p. 3).

Esta crise sociopolítica impede o bom funcionamento do setor econômico e as instituições financeiras não conseguem criar empregos para auxiliar a população a combater a miséria e a pobreza e a reduzir a taxa de desemprego. A corrupção é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico do país. Para não falar dos prejuízos causados pelo setor privado em relação à economia. A fiscalidade, que é considerada um instrumento importante para o desenvolvimento político e econômico de uma nação, não desempenha o seu papel com discernimento. Nem os políticos, nem os agentes econômicos pagam regularmente os impostos das suas empresas para o Estado poder ganhar dinheiro. “A política fiscal praticada não mobiliza a quantidade de poupança que conduz à acumulação de capital” (Joseph, 2006). Por outras palavras, o seu crescimento não contribui para um aumento da política fiscal do país. Por outro lado, o Estado não assume a sua responsabilidade de tornar as empresas privadas produtivas, criando um tipo de concorrência no mercado local, nem de tomar as medidas necessárias para atrair investidores para o país. Estão interessados nas receitas fiscais que podem esbanjar e, ao mesmo tempo, criam problemas de segurança no país para desviar a atenção do público das suas más ações. O seu lema é o seguinte: “*Vòlè leta se pa vòlè*, que se traduz palavra por palavra como: roubar o Estado não é roubar. Apesar da insuficiência das receitas fiscais para contribuir para o desenvolvimento e do seu envolvimento em desvios de fundos, estes atores políticos têm a audácia de pedir ajuda às grandes instituições financeiras estrangeiras

ou de solicitar empréstimos. Uma vez agregados estes pedidos, não fazem nada sério com o dinheiro recebido. Porque não têm um plano estratégico para lutar contra a pobreza e desenvolver a economia.

A evolução da sociedade haitiana, com a sua deterioração política e econômica e a fraqueza das instituições do Estado, levanta questões e desafios. Um simples olhar sociológico sobre esta realidade mostra-nos que a própria essência da sociedade é disfuncional. Nas palavras de Sabine Manigat (2011), o Haiti é um Estado atrasado em termos de serviços básicos, de urbanização, de industrialização e de estruturação das relações sociais e políticas. Essa escassez de bens e recursos humanos revela a precariedade de uma população que carece de um pouco de tudo para ser feliz. Há uma deriva humanitária decepcionante, insuportável e até inimaginável nesta sociedade devido à má-fé, à incompetência, à ignorância e à corrupção dos atores políticos, dos nossos dirigentes internos e dos decisores internacionais. Fazem tudo em nome do povo contra o povo. Como diz Evens Jabouin (2020, n.p) o Haiti é de fato uma terra de paradoxos, onde o melhor e o pior são possíveis, e teria sem dúvida um melhor destino se os donativos que lhe são, em princípio, destinados não fossem dispersos, desviados e muitas vezes partilhados a montante entre doadores e empresas contratantes.

Note-se que esta estrutura organizacional corrupta, consolidada por financiadores internacionais, têm um impacto muito grave no tecido social e ambiental. Por outro lado, os nossos dirigentes não têm boa vontade. A comunidade internacional já não confia neles. Trabalham com ONGs para gerir a ajuda que dão aos países pobres. E estas organizações, que recebem donativos para ajudar num determinado sector de atividade, não produzem resultados em termos de desenvolvimento. Geralmente, apresentam o seu projeto pronto sem ter em conta a realidade do país e, na maior parte das vezes, falham a sua missão. “O que é mais paradoxal, evidentemente, é quando a criação de Estados frágeis é sobretudo o resultado das incoerências da comunidade internacional ou das ações irrefletidas dos doadores” (Chataignier; Magro, 2007, p. 15). Estas organizações não estão mais familiarizadas com a situação no terreno do que os membros do governo. Jogam com a falta de liderança e de confiança do Estado na gestão dos fundos que lhes são atribuídos para tentar resolver as principais crises do país. Este é um fator que contribui para a fragilidade das instituições do Estado. O governo em causa vê-se incapaz de contribuir para a luta contra a insegurança, os conflitos sociais, a miséria, o desemprego e a pobreza. E de desempenhar um papel ativo no desenvolvimento do país.

Uma coisa que perturba a sociedade haitiana e paralisa todas as atividades da

população é a questão da insegurança. Este problema é tão poderoso, bem organizado, controlado e generalizado que afeta indiscriminadamente todas as classes sociais. A título de exemplo, as turbulências e os protestos nacionais conduzem a um fenômeno conhecido como *lock countries*, que dura meses. E, apesar de tudo isto, os políticos fazem ouvidos de mercador e ignoram as reivindicações. Paulo Freire (1987) nos explica, de certa forma, a importância das manifestações populares contra um sistema que oprime homens e mulheres que reclamam o seu direito a viver com dignidade. As manifestações populistas são talvez o melhor exemplo deste tipo de atitude por parte dos oprimidos que, ao identificarem-se com líderes carismáticos, sentem-se eles próprios ativos e eficazes. A revolta que exprimem ao emergir no processo histórico é motivada por um desejo de ação efetiva. As elites dominantes veem como remédio mais dominação e repressão, tudo em nome da liberdade, da ordem e da paz social, ou seja, exclusivamente a paz das elites. Assim, elas podem condenar, logicamente do seu ponto de vista, a violência de uma greve operária e podem chamar o Estado, sem pestanejar, a usar a violência na repressão da greve. Esta força obscurantista, escondida pelas classes dominantes, não se deixa intimidar por qualquer forma de revolta. Utilizam o seu poder econômico e político para lutar contra todos os que pretendem alterar as coisas como são e introduzir inovações no tecido social.

Paulo Freire (1967) deixa claro, tendem a deter o processo, daí a emergência do povo, com todas as suas consequências. Uma forma de ignorar as reformas e reivindicações da população sofrida. Durante esses momentos de turbulência social, o Estado e suas instituições estiveram ausentes. O país se encontra sob o domínio do banditismo¹². Acreditamos que foi num contexto de segurança que Jean Verlain (2014) afirmou que se tratava de um país a reconstruir. Estas afirmações são feitas por adversários políticos que nada têm a ver com o interesse comum. Estão exigindo a sua parte do bolo¹³. Os seus interesses particulares são sempre contrários aos da população em geral. Assim, o movimento social haitiano continua dividido num grande dilema: por um lado, tem de demonstrar a sua força reivindicativa face a um interlocutor estatal inexistente; por outro, tem de desempenhar um papel mais de proposta do que de reivindicação, limitado pela fraqueza da mediação partidária e organizativa (Manigat, 2011).

O banditismo que afeta a população, sobretudo milhares de famílias, presentes sem desemprego. Estes bandidos armados estão tomando o controle de zonas onde existem

¹² Aqui, chamamos bandidos a todos os políticos e classe econômica que corrompem os jovens dando-lhes armas para explorarem os seus adversários. Na hierarquia dos responsáveis pela criminalidade no Haiti, eles são os primeiros.

¹³ O país é visto como um bolo, com todos os políticos a lutarem pela sua parte.

indústrias de transformação onde estas pessoas trabalhavam. As fábricas e os centros comerciais estão a ser encerrados devido à tensão semeada pelos bandos. Por outro lado, milhares de famílias são enlutadas pela perda de um membro da família em confrontos entre polícias e bandidos ou em ajustes de contas entre grupos de bandidos. “Toda crise social, humanitária ou política desperta impulsos que polarizam e, às vezes, modificam o próprio movimento social” (Manigat, 2011, p. 179–184). No nosso caso, as famílias deslocadas para escapar à insegurança encontram-se sozinhas, enfrentando o seu destino sem qualquer apoio psicológico, moral ou financeiro por parte dos membros do governo, ou das instituições envolvidas. Segundo Pierre Louis Naud (2007), a solução para este fenómeno de banalização da violência multifacetada passa apenas pelo reforço da capacidade de aplicação das leis civis e políticas.

Esta posição assenta no pressuposto de que quanto mais eficaz for o sistema judicial, mais garantida será a aplicação da lei e mais conformes serão os comportamentos dos atores socioeconômicos. Para isso, o Estado deve trabalhar em conjunto com todos os atores do país para melhorar a segurança, encorajar as reformas, concentrar-se nas fontes de fragilidade e procurar impactos a curto prazo ligados a reformas estruturais a longo prazo que beneficiem todos (Chataignier; Magro, 2007). Cabe aos membros do governo encontrar um consenso entre os diferentes sectores nacionais para iniciar um processo de diálogo franco sobre as principais causas da deriva do país. Este processo não deve ser apenas abstrato, mas deve traduzir-se em ações concretas para tentar resolver os problemas que o país enfrenta entre irmãos e irmãs haitianos. Não queremos com isto dizer que os nossos dirigentes não têm capacidade intelectual para dirigir o país. Mas há falta de capacidade de liderança, ignorância da política, vontade de perpetuar a corrupção e falta de vontade nacional e patriótica¹⁴ para reconciliar um povo onde não há conflitos étnicos, religiosos ou outros. Numa sociedade em que todos pertencem à mesma força social, os conflitos são limitados, tendo sido resolvidos através da estrutura da força social. Apesar de todos os problemas da sociedade haitiana, não é preciso muito esforço para lhes pôr termo.

O único desafio que se coloca aos dirigentes políticos é o de unir o país e de o gerir de forma transparente. Para atingir este objetivo, temos de mudar o nosso paradigma, a nossa forma de fazer as coisas. É preciso criar instituições fortes para o efeito. Porque “O conjunto de instituições estatais (poderosas) deve ser desatado, a estrutura global deve ser modificada, mantida sustentável, eliminada injustiças e criada novas” (Dussel, 2006, p.

¹⁴ O patriotismo tem o nosso significado para um dirigente político haitiano: amar o país e trabalhar para que esta terra prospere, explorando as suas riquezas naturais em benefício da população. E exigindo um acordo nacional.

151). O autor insinua nas entrelinhas que devemos unir esforços para combater todos os males que impedem a paz, a segurança pública e o desenvolvimento. Caso contrário, estaremos condenados a perpetuar o estado desumano em que nos encontramos. É por isso que precisamos de homens com qualidades de lideranças comprometidas com o povo para criar instituições fortes. Embora as instituições, por si só, sejam maiores do que qualquer pessoa. Mas, precisamos de modelos para lançar as bases das instituições que devem servir a nação. Líder que caminha ao lado do povo para o progresso, verdadeiros políticos esclarecidos que estejam à altura da tarefa. É neste sentido que podemos dizer que a capacidade de criar instituições políticas é uma capacidade de promover os interesses públicos. Uma população sedenta de bem-estar coletivo que continua a esperá-lo dos seus dirigentes, apesar da má-fé destes últimos.

2.3 Migração, causa e consequência

Mais do que nunca, a migração tornou-se um tema de debate permanente nos países subdesenvolvidos. Na vida quotidiana dos haitianos, ela tem um impacto importante em todas as classes sociais, em geral. Para aprofundar esse assunto, temos o direito de considerá-lo em dois movimentos. O primeiro, conhecido como migração interna, e o segundo como migração externa. Para sermos mais explícitos, voltemos à história deste povo, para encontrar a gênese da migração. Segundo Alain Saint-Victor e Exentus Renel (2022), um dos fenômenos mais marcantes da história haitiana no início do século XX é a migração. A migração no Haiti começou num momento específico da história do país e num contexto específico. Voltando à história do país, em 1915¹⁵, ocorreu no país um evento marcante que mudaria o destino de toda uma nação. Foi a ocupação estratégica do Haiti pelos Estados Unidos. Com este ato odioso contra a soberania do país, os conquistadores travaram o seu desenvolvimento precário para aumentar o seu capital econômico. Cédric Audebert (2012), vai na mesma linha quando diz que o desembarque dos Marines no Haiti ocorreu num contexto geral de penetração dos interesses econômicos dos Estados Unidos nos países caribenhos, apoiado por um intervencionismo militar cada vez mais frequente na região. O que nos impede de usar o termo ocupação para este exercício é a invasão do território haitiano.

Para entendermos melhor o contexto da ocupação do território haitiano pelos norte-americanos em função de seus interesses específicos, é importante situá-la num

¹⁵ Ano da invasão do Haiti pelas forças armadas americanas, que terminou em 1934.

contexto histórico e ambiental. Havia uma turbulência política interna no país, e os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para ocupar o território sob o pretexto de que tentaram pôr ordem nos líderes políticos e, por extensão, na população. Uma coisa é certa: no início do século passado, os Estados Unidos estavam no auge da sua hegemonia. Queriam mostrar o seu poder a todo o mundo, dominando os países menores e militarmente mais fracos. Dominaram quase todos os países caribenhos com o seu poder. Ao mesmo tempo que a ocupação do Haiti 1915–1934, houve a ocupação militar norte-americana da República Dominicana 1912–1924 (Audebert, 2012). Esta ocupação conjunta de toda a ilha criou uma espécie de dependência entre os trabalhadores haitianos, que já não conseguiam encontrar terras para cultivar, e havia muitas plantações de cana em São Domingos e em Cuba, que tinham falta de trabalhadores para as trabalhar. É de salientar que, durante a década de 1920, um dos factores que levou a estas deslocações massivas foi o fato de a força de ocupação se ter apoderado das terras dos agricultores haitianos e, para satisfazer as suas necessidades, estes haitianos tiveram simplesmente de migrar para as plantações de açúcar em Cuba e na República Dominicana (Saint Victor; Exentus, 2022). No mesmo contexto, a outra parte do campesinato que não migra para o exterior, despojada da sua fonte de riqueza, a terra, é forçada a abandonar o campo através de um movimento maciço de pessoas de todo o campo para se instalarem no departamento de oeste. É aqui que se situa a capital do país, uma zona econômica e política. Ao mesmo tempo, este foi o início da migração interna no Haiti.

Embora a migração interna tenha as suas desvantagens na sociedade haitiana, tais como a centralização e a favelização da parte ocidental do departamento e das grandes cidades, e muitos outros aspectos prejudiciais para a sociedade, não queremos concentrar-nos na questão da migração interna na nossa investigação. Preferimos concentrar os nossos esforços, numa primeira parte, nas causas fundamentais da migração dos haitianos para terras estrangeiras e, numa segunda parte, nas consequências desta migração para o país de origem.

Segundo Labelle Micheline e Larose Serge (1983), a migração laboral começou com a ocupação americana em 1915, que redefiniu o lugar do Haiti no sistema mundial capitalista e no sistema regional de um país. Esta definição do lugar do Haiti na hierarquia mundial dos países independentes colocou-o sob a tutela das grandes potências econômicas e políticas mundiais, nomeadamente os Estados Unidos, o Canadá e a França. Num entendimento sustentado dos assuntos políticos no Haiti, são estas três potências que decidem o que é bom ou mau para o país. Neste caso, a migração forçada ou a deportação

do campesinato haitiano do seu habitat natural causaria graves danos à economia, ao desenvolvimento e ao futuro do país. No que diz respeito aos abusos e abusos cometidos pelos invasores americanos, a historiadora Suzy Castor tem o seguinte a dizer, conforme relatado por Saint Victor e Exentus (2012), mais de 266.000 acres de terra foram tomados por empresas americanas, explicando na maioria por que quase 300.000 haitianos tiveram que deixar o país para Cuba e a República Dominicana durante a ocupação. Podemos utilizar estas reflexões para dizer que a primeira vaga de migração que o país conheceu não foi voluntária. Viviam pacificamente no seu território habitual até que algo os obrigou a partir em busca de um futuro melhor. O que é importante notar é que na origem da migração haitiana está aquilo a que chamamos migração forçada, contextos e circunstâncias específicos, internos ou externos, que obrigam os haitianos a deslocarem-se em grande escala. Sem estas causas, os haitianos permaneceram no seu país e trabalham para o seu desenvolvimento.

Este fluxo migratório não voluntário prosseguiu irregularmente e constituiu o essencial da mão de obra da indústria açucareira em Cuba até à revolução e na República Dominicana até aos anos 70 (Saint Victor; Exentus, 2022). Durante todos estes anos, a mão de obra haitiana esteve ao serviço do desenvolvimento econômico e infraestrutural de outros países, numa altura em que era extremamente necessária para aumentar a produção nacional e colocar o país na via do desenvolvimento. Nessa altura, os imigrantes trabalhavam principalmente nas plantações de cana-de-açúcar e no processo de transformação da cana em açúcar. Estas forças de trabalho destinavam-se a enriquecer os projetos de desenvolvimento de outros povos, e o principal fornecedor de mão de obra era o Haiti. Apesar do salário insuficiente e da saúde precária, estes migrantes trabalhavam para sobreviver noutros países, principalmente nas plantações. E um dos principais beneficiários da mão de obra haitiana eram os mesmos invasores que os haviam obrigado a abandonar o seu país. Alain Saint Victor e Exentus Renel (2022) dizem-nos que estas plantações de açúcar são obra da expansão do capital norte-americano, que obtém enormes lucros com excesso de terras disponíveis e mão de obra haitiana importada.

Para compreender o dinamismo da sociedade haitiana atual, é necessário analisar a estrutura social deixada e imposta pelos invasores americanos no início do século passado. A ocupação nunca foi benéfica para o país. O pior de tudo é que traçou um novo rumo para o povo, uma descida ao inferno. Neste contexto, o destino do país estava doravante traçado; constituía uma reserva de mão de obra barata para o desenvolvimento dos vários países do continente (Labelle; Larose, 1983). Podemos, portanto, sugerir que este momento doloroso

da história deste povo fez dele um dos principais fornecedores de trabalhadores migrantes para os países do mundo que precisam ainda hoje deles.

Nos anos que se seguiram à ocupação americana do Haiti em 1934, outros fatores específicos funcionaram contra as classes média e baixa da maioria silenciosa. A aventura de despojar o campesinato haitiano de suas terras continuou sob os diversos governos. “Nos anos 40, com o objetivo de abastecer o exército norte-americano, a sociedade norte-americana *Société Haïtiano-Américaine de Développement Agricole* apropriou-se de dezenas de milhares de hectares para produzir borracha e pasta de papel” (Saint Victor; Exentus, 2022, p. 2). Mais uma vez, estes camponeses pobres, que perderam as suas terras, não têm outra opção senão o êxodo em massa para as grandes cidades do país ou a deslocção para a República Dominicana e Cuba para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, independentemente das suas condições de vida na sua terra natal.

Os grandes acontecimentos sucederam-se sem haver uma mudança profunda para o povo haitiano. Depois veio o momento político e simbólico que iria marcar toda a história do Haiti. A ditadura dos Duvalier¹⁶, pai e filho, que exerceram um poder de ferro e a mais desumana repressão sobre todos os sectores da vida nacional durante 29 anos, de 1957 a 1986. A perseguição política, a extorsão e os crimes hediondos provocaram mais uma vez o êxodo dos haitianos, como uma nova forma de protesto contra um sistema sanguinário de governação política. Estamos, portanto, a assistir a mudanças negativas muito profundas na sociedade haitiana. Há uma luta constante pelo poder entre o Estado e o povo haitiano, onde o espaço para a liberdade de expressão e para expressar o seu ponto de vista político foi reduzido. Estas transformações sociais são benéficas para o governo no poder, onde um homem detém todo o poder político e econômico nas suas mãos e nas dos seus apoiantes através do terror. Foi durante esse período que uma nova era de emigração haitiana começou a tomar dimensões mais amplas. Ao contrário das primeiras vagas de migração dos anos anteriores, que diziam diretamente respeito à classe camponesa, está afetando indiscriminadamente todos os estratos sociais.

Os primeiros a serem afetados foram os membros da elite mulata, que foram também os primeiros a deixar o país no final dos anos 50 para os Estados Unidos. Paralelamente à emigração das classes urbanas socialmente favorecidas, desenvolveu-se a emigração clandestina de camponeses pobres para a República Dominicana e, pela primeira vez, para as Bahamas (Audebert, 2012, n.p).

¹⁶ Esta ditadura caracteriza-se pela repressão de todos os opositores políticos e pela proibição dos partidos políticos. Poder totalitário e autoritário para toda a vida.

Quando não se trata de uma dominação por uma força estrangeira que obriga os camponeses a abandonar o seu território natural, a causa é a má governança e as lutas políticas. Podemos constatar que a emigração dos haitianos é um fenômeno estrutural social forçado para a grande maioria das pessoas, consideradas adversárias políticas ou despojadas dos seus bens e desempregadas. Petrusek, citado por Cédric Audebert (2012, n.p) vê a emigração haitiana, antes de mais, como uma consequência da difícil situação econômica no país de partida” . Isto é algo que os políticos do país queriam e planejavam.

Para compreender a emigração forçada dos haitianos pelos ditadores Duvalier, pai e filho, é preciso contextualizá-la para medir o número de haitianos que fugiram para países estrangeiros devido à perseguição política e à falta de liberdade de expressão. Como resultado deste governo, os haitianos estão começando a encontrar outras terras de refúgio e estão partindo em números significativos. Alain Saint-Victor e Renel Exentus (2022) relatam o seguinte: em 1970, 30.000 haitianos viviam nos Estados Unidos; em 1973, 40.000 nas Bahamas; de 1974 a 1985, o crescimento da imigração haitiana para a Guiana foi tão elevado que o número de imigrantes representava 20% da população total do país em 1985. Estes números referem-se aos migrantes que se encontram em situação legal segundo a lei de migração de cada país citado. Quanto àqueles que chegam a esses territórios ilegalmente, em situação irregular, isso está longe de ser suficiente e pode aumentar enormemente esses números.

Este fenômeno de saída dos haitianos do seu país afeta outro setor fundamental da vida nacional. Trata-se da fuga de cérebros, com a saída do país de pessoas importantes em diferentes domínios. “O êxodo de pessoal qualificado é espetacular, começando pelos médicos e enfermeiros e estendendo-se aos professores, gestores administrativos e técnicos e trabalhadores especializados” (Labelle; Larose, 1983, p. 81). Devido à sua ideologia política, contrária ao sistema ditatorial em vigor, não quiseram colaborar com o poder, sendo obrigados a exilar-se ou a falecer no local. Estes movimentos da classe intelectual do país dirigiram-se mais especificamente para os países da América do Norte e para a antiga metrópole.

O desenvolvimento e a repressão das lutas contra o regime de Duvalier, os limites do crescimento dos sectores privado e público, a superprodução de diplomados universitários e a incapacidade dos poderes públicos, dada a sua natureza de classe, de encontrarem soluções para o subdesenvolvimento, impulsionariam, ao mesmo tempo, a migração de novas categorias de trabalhadores para os centros capitalistas avançados, Canadá, Estados Unidos, França e certos países do Terceiro Mundo, como a África (Labelle; Larose, 1983, p. 81).

As desordens administrativas de um regime totalitário provocaram uma escassez de recursos humanos tão grande como a ocupação americana da ilha. Nesta longa história da imigração, podemos distinguir entre imigração econômica e imigração política, ambas forçadas em dois contextos diferentes.

Nas duas últimas décadas, o fluxo de imigração haitiana no mundo atingiu o seu auge. Nesta pesquisa sobre a migração atual, queremos apenas analisar os fatos que explicam esse desejo de deixar o Haiti, de 2010 a 2022. Desta vez, a América do Sul tornou-se gradualmente um novo pólo de migração para os haitianos que procuram trabalho e condições de saúde normais. “Muitos pesquisadores traçam a imigração haitiana para o Brasil, considerando o terremoto ocorrido no Haiti em 12 de janeiro de 2010 como a principal causa” (Pedroso Neto; Monace, 2022, p. 1). Após essa catástrofe natural, que assolou o país e causou perdas consideráveis de bens materiais e vidas humanas, a possibilidade de os sobreviventes deixarem o Haiti rumo a outros horizontes soou como a última esperança para um povo de joelhos. Na grande maioria dos casos, estas pessoas deslocadas aproveitaram a oportunidade para imigrar para a América do Sul, na esperança de encontrar uma educação adequada e, ao mesmo tempo, tentar organizar a sua vida de outra forma.

Aqueles que permaneceram no país, procurando uma maneira de sobreviver apesar de se enfrentarem crises maiores de um dia para o outro. Tudo o que têm em mente é a busca de uma vida tranquila na América do Sul, em países como Brasil, Chile e México, que oferecem vantagens aos migrantes haitianos. “A pobreza, a guerra, o abandono social e as catástrofes naturais fazem com que o ser humano, na esperança de resgatar a sua dignidade, saia em busca de uma melhor qualidade de vida” (Da Silva; De Lima, 2016, n.p). Um aspecto a ter em conta é que os próprios haitianos não migram para a América do Sul em busca de riqueza; fazem-no porque procuram uma vida humanamente estável com o mínimo, onde todos os seus direitos como seres humanos sejam respeitados, onde os direitos fundamentais que garantem a dignidade humana sejam respeitados. Por vezes, para fazer a viagem, o haitiano gasta uma fortuna em comparação com outros migrantes de outras regiões. A procura de paz, trabalho, estabilidade financeira e tantas outras opções são as razões pelas quais os haitianos viajam para o estrangeiro. De acordo com dados da ONU, em 2019, cerca de 1,5 milhões de haitianos migraram nos últimos dez anos, representando 14,26% da população haitiana ativa. Os seus novos destinos incluem o Brasil, o Chile, o

México, o Panamá, o Equador e o Peru, que servem frequentemente de zonas de trânsito (Dubuisson, P-R citado por Saint Victor; Exentus, 2022, p. 2). Esta forma de trânsito destes migrantes nestes países, com o objetivo de chegarem aos Estados Unidos, pode durar algum tempo até dar origem a um estatuto de migrante permanente para estes países de trânsito.

As esperanças que estes migrantes têm de deixar os seus países de origem, e a qualidade de vida que esperavam ter nos países onde chegaram, nem sempre são as mesmas que pensavam. Na maior parte das vezes, é exatamente o contrário que tiveram de enfrentar no seu país de chegada. Enfrentam situações de vida que nunca experimentaram no seu país de origem, sendo obrigados a lidar com uma nova vida. No seu país, poderiam viver melhor se as restrições de segurança não os obrigasse a um êxodo forçado. “A fome, o desemprego, a discriminação os espreitam, enfim, são muitos os desafios dos países e não cabe somente a um buscar solução. Isto porque esse movimento imigratório não se dá somente nos países da América Latina, mas é um movimento geral, em busca da sobrevivência” (Da Silva, 2016, n.p).

Nos anos que se seguiram, os haitianos migraram para países da América do Sul por outras razões. Essas razões para a emigração também são susceptíveis de variar com o tempo e o contexto político do Haiti. Atualmente, são problemas ligados à insegurança, à pobreza e ao desemprego num país onde políticos altamente corruptos reinam como super-heróis e não agem no interesse da população. Temos de olhar para a perspectiva subjacente a esta nova forma de migração como algo planejado pelos dirigentes do país, que não criam as condições necessárias para que os jovens haitianos e haitianas fiquem e trabalhem para colocar o seu país no caminho do desenvolvimento. E vê a migração como o resultado de uma decisão puramente racional tomada por um grupo de pessoas para outro. “No entanto, seria no mínimo surpreendente, senão completamente aberrante, que as causas estruturais da migração estivessem completamente ausentes das interpretações e motivações individuais recolhidas numa amostra representativa de migrantes” (Larose, 1985, p. 23-31). Porque, de todas as pessoas deslocadas, há pessoas de classe média que estavam bem no seu país, mas que, devido a uma situação degradante, tiveram de partir, deixando todos os seus sonhos para trás. Ou são diretamente afetados pela insegurança no país, ou alguém que lhes é próximo, e não se sentem seguros com o governo, pelo que desistem de tudo, até do seu emprego bem pago. Para eles, o mais importante é salvar as suas vidas. “A decisão de emigrar nunca é simples e envolve sempre um conjunto complexo de motivos e acontecimentos” (Larose, 1985, p. 23).

Considerando que a migração é um fator que degrada uma sociedade, é necessário

encontrar as principais causas que levam os haitianos a praticá-la todos os dias com maior intensidade. A maioria dos estudos sobre as causas da migração centra-se nas causas profundas desse flagelo. No entanto, estas variam consoante a região, o período e o motivo, que pode ser político, económico, de migração forçada ou outro (Vandererf; Heering, 1996). De facto, o estudo das causas dos movimentos migratórios continua a ser um tema verdadeiramente interessante e, consoante os países, podemos encontrar resultados de inquéritos semelhantes, mas diferentes na sua substância. Por conseguinte, esta investigação permanece geralmente incompleta. Desde a ocupação americana, que marcou o início da migração, até agora, podemos ver no subconsciente do povo haitiano uma espécie de “cultura da migração”¹⁷, numa tentativa de escapar aos problemas internos da sociedade. Para além deste aspecto histórico, existem situações catastróficas e repugnantes que os levam a migrar. Em primeiro lugar, o desemprego é elevado no país. Este grave problema leva os haitianos a irem para todo o lado com o único objetivo de trabalhar sem odiar o seu país. A este respeito, Serge Larose (1985, p. 25) numa investigação, relata o testemunho de um trabalhador agrícola que chegou ao Quebec nos anos 1980: “O meu país é um país ótimo; adoro-o. Vivi lá; não tinha frio; tinha bom sol; estava habituado ao meu país. Eu vivia lá, não tinha frio, tinha bom sol, estava habituado ao meu país. Mas o país carece de organização e de trabalho. Por isso, fui-me embora para encontrar um país onde houvesse um pouco mais de trabalho”.

Este discurso reflete o mesmo sentimento vivido atualmente pela grande maioria dos haitianos que vivem fora do país. O desemprego está atingindo duramente a população em idade ativa. De acordo com um estudo de Jean-Marie Theodat (2021) que fala, no Haiti mais de 75% da população vive com menos de dois dólares por dia. Esta anomalia social cria um desequilíbrio total no seio da população, nomeadamente entre os jovens à procura de trabalho. Existe uma força humana potencial disponível para o trabalho, mas não há lugar para que ela possa tirar o máximo partido de todas as suas capacidades humanas ao serviço do desenvolvimento do país. Assim, Larose (1985) afirma que, no Haiti, a ideia de partir está na cabeça das pessoas assim que elas têm idade para trabalhar; não há nada para fazer no Haiti. Dessa forma, a emigração para países economicamente desenvolvidos insere-se na procura de satisfação de necessidades, como o desemprego e o subemprego no país. Nessas situações, a emigração para outros países é vista como a única iniciativa adequada para sair da pobreza e aspirar a um futuro melhor. É visto como um processo

¹⁷ Termo utilizado por Vanderrf e Heering para designar as migrações provenientes de Marrocos, nomeadamente no seu livro *Causes of international migration*, 1996, p. 120.

normal de passagem de um país pobre para um país mais avançado. Neste sentido, o subdesenvolvimento é um fator importante a favor da migração dos países menos avançados para os países desenvolvidos e emergentes. Mais especificamente, a migração externa dos países pobres foi percebida, aceita e incorporada nas estratégias individuais ou colectivas como uma alternativa aos constrangimentos econômicos, de segurança, demográficos ou ecológicos prevalentes, porque havia inicialmente uma procura premente de mão de obra dos países do Norte e dos países do Sul em rápida expansão (Vandererf; Heering, 1996). Nos bastidores, a migração de haitianos para o Chile e para o Brasil foi, a dada altura, o resultado da procura destes dois países aquando da sua urbanização.

Num contexto semelhante ao do desemprego que provoca a fuga dos nossos compatriotas, o fenómeno da insegurança alimentar crônica, que está em pleno andamento no país, é uma causa direta deste flagelo. De acordo com os dados da Agência Central de Inteligência relatados por Kianersi Sina et al. (2021), desde 2016 o Haiti tem sido um país de baixo rendimento, com cerca de 60% da sua população de quase 11 milhões de habitantes vivendo abaixo do limiar da pobreza. Hoje, após cinco anos de descida do país ao inferno em consequência de crises políticas sem precedentes, esses números estão longe de ser suficientes para falar da miséria que existe no país. Para além da falta de responsabilidade dos nossos dirigentes e da falta de sensibilidade para com a agricultura, elemento essencial da luta contra a pobreza, as catástrofes naturais, por vezes, não funcionam a nosso favor. Na maior parte das vezes, acabam por destruir o que já era uma situação precária no país. “Terremotos, inundações, secas e furacões intensificaram a insegurança alimentar no Haiti, limitando a produção alimentar e aumentando os preços dos alimentos” (Louis Herns Marcelin et al., citado por Kiarnesi et al., 2021, p. 105530). Na sua maioria, estes acontecimentos provocam uma redução da quantidade de recursos disponíveis, que já eram insuficientes para satisfazer a fome de toda uma população.

Um último elemento que podemos considerar como um módulo da migração é a insegurança física de qualquer cidadão, juntamente com a perseguição política. A insegurança afeta todos os sectores da vida nacional e ninguém está protegido por qualquer instituição de aplicação da lei. Os membros da polícia nacional são impotentes perante a insegurança e a violência que grassam no país. A sua função é manter a paz no país, como diz o seu lema: proteger e servir. Assim, se a polícia, a instituição responsável pela segurança em todo o país, se sente ultrapassada pela situação, não podemos deixar de nos interrogar sobre quem está seguro no país. Esta incapacidade de controlar a segurança das

peças em causa leva a que estas vejam a necessidade de salvar a pele e ir para qualquer lado. Desde que haja esperança de uma vida tranquila. Bastick M. e Whitman T., relatados por Joseph Kerline e Roussel Méliça (2013) dizem-nos que a segurança requer o acesso à educação e aos cuidados de saúde, à democracia e aos direitos humanos, bem como ao desenvolvimento económico. Isto tem um significado mais amplo do que pensamos. Mais ainda, cada pessoa deve sentir-se protegida pelo governo, por si própria e pelos seus bens. Quando estas condições primárias não estão reunidas, é um facto natural que as pessoas abandonem este país.

Observando todos esses abusos e as fraquezas do Estado, aqueles que não dão sua opinião favorável aos que governam o país são forçados a ir para o asilo político ou arriscam falecer. Geralmente, aqueles que criticam os abusos dos que estão no poder são intelectuais, pessoas bem informadas que sabem como fazer as coisas de forma diferente para o progresso. Eles são marginalizados pelos políticos corruptos, sendo forçados a deixar o país. O contraste é que os verdadeiros defensores da democracia são marginalizados em uma prática descrita como democrática. “Com o fenómeno da globalização, o uso transversal do termo segurança tornou-se prática comum na análise de outros conceitos vitais para o estabelecimento ou manutenção de uma democracia” (Joseph; Roussel, 2013, p. 21-24). Não há um órgão que garanta o controle imparcial da segurança no país e os direitos dos opositores políticos são deixados intocados, enquanto intelectuais e formadores de opinião veem seus direitos fundamentais expostos, especialmente sua liberdade de expressão. Nesse país, ou você apoia o governo no poder, ou sua condição é o de exílio político, distante da política interna.

A migração tem um fim positivo para os migrantes. Mas tem consequências graves para o país de partida, que representa um importante fornecedor de mão de obra e/ou de cérebros para o país de chegada. Além disso, apenas um grupo-alvo de pessoas está apto a praticar o fenómeno da migração. Para Vandererf e Heering (1996) este grupo tem as suas próprias características: o candidato médio à emigração é jovem, solteiro, em idade ativa, com um primeiro emprego na maior parte dos casos e um nível de educação superior. Esta categoria de jovens divide-se em dois ramos específicos, os não licenciados e os profissionais. No primeiro caso, esta situação tem um efeito significativo no desenvolvimento do país de partida, a sua força de trabalho diminui e a estrutura estratégica da sociedade altera-se de forma dinâmica. No segundo caso, quando o número de licenciados é astronómico e estes abandonam o país de origem, por razões de segurança ou políticas, por falta de emprego no seu país de origem ou por outras razões, isso atrasa o

desenvolvimento do país de origem. Não há mais pessoas para pensar e tentar materializar os recursos da nação através de meios técnicos. Este fenômeno é designado por fuga de cérebros. Com a sua capacidade de mobilidade, estas pessoas procuram sobretudo países com um nível adequado à sua profissão. A imigração haitiana para o Quebec, os Estados Unidos e a França caracteriza-se pela sua bipolaridade, na medida em que contribui para a fuga de cérebros dos países subdesenvolvidos e, ao mesmo tempo, fornece mão de obra para os sectores menos qualificados e precários da economia do país (Labelle; Larose, 1983). Hoje, com a deterioração da situação política do país, os países da América do Sul tornaram-se os principais receptores de cérebros, tendo o Haiti como fornecedor. Colocam a sua experiência ao serviço dos países mais avançados, enquanto a fonte primária tem grande necessidade dos seus serviços e não está preparada para os receber em condições mais ou menos adequadas.

Vemos na migração a consequência última dos males da realidade haitiana. O povo haitiano quer viver em todos os lugares do planeta, exceto em casa, no Haiti. A migração haitiana é uma não aceitação da luta da população para reorganizar a sua sociedade. Isso tem uma relação direta com a educação recebida, com pedagogia da educação colonial e com um sistema político que não visa o interesse do país. Isso faz com que não se desenvolva um sentido de patriotismo e amor pela sua pátria.

2.4. Síntese

Ao longo desta primeira parte do nosso trabalho, tivemos em vista realizar uma investigação antropológico-histórico-social sobre o Haiti, com o objetivo de encontrar as fontes dos problemas cruciais que estão corroendo o país e a impedi-lo de se posicionar como um país em desenvolvimento, mas sim como um país em vias de extinção. Entre muitos outros, podemos referir três termos-chave para as crises que afetam a sociedade atual e que têm raízes profundas na história deste povo. Em primeiro lugar, crise multifacetada para englobar as diferentes facetas da sociedade num estado de fracasso perpétuo, que está causando turbulência, tais como as realidades políticas, sociais, econômicas, infra-estruturais, sanitárias, agrícolas e outras. Através da nossa investigação, pudemos concluir que os problemas internos que afetam o país são tão antigos como a sua história. Para ser mais explícito, o país viveu dois anos de paz total 1804-1806 após a sua independência sob o reinado do pai fundador da nação, o Imperador Jean-Jacques Dessalines 1756-1806. No entanto, desde o seu assassinio, sempre houve conflitos pelo poder, com o objetivo de se fazer

bem a si próprio e aos que lhe são próximos. O povo sai sempre a perder. Estas crises políticas repetidas têm um impacto direto na gestão da sociedade civil e, da mesma forma, no desenvolvimento do país. Estamos firmemente convencidos de que esta é uma das principais causas da insegurança alimentar e da pobreza no Haiti.

Ao longo da nossa investigação, destacamos a fragilidade das instituições do Estado como um dos graves problemas da sociedade. Assistimos a um sistema de justiça incapaz de punir os corruptores, os que roubam os bens do Estado e todos os responsáveis pela violação da lei que têm alguma influência no governo no poder. O fenómeno da impunidade está aumentando o nível de insegurança em todo o país. A população é deixada à sua sorte, pois a polícia é impotente para fazer face ao agravamento da crise de segurança que assola o país há demasiado tempo. Devido ao instinto de sobrevivência e de preservação da vida, comum a todos os seres vivos, os haitianos procuram sempre proteção noutras terras. A miséria, a pobreza e a insegurança sempre foram as principais razões que levaram os haitianos a deixar a sua terra natal para procurar refúgio noutros países. Esta vaga de migração haitiana não é isenta de consequências para a já frágil economia do país. É de salientar que os jovens fogem do país devido à insegurança e à procura de trabalho, enquanto os intelectuais e as elites económicas partem por razões políticas.

3 EDUCAÇÃO POLÍTICA, UMA SAÍDA DA CRISE COM PAULO FREIRE

Paulo Freire (1987) observa haver uma espécie de dualidade de posições que abala o mundo e gera um tipo de desumanização na sociedade humana. Isso se explica pelo fato de que há opressores, pessoas e classes que, por seu poder, dominam à força outras pessoas oprimidas que, às vezes, são impotentes para se revoltar. Vamos traduzir essa realidade opressora-oprimida para a realidade do Haiti, onde um pequeno grupo toma todo o poder político ou econômico com o único objetivo de controlar e subjugar a população. Isso é conseguido por meio de uma educação colonialista criada para alienar a população e criar preconceitos. Para contornar essa situação, nos referimos a Paulo Freire, que desenvolveu uma pedagogia capaz de educar para uma política contra a opressão e de auxiliar os oprimidos a se libertarem do jugo da opressão para se tornarem atores conscientes de sua própria existência e pôr fim à equação dominante-dominado. O personagem principal dessa educação é a luta por justiça e amor em nossa sociedade. Para chegar a esse estágio, uma política educacional real precisa ser implementada. É por isso que, neste capítulo, usaremos dois conceitos importantes do pensamento de Paulo Freire, “educação libertadora e política libertadora”, como parte da solução para superar a crise no Haiti e colocar o país no caminho do desenvolvimento. O desenvolvimento de que estamos falando para o Haiti não é o mesmo que para todos os países industrializados. Se conseguirmos chegar lá, será bom. Mas sim, um nível de vida médio em que todas as necessidades primárias sejam satisfeitas. Outros, além disso, criam infraestruturas rodoviárias e energéticas, escolas e cuidados de saúde gratuitos, autossuficiência alimentar, etc. Com estas necessidades satisfeitas, avançaremos para um desenvolvimento verdadeiramente eficaz.

3.1 Educação colonial

Todos os países na via do desenvolvimento têm na sua agenda política um projeto educativo capaz de responder às aspirações evolutivas futuras da nação. Porque, atualmente, não se pode falar de desenvolvimento sem educação. Para além dos benefícios de uma boa educação para o ser humano que vive em sociedade, existem critérios políticos muito fortes para a educação. Há uma certa proximidade entre estes dois termos: política e educação, para facilitar uma convivência baseada no progresso. Kochie Akou Olga (2023) diz o seguinte, todo o modelo de educação pública é uma orientação política, uma vez que emana do Estado. É dever de cada governo controlar a educação e garantir que esta não seja um luxo para

alguns dentro das suas fronteiras. E a tarefa da educação é formar homens e mulheres capazes de exercer atividades políticas para garantir a justiça na sociedade. Em primeiro lugar, desenvolve no indivíduo uma certa aptidão para si próprio e, em segundo lugar, promove a convivência numa comunidade. Apesar das diferenças de opinião e de pontos de vista, a educação garante a solidez do tecido social. Uma boa educação visa sempre trazer a luz, no sentido platônico, aos seus principais destinatários. “Os textos internacionais associam o desenvolvimento de uma educação de qualidade a benefícios políticos e individuais” (Kochie, 2023, p. 114-123). Daí se depreende que o seu papel primordial é assegurar a formação integral da pessoa humana para viver a sua dimensão pessoal e colectiva.

Qualquer discurso sobre a educação exige um regresso às raízes deste termo para ver se, no contexto em que é utilizado, responde às exigências enunciadas à partida. A etimologia do conceito de educação exprime-o bem nestes termos: “educar é conduzir, portanto, guiar para um objetivo. O objetivo da educação é essencialmente positivo. Educamos para o verdadeiro, para o bem, para o belo e não para o falso, para o mau, para o feio” (De Landsheere; De Landsheere, 1978, p. 5). A sua vocação é conduzir o ser humano à felicidade pessoal e comunitária. Uma felicidade que é o objetivo último e a realização do desejo humano que pode ser adquirido a partir de agora através de uma boa educação.

Com base nesta definição etimológica, analisaremos em profundidade o sistema educativo haitiano à luz das ideias do pedagogo e filósofo Paulo Freire para ver as suas características específicas. Para Freire (2002), a educação deve basear-se numa abordagem centrada na emancipação e na conscientização dos educandos, de modo que estes possam questionar o seu ambiente imediato e não ficar sujeitos aos seus efeitos. Pois a educação é uma forma de intervenção no mundo para transformar a realidade. Nas suas reflexões, foi mais longe e pôs em causa um sistema educativo criado por colonialistas exploradores com o objetivo de continuar a dominar o antigo país colonizado. Paulo Freire (1987) chama-lhe educação colonial. Este termo faz sentido porque contribui para a perpetuação da opressão em todas as sociedades onde essa educação é praticada. “Os grupos de elite, agarrados ao privilégio, só se satisfazem com a ideia, que eles próprios nunca levaram a sério, de que a educação é a alavanca do progresso” (Weffort, Francisco C., In: Freire, 1967, p. 13). Os dominantes não querem que os dominados beneficiem do progresso, seja ele económico ou intelectual. A forma como esta educação é ensinada é vista como uma espécie de aceitação do fenómeno da dominação. Isso é altamente vantajoso para os opressores e, ao mesmo tempo, prejudicial para os oprimidos.

Falar da educação no Haiti num contexto filosófico e social é ver a sua ligação direta à política do país e a todas as facetas que regulam a vida em sociedade. Voltemos à gênese da história do país como nação livre para encontrar as raízes de um sistema educativo que não teve nenhum impacto positivo no desenvolvimento do Haiti. Após a independência, a preocupação dos primeiros dirigentes era criar uma nação forte através da educação dos seus cidadãos. Para isso, expulsaram todos os antigos colonizadores-executores que dominavam o país com as suas armas e pouparam os professores, médicos, padres e outros que tinham uma profissão que poderia ser útil à jovem nação. Os primeiros dirigentes da nação contrataram professores franceses para se ocuparem da educação do jovem país em construção. Esta iniciativa era correta do ponto de vista administrativo da cidade. Mas os dirigentes da época cometeram o grave erro de contratar antigos colonos para educar antigos escravos que se tornaram livres. Fizeram o trabalho difícil de nos libertar da escravatura doméstica forçada e, sem o pretenderem, uniram-nos intelectualmente. Porque esses professores coloniais nunca iriam ensinar aos pequenos haitianos o dever de um cidadão para com o seu país, como amar e servir o seu país. Pelo contrário, ensinam-lhe “conteúdos desligados da totalidade em que se geram e na visão da qual ganharam importância” (Freire, 1987, p. 33). Uma literatura que não é a sua, uma história das façanhas dos antigos colonizadores, uma bagagem intelectual que nada tem a ver com a realidade haitiana. Os colonizadores-professores sabem muito bem que ganham força não necessariamente através do controle físico, mas através do controle mental. Um trabalho que realizam cuidadosamente, criando um sistema escolar para a alienação mental dos alunos. Fazem exatamente o contrário daquilo que lhes é ensinado. Por exemplo, os alunos deveriam estudar primeiro a sua história, a história da resistência do seu povo aos invasores, a história da luta pela sua libertação que lhes devolveu o direito de fazer a sua própria história, e não a história dos reis de França e das intrigas da corte. Não eram chamados a fazer exercícios de modelagem em barro do poeta cego e zarolho coroadado de louros, mas a participar no esforço de reconstrução nacional (Freire, 1978). Ao fazê-lo, ao dar-nos uma educação ao contrário, estão afastando-nos da nossa cultura, da nossa religião, dos nossos costumes, dos nossos hábitos e de tudo o que faz de nós o que somos e o que nos orgulha enquanto povo.

Os problemas da educação haitiana num contexto linguístico remontam ao período imediatamente posterior à independência. Já durante o reinado do Presidente Alexandre Pétion 1807-1818, “reconheceu-se que a utilização do francês como língua de ensino era inadequada e propôs-se a utilização do crioulo na educação” (Brutus, Edner, citado por Saint-Germain, 1997, p. 611-642). O Presidente viu que a utilização do francês como língua

de aprendizagem no país era um obstáculo ao desenvolvimento da inteligência dos haitianos. A partir de então, a reforma educacional teria que ser feita “concentrando-se particularmente no aspecto linguístico” (Saint-Germain, 1997). Para além da língua estrangeira, neste caso o francês, vista como um entrave ao desenvolvimento intelectual dos haitianos, vejamos em profundidade o papel e o impacto desta educação colonial na sociedade.

Um dos primeiros fatores a ter em conta ao se analisar a educação no Haiti é a sua relação com a política. A educação neste país é uma das principais vítimas dos conflitos sociais. A turbulência política, as manifestações de massas e a insegurança têm um impacto negativo no sistema educativo. Os opositores políticos, para fazerem valer as suas reivindicações, fazem com que as escolas não funcionem, a fim de exercer mais pressão sobre os poderes instituídos. Isto deve-se à formação que recebemos. Porque “a lição mais importante que o colonialismo ensinou aos habitantes foi que a violência e o elitismo são as formas mais eficazes de conseguir o que se quer” (Luzincourt et al., 2010). Esta é uma lição bem aprendida porque a educação é usada como uma arma de violência para conseguir o que se quer.

Por vezes, em conluio com as crianças das escolas e os estudantes universitários, estas manifestações populares tomaram outros rumos muito graves. Luzincourt et al. (2010) explicam que a própria educação contribuiu de certa forma para o conflito político e social do Haiti, exacerbando as tensões e desencadeando distúrbios destrutivos. Noutros casos semelhantes, quando os professores pedem um ajustamento salarial ou exigem o seu salário mensal, é com os alunos que fazem as suas exigências. Neste caso, a educação é vista como causa e fator de conflito em solo haitiano. O conteúdo do currículo escolar e o reduzido número de pessoas que têm o privilégio de pagar os custos exorbitantes da educação aumentaram as tensões entre as classes socioeconômicas. Para elas, “a realidade com que lidam é a realidade idealizada de uma escola que cada vez mais se torna um dado adquirido, desvinculado do concreto” (Freire, 2002, p. 14). E está tornando-se um artigo de luxo para as massas sofredoras. A educação falha na sua vocação primordial, a qual é a de conduzir o ser humano para o bem, de trabalhar para a reconstrução do país, e está a ser transformada num objeto para alimentar tensões econômicas, sociais e políticas. Uma das principais características da educação colonial no Haiti é o fato de estar repleta de preconceitos e discriminação¹⁸.

¹⁸ Um preconceito muito difundido com que crescemos é o de que os alunos das escolas congregacionais pensam ser mais bem educados do que os das escolas públicas, porque falam melhor francês. Isto vai mais longe na sociedade, se você não consegue exprimir em francês, você é uma pessoa com pouco valor social.

Paulo Freire (1987) compara esse modelo de educação colonial praticado no país ao conceito de educação bancária como instrumento de opressão. Segundo ele, no modelo bancário de educação, o conhecimento é dado por aqueles que se consideram bem informados àqueles que consideram nada saber (Freire, 1987). Por outras palavras, o professor é visto como alguém que possui a plenitude do conhecimento e que o transmite aos alunos que nada sabem. Assim sendo, os alunos contentam-se em aprender como espectadores, sem terem de questionar os conhecimentos adquiridos. Não têm consciência de si próprios em relação aos conhecimentos que receberam. Na sua pedagogia, Freire critica esta forma de educação, que considera como uma transferência de conhecimentos do professor para o aluno. Para ele, “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2002, p. 21). No nosso caso, apenas o professor tem o privilégio de pensar por seus alunos, que permanecem passivos. Continuamos a receber esta formação dos mesmos antigos colonialistas e, por vezes, dos haitianos manipulados pelos colonialistas e não conseguimos escapar a este sistema. Precisamos de uma mudança de dinamismo para regressar ao que nos é autêntico “[...] a política educativa francesa parece refletir essa “educação bancária”, com a sua organização de cima para baixo e a sua relação pedagógica hierárquica” (Kochie, 2023, p. 114-123). Por outras palavras, cria uma distância entre o aluno e o professor. Esta distância não se baseia no respeito mútuo, mas no medo do castigo.

O sistema educativo posto em prática pelos opressores, tal como Paulo Freire o vê, é mais grave do que pensamos na sociedade haitiana. Contribui para criar desigualdades no seio da população em muitos aspectos que nos impedem de nos unirmos numa revolta contra a ordem estabelecida. Esta forma de atuar dura há muito tempo e continua a fornecer novas armas para regenerar o sistema, ao mesmo tempo que administra na corrupção a política do país. Na verdade, o que os opressores querem “é transformar a mentalidade dos oprimidos, não a situação que os oprime” (Simone de Beauvoir, citada por Freire, 1987, p. 34), para que, adaptando-os melhor a essa situação, possam controlá-los melhor. As elites económicas e político-administrativas do país não criam as condições necessárias para a educação estar ao alcance de todos, para conhecerem os seus direitos enquanto homens e mulheres. Além disso, é do interesse dos opressores manter o povo na ignorância para melhor o dominar. Neste sistema de exploração, o estudante que quer agir como uma pessoa que deseja a mudança vê-se encurralado pelos defensores do sistema de dominação. É exatamente o contrário do que concebe Paulo Freire (1967), esta educação só é possível enquanto compromete o educando como homem concreto, preparando-o ao mesmo tempo, para criticar as alternativas

apresentadas pelas elites e dando-lhe a possibilidade de escolher seu próprio caminho. No nosso caso, o caminho já está traçado, e não há espaço para reformas que alterem o sistema de exploração e dominação. É evidente que esse sistema de ensino fornece líderes corruptos para defender os interesses da elite econômica em detrimento dos interesses do povo.

O que é visto como um perigo para o futuro da nação, mas que é normal, é o fato de o sistema educativo do país ser largamente controlado pelo sector privado. O paradoxo é que a educação dada às crianças haitianas está completamente desligada da realidade haitiana. Além disso, muitas pessoas dizem que os haitianos são educados para servir outros países. Para nós, a utilidade dessa educação está fora do país. Porque aprendemos sobre uma cultura diferente da nossa, que não tem nenhum impacto positivo na nossa realidade. Do ponto de vista econômico, torna-se extremamente difícil para a grande maioria da população frequentar estas instituições privadas. O custo dos seus serviços de ensino é considerável em relação aos meios econômicos da classe média. A difícil situação econômica do Haiti deixou muitas famílias impossibilitadas de suportar os custos diretos e indiretos da educação, o que levou ao abandono escolar das crianças, sobretudo das mulheres. Alguns pais recorreram à divisão da educação entre dois filhos. Nesta situação, as crianças frequentam a escola à vez. O Estado é o principal responsável, porque não investe o suficiente no projeto educativo do país. Sobre este assunto, Luzincourt et al. (2010) dizem-nos que o sector recebe muito pouco apoio financeiro. Muitas escolas utilizam currículos desatualizados, enquanto outras apenas aplicam parcialmente o currículo reformado do Plano Nacional de Educação e Formação de 1997. As elevadas taxas de abandono escolar e as baixas taxas de inscrição nas escolas haitianas devem-se a dificuldades econômicas, a elevadas taxas de repetição (repetir um ano) e a barreiras linguísticas. A qualidade do ensino também é afetada pela falta de materiais adequados, de conhecimentos especializados, de gestão e de organização. Esta escassez de material escolar e de recursos humanos e financeiros para a educação tem um impacto maior nas zonas mais afastadas das grandes cidades. A razão é que no Haiti temos uma política de exclusão e de centralização excessiva. A maioria do pequeno orçamento financeiro afetado à educação é gasto na área metropolitana. O insignificante remanescente é partilhado entre as outras cidades. Consequentemente, não há acesso à construção de novas escolas, ou mesmo à reabilitação das escolas existentes que precisam de ser reabilitadas.

Outro desafio à oferta de um ensino de qualidade, nomeadamente nas zonas rurais, é a estrutura administrativa e de gestão do MENFP¹⁹. Esta é altamente centralizada e burocrática, com um forte pendor urbano. O Haiti rural, que representa 70% da população do país, recebe apenas 20% das despesas de educação. Em 2007, vinte e três secções comunais não tinham escola e 145 não tinham escola pública (Luzincourt et al., 2010).

Outro fator muito importante a salientar aqui é o fato de o intelectual haitiano em questão nunca ter aprendido a pensar na sua língua materna, o crioulo haitiano. É cheio de preconceitos em relação aos seus compatriotas que não conseguem se comunicar em francês. Ora, falar uma língua, neste caso o francês no Haiti, é assumir um mundo, uma cultura que nos faz parecer superiores (Fanon, 1971). No entanto, é uma língua que só é utilizada em algumas escolas de elite nas grandes cidades do país, porque o crioulo é proibido de ser utilizado nestes estabelecimentos. Neste caso, a escola é vista como outro país no país, onde é preciso exprimir-se numa língua estrangeira, mais concretamente o francês, mesmo sob pena de ser castigado por não o fazer. “Os professores vigiam atentamente as crianças para que o crioulo não seja utilizado” (Fanon, 1971, p. 46). Esta atitude dos professores cria, desde muito cedo, um complexo de superioridade nos alunos haitianos em relação aos outros que não conseguem se comunicar na língua dos que frequentam as escolas de qualidade francesas. O resultado horrível é que é difícil e quase impossível para os haitianos entenderem-se sobre qualquer assunto quando são jovens. Porque falo francês e tu não falas, por isso o teu problema não é meu.

O crioulo, por seu lado, é utilizado na vida quotidiana dos haitianos para satisfazer todas as suas necessidades. Com isto queremos dizer que no Haiti toda a população compreende e comunica entre si numa língua diferente da língua de ensino e aprendizagem. Em termos mais claros, a língua materna é o crioulo, que todos os haitianos compreendem, e o ensino é ministrado em francês, que uma minoria da população fala com grandes limitações comunicativas. O fato é que, em cerca de doze milhões²⁰ de haitianos em todo o mundo, a pequena percentagem que fala a língua colonial não a pode utilizar em todas as circunstâncias. É verdade que os haitianos compreendem o francês, o qual é uma língua colonial, mas falar claramente é outra questão. Independentemente do seu nível de educação, os haitianos tendem a cair num fenómeno conhecido como “crioulização”²¹ quando comunicam. E nenhum

¹⁹ Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional.

²⁰ O número exato é de 11.797.720 haitianos. Dados do World Meter: <https://www.worldmeters.info>

²¹ Quando falam francês, os haitianos tendem a usar palavras “crioulas” para facilitar uma boa conversa. Isso é contrário ao conceito de “neologismo”, que consiste em criar novas expressões para enriquecer a língua. No caso dos haitianos, isto indica uma falta de confiança na língua colonial e um desejo de afirmar a sua língua como um elemento de liberdade.

haitiano conversa em francês com outro haitiano sem mencionar os termos-chave da sua conversa em crioulo. A partir destes exemplos, já podemos ver que o francês cria uma barreira sólida entre os haitianos para planejarem em comum o que é bom para o desenvolvimento do país. De acordo com Hoffman Léon-François (1999), no sistema educativo haitiano, o crioulo e o francês coexistem. Apenas 2-3% dos haitianos falam francês fluentemente, 10-15% compreendem-no mais ou menos facilmente e mais de 90% são monolíngues crioulos. Analfabetos e afetados pelo reconhecimento do francês, os camponeses e os estratos inferiores da classe média foram excluídos do público leitor nacional. Estamos a assistir a um círculo vicioso em que mesmo aqueles que nos ensinam a falar francês não o sabem falar muito bem. Não se trata de um acaso, mas sim do resultado de um sistema bem implantado, feito à medida para criar esta dissonância no seio de um povo que ainda se procura e se encontra a si próprio. Estamos a falar do sistema de educação nacional colonial, que nunca soube verdadeiramente educar os alunos no interesse da nação desde o início, obrigando-os a adotar e a aprender numa língua que não é a sua. “Jean Price-Mars (1971) reconheceu que o francês era um obstáculo à escolarização” (citado por Saint-Germain, 1997, p. 611-642).

Edouard Glissant (1990) qualifica a questão da resistência contra a dominação linguística francesa com o termo “crioulização”, o qual é uma forma única de resistência e transformação. Uma recusa em perder a identidade cultural. Uma forma de resistência à homogeneização cultural imposta pelo colonizador, mas é também um caminho para novas identidades que não tenham medo de serem múltiplas e opacas. Para Frantz Fanon (1952), é como uma recusa à colonização. Em *Os Condenados da Terra* (1961), ele considera isso um ato revolucionário. Aimé Césaire (1947) pensa que a crioulização é a busca de uma identidade perdida por séculos de dominação. Ele inventou o termo “negritude” para falar sobre resistência cultural. Todos veem um aspecto muito importante na questão da língua materna na cultura e na educação. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), considera a busca pela identidade como um processo de descolonização, que exige uma luta contínua pela conscientização. Isto mostra-nos como a questão da língua é importante numa sociedade, numa cultura, especialmente numa luta pela descolonização ou afirmação da identidade original.

No Haiti, a francofilia é um mal endêmico que serviu e continua a servir de instrumento de discriminação, de dominação e de manipulação das massas. Todos os documentos oficiais emitidos pelo governo haitiano estão apenas em francês. Apenas uma pequena parte do povo haitiano sabe ler e compreender francês ao ter o privilégio de frequentar a escola, o que nunca foi uma prioridade para os detentores do poder durante

demasiado tempo. A grande maioria fala e compreende apenas o crioulo. Fanon (1971, p. 55) tem razão quando explica a psicologia da língua francesa falada pela nossa raça: “Historicamente, é preciso compreender que o negro quer falar francês, porque é a chave suscetível de lhe abrir as portas que, ainda há cinquenta anos, lhe estavam vedadas. O problema linguístico no Haiti tem de ser resolvido com urgência. É do conhecimento geral que o sistema francês não é adequado aqui no Haiti, a começar pela divergência de línguas. A título de desculpa, apreciamos e respeitamos todas as línguas faladas por todos os seres humanos e até pelos nossos amigos animais. Estamos convencidos de que as línguas são o que são e nada mais. Muito simplesmente, deploramos e rejeitamos a ideia de que uma pessoa é superior a outra só porque, por acaso, uma ou outra nasceu em tal ou tal família e/ou país e, assim, herdou o meio de comunicação dos seus pais e do seu país, o qual é a língua.

Quanto aos efeitos nocivos desta forma de educação, temos o testemunho de Ngũgĩ wa Thiong'o (2018, vol. 6, no 2, pp. 93-102) um cidadão do Quênia, anteriormente colonizado.

O autor exprime a sua cólera perante os danos que a educação colonial causa aos povos colonizados. Defende que o processo destrói a crença de um povo no seu nome, na sua língua, no seu ambiente, na sua herança de luta, na sua unidade, nas suas capacidades e, em última análise, em si próprio. Fá-los ver o seu passado como um deserto de insatisfação e fá-los querer afastar-se desse deserto. Fá-los querer identificar-se com o que está mais longe deles próprios.

A desolação de Thiong'o é o mesmo sentimento sentido por todos os que conseguem escapar ao sistema de dominação montado pelos opressores para manter a pessoa humana cativa, de modo a nunca se revoltar contra a ordem estabelecida.

A preferência pela língua colonial em detrimento da língua materna conduz a uma perda de identidade cultural e a um complexo de superioridade por parte daqueles que tentam falar essa língua em relação aos que não a sabem falar. Esta discriminação entre os que falam francês e os que não falam é aceite na psicologia social haitiana como se fosse normal. Para as pessoas comuns, a partir do momento em que alguém sabe comunicar em francês, consegue fazer grandes coisas. O seu pensamento é o seguinte: “É aquele que sabe. Ele revela-se através da sua língua” (Fanon, 1971, p. 42). Como se o conhecimento só pudesse ser resumido na língua francesa. Esta patologia social estende-se aos próprios intelectuais do país. Eles estão cheios de orgulho porque as pessoas comuns os tomam por homens super bem sucedidos, porque sabem comunicar e escrever na língua colonial. No entanto, estes intelectuais não têm consciência do seu verdadeiro papel e dever para com a população que sofre.

Falando a língua do povo, ou seja, ouvindo-o e fazendo seus os problemas, e trabalhando em conjunto para encontrar soluções, as pessoas bem informadas terão o apoio da população. Mas não devem apresentar soluções que já foram calculadas para tentar resolver os verdadeiros problemas da sociedade. Diz-nos Fanon: “Qualquer povo colonizado, isto é, qualquer povo no qual tenha surgido um complexo de inferioridade em consequência do enterro da originalidade cultural local, situa-se em relação à língua da nação civilizadora, da cultura metropolitana” (Fanon, 1971, p. 37-38). É uma batalha que os intelectuais, os líderes de opinião e os filósofos haitianos devem travar em busca de uma identidade cultural perdida. Ao fazer esse trabalho, essas pessoas cometeram um grave erro ao tentar liderar a luta pela libertação usando a língua do opressor como instrumento de revolução para um público-alvo que é estranho a essa língua. Estas publicações nem sequer chegam à maioria sofredora. “Quando produzidas em línguas europeias, estas obras tornam-se exclusivas e dirigidas apenas às elites do país e podem, portanto, ser usadas para oprimir e explorar as massas” (Omari, Cuthbert K, citado por N'gana Yeo, 2018, p. 93-102). Por outras palavras, a sua escrita é dirigida a uma categoria social específica que nada tem a ver com as exigências e mensagens que estes escritores tentam transmitir. Isto compreende-se pelo fato de não ser habitual que o povo os leve a sério, uma vez que o problema da língua utilizada, já referido, continua a ser uma barreira constante que impede a simbiose tão necessária à coesão entre os intelectuais, políticos e o povo oprimido, que se encontra sob o jugo de todo o tipo de miséria e angústia.

A questão da língua cria um fosso entre a massa popular e a elite intelectual, porque não se entendem. Não falam a mesma língua. Jean-Marie Adiaffi disse-o claramente: “Um intelectual é inútil se não estiver ao serviço do seu povo, que não faz parte dele” (citado por N'gana Yeo, 2018, p. 93-102). Partilhamos este ponto de vista, dizendo que se ele não se envolver na luta pelo desenvolvimento da sociedade e lutar ao lado dos oprimidos, todas as suas capacidades intelectuais são inúteis. Não queremos com isto dizer que os intelectuais haitianos não participam na luta pela libertação do povo da opressão. Mas excluem indiretamente o povo ao assumirem o francês como língua. Para o povo, basta falar a sua língua, o crioulo que o une, para colocar os verdadeiros problemas ao haitiano.

Para fazer face a todos estes abusos infligidos pela educação colonial, os quais são parte integrante dos nossos vários problemas na sociedade, temos de procurar libertar-nos mentalmente. Antes de mais, temos de cortar os laços com todos os que são a favor desta educação e que nos afastam, de uma forma ou de outra, da estrutura de aprendizagem dos valores próprios da nossa cultura. A batalha da língua é a primeira a ser ganha. Já “Jaume

(1951) e Paul (1965) propuseram uma educação de base que utilizasse o crioulo como língua de ensino” (citado por Saint-Germain, 1997, p. 611-642) com vista à descolonização mental.

Além disso, os intelectuais haitianos, na sua luta contra o sistema instaurado pelos opressores para manter o povo sob domínio, devem utilizar as suas canetas na língua popular para fazer esse trabalho. Esta prática é de grande importância. A produção na língua materna haitiana visa “abrir as mentes das massas e assim contribuir para uma intercompreensão no sentido de uma participação colectiva no desenvolvimento social” (N'gana Yeo, 2018, p. 93-102). Por outras palavras, a mensagem chegará à maioria e as pessoas tomarão consciência do caminho que devem seguir para mudar a sua posição estratégica na luta contra o sistema explorador.

E a comunicação e a comunhão entre o povo e os escritores serão reforçadas nesta batalha. O ensino dos valores culturais será preservado. Porque a escrita na língua materna haitiana é uma forma de os escritores partilharem os conhecimentos modernos que adquiriram graças à ajuda dos camponeses e dos trabalhadores de várias entidades. Utilizá-los significa ajudar a reforçar a ponte entre gerações, escrever na língua materna contribui para o desenvolvimento (N'gana Yeo, 2018). Desta forma, estamos contribuindo para fazer do crioulo uma língua de literatura e não apenas uma língua oral. É do nosso interesse livrarmo-nos do bloqueio linguístico do imperialismo opressor e da colonização mental para iniciarmos um processo de liberdade em direção ao desenvolvimento da identidade da nossa educação, o qual é extremamente necessária para colocar os problemas reais da sociedade a fim de encontrar soluções boas, eficazes e duradouras. Os opressores não querem que pensemos na nossa própria linguagem e sobre a nossa própria realidade porque sabem que “o fato é que pensar autenticamente é perigoso” (Freire, 1987, p. 35). Esta é uma das razões pelas quais querem perpetuar a educação bancária para impedir que os sujeitos se tornem homens conscientes, capazes de questionar o sistema de exploração de que são objeto, e acabam por se revoltar. Sair da alienação mental e entrar no processo de humanização.

Para eliminar este mal endêmico causado pela educação colonial, é preciso pensar numa educação ao estilo haitiano. Por outras palavras, uma educação que sensibilize para a nossa própria cultura, costumes, usos e religião, na língua do povo haitiano, o crioulo. “Uma alfabetização direta, verdadeiramente ligada à democratização da cultura” (Freire, 1967, p. 102). Além disso, persiste um grande problema no país, o da escolha de dirigentes para guiar a nação, que muitas vezes não têm consciência da dimensão das tarefas que lhes cabem. Falta uma educação democrática adequada ao povo, que lhe permita fazer escolhas racionais. Cabe

aos intelectuais, em sintonia com a classe social dos dominados, lutar por todos os meios necessários para uma mudança de paradigma.

[...] não exatamente a uma compreensão, a um nível intelectual correto, ao conhecimento, mas a uma prática em consonância com essa compreensão, daí a transformação radical do sistema educacional herdado da colonização requerer um esforço interestrutural. Em outras palavras, um trabalho de transformação ao nível da infraestrutura e uma ação simultânea ao nível da ideologia (Freire, 1978, p. 16).

Trata-se de um imperativo categórico formulado como a necessidade de ensinar na língua materna de todos os haitianos. “[...] será necessário desenvolver uma nova abordagem da educação baseada na equidade, na inclusão e na diversidade, uma abordagem que não só melhora o sector da educação, mas também conduzirá a uma maior segurança” (Luzincourt et al., 2010). Por conseguinte, o Estado deve assumir o controle da educação e garantir que esta não seja um luxo para ninguém. Isto significa que o governo deve democratizar e nacionalizar o sistema educativo e garantir que a educação seja gratuita para todos em todo o país.

3.2 Educação libertadora

Um dos principais objetivos da educação é libertar homens e mulheres da ignorância, da mediocridade e da selvageria da natureza. Isso significa transformá-los em senhores de si, autônomos, livres e sociáveis, para poderem viver em um mundo repleto de seres humanos que buscam sua própria realização. Por isso, “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético, não um favor que se possa ou não conceder” (Freire, 2002, p. 25). É o direito natural de cada indivíduo nesta terra. Portanto, a educação nos ajuda a romper com nosso egoísmo e a estender a mão para os outros em um alter-ego em que todos ganham, respeitando os direitos dos outros. Portanto, qualquer treinamento que não respeite esses critérios educacionais perdem a essência de uma boa educação. Como resultado, é uma demagogia educacional projetada para manipular e manter cativas as pessoas que a recebem. Nesse caso, um educador digno desse nome deve pensar bem e ensinar seus alunos a fazer o mesmo.

Uma olhada na pedagogia desenvolvida por Paulo Freire nos mostrará como a noção de educação libertadora é desenvolvida. Desde o início, ela é o oposto absoluto da expressão educação colonial, que traz consigo todo tipo de preconceito e discriminação e serve apenas para alienar e cegar uma maioria a serviço dos opressores. Isso é explicado pela contradição que ele vê entre esses dois termos em relação à vocação ontológica de homens e mulheres,

que é a humanização de seu ser e uma luta pela liberdade (Freire, 1987). Na perspectiva de Freire (1987), o processo de educação libertadora começa com um processo de conscientização dos envolvidos na educação. Em outras palavras, um lugar onde o educador e o educando têm a responsabilidade de desenvolver um tipo de curiosidade intelectual e um senso crítico das coisas que permitirão que os alunos assumam suas próprias convicções em vez de esperar que outra pessoa venha com conclusões prontas para explicá-las. Porque, nesse modelo, o verbo dizer não é abstrato, ele é um significante de algo. “Por isso, dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo” (Freire, 1987, p. 44). Portanto, esse ensinamento tem um aspecto prático que visa a mudanças positivas na sociedade.

Esse qualificador adicionado à educação lhe confere um vínculo estreito com a questão sociocultural e, ao mesmo tempo, abre sua extensão para a política ativa do país em que é praticada. Desse ponto de vista, o caráter libertador essencial da educação é o despertar da consciência crítica das pessoas diante de uma realidade opressora de elites dominantes que constroem sua felicidade sobre o destino da massa de oprimidos (Freire, 1987). Os opressores se opõem à ideia de que, por meio da educação, homens e mulheres possam ver claramente o caminho para sua autêntica libertação e se tornem, como eles, atores que pensam em seu futuro e não marionetes sujeitas à vontade dos dominantes. Na escola dessa nova educação, os alunos aprenderão a tomar consciência de sua condição, que não é agradável de se viver. E o professor que só pensa em fazer os alunos entenderem que uma das belezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecê-lo, amá-lo e colocá-lo a seu serviço (Freire, 2002). Dessa forma, eles começarão a romper as barreiras internas impostas pela estrutura bancária e manterão uma força de solidariedade para poder realizar sua missão de transformar a realidade comum.

A questão agora é: como esse sistema de educação libertadora ou a pedagogia de Paulo Freire podem ser integrados no Haiti para resolver as várias crises da sociedade? Considerando os danos causados pela educação colonial em solo haitiano e o estabelecimento de um sistema projetado para nos destruir, a única solução possível para introduzir o sistema de educação libertadora como um peão para o avanço da sociedade é provocar uma revolução no sistema educacional do país. Essa revolução deve se concentrar em dois pontos essenciais: uma política linguística, ou seja, a educação deve ser na língua materna dos haitianos, e uma formação adaptada à sua cultura. Portanto, é possível uma forte correlação entre cultura, idioma e educação para o desenvolvimento. É nessa mesma linha de pensamento que Paulo Freire (1967), em sua capacidade de educador, nos disse que uma sociedade que havia passado e que estava passando por mudanças tão profundas e, às vezes, até abruptas, e na qual

as transformações tendiam a ativar as pessoas cada vez mais na emergência, precisava de uma reforma urgente e total em seu processo educacional. Uma reforma que afetou toda a organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições, ultrapassando os limites do trabalho estritamente pedagógico. Precisávamos de educação para a tomada de decisões, para a responsabilidade social e política. Uma educação que está lá para esclarecer as pessoas no sentido platônico do termo.

Discutir a questão do crioulo-francês parece ser um assunto tabu na sociedade haitiana, dado o nível de discriminação linguística. Nossa reflexão vai além de um simples conflito linguístico. Trata-se de uma abordagem histórica, social e cultural que exige a autenticidade das pessoas para avançar em direção ao progresso. Ki-Zerbo, citado por Géraldine André (2007), nos diz que o problema do idioma é fundamental porque afeta a identidade dos povos. E a identidade é necessária tanto para o desenvolvimento quanto para a democracia. Entendemos a necessidade absoluta de garantir que não tenhamos uma barreira linguística que sirva como instrumento de alienação, causando preconceito na sociedade, e a necessidade de ter rédea solta para estabelecer uma educação genuína para o desenvolvimento. Para atingir esse objetivo principal, precisamos sair do jugo colonial. Em outras palavras, precisamos nos divorciar de todos os que nos ligam de alguma forma à antiga metrópole. Isso inclui seu sistema educacional colonial e sua linguagem de dominação, que não conseguiu entrar em nossa vida cotidiana. Nesse caso, uma das vantagens é que o idioma é um elemento-chave que ajuda nesse processo ao nível cultural. Géraldine André (2007) nos diz que nenhum povo se desenvolveu apenas a partir do exterior. Se desenvolvemos, é porque extraímos de nós mesmos os elementos de nosso próprio desenvolvimento. Portanto, ao utilizarmos nossos próprios recursos, com nosso próprio idioma, como um povo livre, podemos aspirar ao melhor para toda a nação. O problema com o francês como idioma de ensino no Haiti é que a população não o utiliza diariamente e a maioria da população não tem acesso à educação. No Haiti, o francês como idioma é usado somente nas escolas e nas principais instituições estatais. Caso contrário, ficaríamos felizes em ter mais oportunidades linguísticas e colher os benefícios. “O ensino em um idioma estrangeiro facilita o acesso a informações científicas e técnicas, o que é essencial para o crescimento, mas dissocia as crianças de seu ambiente social e cultural” (Lê, 1984, p. 9-28). Esse é um dos problemas que o francês como idioma de ensino nos traz no país: ele garante que as crianças sejam desconectadas de sua identidade haitiana.

Planejar uma educação no idioma da maioria não é novidade no ambiente haitiano. A questão é levantada toda vez que há uma alta taxa de fracasso entre as crianças em idade

escolar para dominar o idioma do colonizador, que não conseguiu se estabelecer na sociedade depois de mais de dois séculos, forçando um povo a aprendê-lo desde a mais tenra idade. Involuntariamente, o crioulo é usado com o francês na educação haitiana para facilitar a compreensão. Em outras palavras, a língua materna era usada para explicar aos alunos o que estava sendo dito na língua falada da educação. De acordo com Renauld Govain (2014), o crioulo foi oficialmente introduzido nas escolas haitianas em 1979. Esse reconhecimento nunca foi bem recebido pelas escolas de elite, pois muitas delas proibiam seus alunos de praticar a língua materna em sala de aula e até mesmo no recreio. Sua aceitação oficial indesejada por alguns no sistema educacional destaca o preconceito e as várias formas de discriminação contra a língua materna “[...] A percepção do crioulo não apenas como uma posição inferior, mas também como uma forma quebrada do padrão militar contra seu uso. A incapacidade das populações envolvidas de reconhecer os crioulos como línguas em seu próprio direito e de se identificar com eles tem sido um problema particular” (Youssef, 2002, p. 182-193). A predominância do francês no ambiente escolar sofre com a falta de prática na vida cotidiana dos haitianos. Dito isso, fora das atividades escolares, as pessoas não usam o idioma. É como se a escola fosse um lugar desconectado da realidade. Usamos o crioulo com toda a facilidade do mundo como um meio de comunicação para expressar nossas alegrias, nossos desejos e todos os nossos sentimentos mais profundos. Thành Khôi Lê (1984) está certo ao dizer que o idioma é o meio normal de expressão e comunicação de um povo.

Se a língua materna dos haitianos tem todas essas vantagens sobre o francês na sociedade e não consegue se estabelecer como a única língua de ensino no país, o problema vai além de uma simples questão de idioma. De acordo com Valérie Youssef (2002), a questão do idioma no Haiti continua sendo política. É sempre uma luta amarga aceitar o que é bom para a maioria da população. Uma conclusão que podemos tirar desse caso é que o Estado não tem o monopólio da educação no país²². E as escolas de melhor qualidade nas principais cidades do país são aquelas nas quais o crioulo não é usado no ensino. Em outros casos, é mais complexo do que você imagina. Já, “seu emprego no sistema educacional não tem sido fácil” (Govain, 2014). Em tal situação, é o Estado que não assume sua responsabilidade como garantidor do bom funcionamento das instituições do país para a educação ser em crioulo em todo o país. Isso exigiria que a instituição estatal assumisse a liderança para facilitar a educação para todos, gratuitamente, no idioma em que as pessoas se comunicam em todo o Haiti. Do ponto de vista técnico, Renauld Govain (2014) nos diz que um dos principais

²² Já mencionamos no primeiro capítulo que o Estado não controla a educação no país porque há uma minoria de escolas públicas em comparação com as escolas públicas.

problemas enfrentados pelo uso do crioulo como idioma de instrução no sistema escolar haitiano é a disponibilidade de abordagens, métodos ou metodologias de ensino. Acreditamos que esses problemas se devem à falta de concentração dos educadores do país na questão do idioma na educação. Além dessas pequenas dificuldades técnicas que a língua materna encontra no ensino, ela desempenha um papel importante na aquisição de conhecimento. “O crioulo desempenha um papel na aquisição de conhecimento em geral, tanto na escola quanto na universidade. Ele facilita a compreensão dos alunos” (Govain, 2014). Portanto, quando explicamos uma lição aos alunos ou estudantes em crioulo, temos certeza de que a compreensão é mais fácil.

Pensar na educação à maneira haitiana não se trata apenas de traduzir materiais escolares de um idioma para outro. Não queremos manter o sistema responsável por perpetuar as coisas como são em favor de uma classe dominante para manipular as pessoas. Esse trabalho de massificação pode ser feito em qualquer idioma. Nossa preocupação se concentra mais no aspecto de transformar radicalmente o conteúdo da educação que daremos aos alunos, o que auxiliará a desaliená-los e a moldar seu caráter como homens e mulheres orgulhosos de seu país e de sua cultura. O primeiro objetivo desta educação deve ser o de educar os haitianos para o seu país. Ensinar-lhes a retirar da sua gloriosa história os verdadeiros valores de uma pessoa responsável pelo seu país, a amá-lo, a servi-lo e a trabalhar para a sua prosperidade. Queremos uma “educação, despida de sua roupagem alienante e alienada, uma força de mudança e libertação”. Também precisamos escolher entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. Educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito” (Freire, 1967, p. 36).

Com isso em mente, analisemos primeiro a relação entre educação, idioma, cultura e desenvolvimento. Como disse Frantz Fanon (1971), falar um idioma é assumir um mundo, uma cultura. Portanto, para fazer esse trabalho, a educação é um imperativo categórico. É nesse sentido que estamos falando de uma revolução no sistema educacional do país. Isso significa uma educação contra a alienação que pode servir como uma arma de treinamento maciço para atingir nosso objetivo principal, o qual é o desenvolvimento do povo haitiano e de sua terra. Nesse processo de formação, a conscientização sobre esse estado de coisas é o elemento essencial. De acordo com Paulo Freire (1967), nessa pedagogia, o aprendizado já é um meio de tomar consciência da realidade e, como tal, só pode ocorrer na estrutura dessa consciência. Isso provocará uma mudança de paradigma na maneira como os haitianos abordam as questões sociais e políticas e suas relações com outros povos. O que mais precisamos, e que é uma fonte de desalienação mental, é uma mudança de mentalidade. Esse

trabalho sobre o ser haitiano só pode ser feito por meio de uma educação que tenha o adjetivo libertação. Estamos recebendo uma forma de educação sem consciência. E na educação libertadora, “alfabetização e consciência nunca estão separadas” (Freire, 1967, p. 5). Ao fazer seu trabalho corretamente, a mensagem que o bom ensino está transmitindo é vista como um antídoto para os males da sociedade.

Outro elemento importante da sociedade haitiana que precisa ser abordado por meio da revolução educacional é o aspecto cultural. O Haiti é culturalmente um país de Vodun. Assim como o idioma haitiano, o vodun é uma forma de protesto contra a ordem imposta pelos colonizadores escravagistas. Hoje, esses colonizadores não querem que falemos nosso idioma e pratiquemos nossa cultura como se fossem coisas ruins. Como diz Frantz Fanon (1971), qualquer povo colonizado, ou seja, qualquer povo no qual tenha surgido um complexo de inferioridade como resultado do enterro da originalidade cultural local, se relaciona com a língua da nação civilizadora, ou seja, com a cultura metropolitana. Eles querem impor seu idioma e sua cultura a nós. Nesse sentido, no cenário internacional, assim que as questões culturais do país são levantadas, o lado sombrio da religião Vodun é subitamente exibido. Assim, são apresentadas cenas de miséria, violência, bruxaria e assim por diante. Somos constantemente levados a acreditar que somos um povo atrasado, sem perspectivas de um futuro melhor ou planos para o avanço da sociedade. Somos ensinados a nos odiar, roubando-nos nossa alma cultural. Não nos é dada a chance de nos conscientizarmos de nós mesmos e pensarmos positivamente sobre nosso futuro. Nossa cultura é demonizada e desvalorizada, e nos perguntamos se não é pelo subdesenvolvimento do país que estamos testemunhando essa decadência.

De acordo com Thành Khê Lê (1984), nenhuma cultura é pura. O problema é que os ocidentais querem tirar o nosso lado religioso e nos impor o deles, no que é conhecido como a aculturação de um povo. Os imperialistas sabem que é mais importante dominar um povo culturalmente. É mais barato e mais eficaz. Eles se esquecem de que o Vodun nasceu da rejeição da ordem injusta que eles impuseram aos negros na época da colonização escravagista. De acordo com McCarthy Brown, relatado por Claudine Michel e Patrick Bellegard-Smith (2006), o Vodun é um repositório de sabedoria acumulada por um povo que viveu a escravidão, a fome, as doenças, a repressão, a corrupção e a violência. O vodun é o sistema que os haitianos criaram para lidar com o sofrimento da vida, um sistema cujo objetivo é minimizar a dor, evitar desastres, amortecer perdas e fortalecer os sobreviventes e seus instintos de sobrevivência. É mais um acordo para uma luta justa. Portanto, o idioma crioulo e o vodun eram formas de resistência à ordem estabelecida pelos dominantes. Aprender

sua língua materna vai além das palavras. É toda uma cultura que está sendo ensinada. De acordo com Paulo Freire (1987), a cultura é sempre uma forma de ação sistemática e deliberada que afeta a estrutura social, às vezes no sentido de mantê-la como está ou mais ou menos como está, às vezes no sentido de transformá-la.

Nosso objetivo não é realizar um debate sobre religião abordando o aspecto cultural no Haiti, mas sim ver como a cultura pode contribuir para o desenvolvimento da nação. Trabalhar para uma descolonização cultural com o objetivo de moldar a mentalidade da população. E ver como um treinamento sólido nesse campo pode auxiliar os haitianos a recuperar seu orgulho perdido e a se tornarem haitianos autênticos, para poderem trabalhar em prol de uma mudança positiva de mentalidade na sociedade. Com Paulo Freire (1967), apresentaremos uma pedagogia que estrutura nosso círculo de cultura como um local de prática livre e crítica que não pode ser considerado outra idealização de liberdade. Portanto, para formar o verdadeiro ser do povo com vistas ao progresso integral, precisamos ir às suas raízes para transformá-lo. Na mesma linha, Géraldine André (2007), citando Ki-Zerbo, nos diz que o desenvolvimento é um fenômeno total que deve ser abraçado em sua totalidade. E dentro dessa totalidade, os fatores de cultura e educação são primordiais, e os fatores mais íntimos do desenvolvimento são quase indefiníveis e impalpáveis. Dessa forma, podemos insinuar que a cultura de um povo pode contribuir muito para o desenvolvimento. Em outras palavras, não pode haver desenvolvimento de um país sem seu desenvolvimento cultural. Embora não seja o único meio atualmente, é por meio da educação que a cultura é transmitida (LÊ, 1984).

Um dos principais desafios que o novo conceito de educação cultural que estamos propondo para lidar com os problemas da sociedade terá de enfrentar está situado em um contexto histórico-sócio-pedagógico. Com isso, queremos dizer que sua missão, com vistas à libertação, é: revalorizar a cultura nacional, recuperar a memória perdida do povo, torná-lo consciente de seu potencial, despertar seu senso de patriotismo, fazê-lo acreditar na educação e no trabalho e fazê-lo acreditar nos valores ancestrais como um povo autêntico. Falando sobre esses valores que uma nação deve ter para formar um tecido social sólido, Álvaro Vieira Pinto (1960) e Thành Khôi Lê (1984) nos explicam a importância da autenticidade e da consciência de um povo são fundamentais para a educação e o desenvolvimento de uma nação. Referem-se à lealdade de um povo às suas raízes culturais, linguísticas e históricas. Por um lado, a autenticidade permitirá às pessoas manter e valorizar a sua própria cultura, tradições e costumes. Isto criará um sentimento de pertença e de orgulho nacional. Por outro lado, a conscientização prepará-los-á melhor para resistir a influências externas que possam

procurar dominá-los ou marginalizá-los. Para tal, um sistema educativo autêntico, que utilize a língua materna e integre a história e a cultura locais, favorece o pensamento crítico e independente. Neste caso, o papel da educação libertadora é permitir que os cidadãos pensem e contribuam significativamente para o desenvolvimento da sua própria sociedade, pois uma população consciente das suas capacidades e recursos está mais bem equipada para atingir os seus objetivos de desenvolvimento pessoal e coletivo. Isto conduz a uma sociedade mais equilibrada e equitativa. Podemos dizer, no mesmo sentido, que não pode haver desenvolvimento em um país se a mentalidade das pessoas estiver empobrecida. O progresso em todas as suas formas não pode ser considerado garantido. É uma luta constante para avançar. Para esclarecer, Álvaro Vieira Pinto (1960) nos diz não haver esperança de dar ao país os recursos para acelerar o seu desenvolvimento sem estimular um movimento de esclarecimento ideológico²³, que explique o mecanismo histórico condicionante do novo processo social e que, revelando o valor operacional decisivo das representações subjetivas da comunidade, denuncie como mortíferas ao projeto de ascensão nacional as formas primárias de consciência da realidade. Em outras palavras, o trabalho de formação de uma consciência deve ser considerado.

Todos que entendem a necessidade de mudanças positivas, intelectuais, formadores de opinião, jornalistas e até mesmo influenciadores devem contribuir para aumentar a conscientização das massas. Mostre a elas a bondade do desenvolvimento e todos os seus benefícios, mesmo que o caminho para chegar lá exige muito sacrifício. Esse é um trabalho realmente interessante a ser feito na sociedade haitiana, porque não se pode aspirar a uma mudança positiva com homens e mulheres machucados e cegos pelo sistema educacional colonial que os aliena sem uma transformação radical desde o início. Nessa diretriz, Jean-Philippe Omotunde (2006) nos diz que a mente culturalmente alienada negará ou rejeitará sua originalidade cultural e abandonará sua própria cultura na tentativa de evoluir no espaço ideológico e cultural da mente agressora. Ela negará até mesmo a possibilidade de que seus olhos estejam sendo abertos para a verdadeira educação e melhores condições de vida sem a equação dominante-dominado. “Como deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Perseguir essa sombra por meio da consciência é uma das tarefas fundamentais de uma educação que seja verdadeiramente libertadora e, portanto, respeitosa do homem como pessoa” (Fanon, citado por FREIRE, 1967, p. 37). É por isso que precisamos reeducar o aspecto cultural do povo haitiano antes de pensar em trabalhar para o desenvolvimento do

²³ Uma clarificação ideológica no sentido de que vemos o lado positivo do futuro e que dispomos de todos os meios possíveis para alcançar um desenvolvimento efetivo do país e das pessoas na dimensão cultural.

país. As pessoas devem estar psicológica, cultural e conscientemente prontas para aceitar uma mudança global na sociedade. Na perspectiva de Freire (1967, p. 108), a preparação psicológica envolve a “educação e conscientização”, o processo pelo qual os indivíduos se tornam conscientes de sua própria opressão e das forças que os mantêm oprimidos. Ele vê a educação como um “diálogo” (1987, p. 45), onde o educador e o educando aprendem juntos e se libertam mutuamente das limitações impostas pela opressão. Para Frantz Fanon (1971), a preparação psicológica envolve a conscientização dos colonizados sobre a sua própria opressão e a internalização da inferioridade imposta pelo colonizador. O processo de descolonização exige a reconstrução da identidade e da dignidade do colonizado. Nesse sentido, precisamos de uma descolonização mental dos haitianos para termos uma sociedade de verdade.

Essa batalha de conscientização em massa que a educação libertadora deve travar para restaurar a dignidade e o orgulho perdidos deve começar com aqueles que foram vítimas do sistema e que conseguem emergir desse dinamismo. Segundo Paulo Freire (2002), o ensino nunca é neutro. Integrar intrinsecamente valores, projetos, ideias, ensinamentos é político, seja em prol da ideologia dominante, seja a serviço da emancipação, questionando as relações de poder vigentes na sociedade. Portanto, damos o que recebemos. Em outras palavras, homens e mulheres com espírito crítico que receberam formação diferente daquela que aliena as pessoas podem ser usados para ensinar uma educação que propomos como parte integrante das possíveis soluções para superar a crise na sociedade haitiana. Como disse Paulo Freire (2002), apelei para a conscientização não como uma panaceia, mas como um esforço para obter conhecimento crítico dos obstáculos, em outras palavras, de suas razões de ser.

Nessa dinâmica de educação libertadora e conscientizadora, Paulo Freire propõe a relação que deve existir entre professor e aluno dentro e fora da sala de aula. Para ele, isso é exatamente o oposto do ensino no sistema de educação bancária, em que o professor sabe tudo e o aluno não sabe nada, e este último tem de armazenar o que recebe do primeiro sem poder questionar o conhecimento que aprendeu. É uma forma de domesticação intelectual a que o educador submete os alunos. Nesse contexto, Paulo Freire (2002, p. 21) nos diz que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Com essa declaração, ele apresentou outra maneira de abordar a questão da educação, ao mesmo tempo em que queria liberalizá-la”. Não precisamos mais de um professor que afirme saber tudo e que desenvolva uma relação vertical com seus alunos. Na visão oposta, “A razão de ser da educação libertadora está em seu impulso inicialmente conciliatório”. Essa forma de educação envolve, portanto, a superação da contradição

educador-aluno, de modo que ambos se tornem simultaneamente educadores e educandos” (Freire, 1987, p. 34). Dessa forma, há uma inversão simultânea de papéis entre os principais atores da educação. Enquanto outras abordagens da educação consideram a relação entre professor e aluno como sujeito e objeto, nessa visão é exatamente o contrário. Nosso principal autor quer que a educação seja democratizada e liberada do jugo do opressor, que quer manter uma educação ruim no país para explorar as pessoas. Graças a essa pedagogia, o preconceito, a discriminação e o espírito de autossuficiência do professor desaparecem e substituídos pela humildade e pelo respeito mútuo. O aluno-educador, em busca de novos conhecimentos, consegue questionar tudo o que está vivenciando no momento. Sua curiosidade o leva a abordar questões sociais, políticas nacionais e outras questões importantes da sociedade com um olhar crítico. “A educação para melhorar seu nível deve ser a de uma educação crítica” (Freire, 1967, p. 86).

Essa capacidade de julgamento construtivo, é claro, deriva do fato de que há uma certa interação de igual para igual em um nível humano entre professor e aluno, e então uma sede de entender as coisas. Cada pessoa descobre o outro e a si mesma no processo, e então uma maneira de abordar o mundo de forma amigável. Tudo isso é feito com o objetivo de obter sucesso acadêmico e social. Esse sucesso, a nosso ver, não consiste em formar homens e mulheres que se preocupam apenas com coisas abstratas, como intelectuais que permanecem nas nuvens para opinar sobre a realidade. Mas ser intelectuais concretos, comprometidos com essa realidade e trabalhando para mudar as coisas para melhor para todos. De outra forma, Paulo Freire (2002) nos diz que não é possível estar no mundo sem fazer história, sem ser feito pela história, sem fazer cultura, sem “cuidar” da própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem fazer música, sem pintar, sem cuidar da terra e das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem olhar o mundo, sem fazer ciência ou teologia, sem se espantar com o mistério, sem aprender, sem ensinar, sem formar ideias, sem politizar. De acordo com essa declaração, seria melhor não existir se não pudéssemos transformar o mundo, revolucionar a história e colocar tudo a seu serviço para o bem da humanidade.

Um dos pontos fortes da educação libertadora, que intensifica a relação aluno-professor, está na formação recíproca de ambos. Isso porque “ensinar não existe sem aprender e vice-versa, e é por meio da aprendizagem social que mulheres e homens vêm historicamente descobrindo ser possível ensinar” (FREIRE, 2002, p. 12). Em outras palavras, há uma espécie de interdependência ou simbiose entre eles, sem que o professor perca o equilíbrio no exercício de seu papel de desalienar os alunos. Essa afinidade é criada entre eles por meio do diálogo, que consideramos ser a própria essência de uma boa educação

conscientizadora em uma atmosfera de respeito compartilhado. Como diz Paulo Freire, não pode haver diálogo sem humildade (FREIRE, 1987, p. 46). Essa humildade no diálogo não deve ser interpretada como se o professor não tivesse consciência suficiente de seus alunos. Pelo contrário, é uma forma de o professor se livrar da arrogância intelectual e se inclinar para conhecer o aluno, mostrando-lhe o caminho para o verdadeiro conhecimento. Esse é um dos valores educacionais de que precisamos se quisermos ver a eficácia efetiva da educação libertadora na sociedade. Ele nos permite ver outra dimensão da arte de ensinar. Como disse nosso grande pedagogo Paulo Freire (1967), a educação é um ato de amor e, portanto, um ato de coragem. Ela não pode ter medo do debate. Ela deve analisar a realidade. Não pode se furtar à discussão criativa, caso contrário se tornará uma farsa.

Essa relação dialógica entre os principais atores da educação, que abre as portas para um verdadeiro debate construtivo, faz sentido porque um não vem com um programa pronto para impor ao outro como objeto de estudo. Isso é feito de forma diferente. “Para o educando-educador dialogando e problematizando, o conteúdo programático da educação não é uma dádiva ou imposição de um conjunto de informações a serem depositadas aos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescida destes elementos que lhes são dados de forma não estruturada” (Freire, 1987, p. 47). Dessa forma, eles se reuniram para discutir o programa que deveriam seguir durante todo o processo de treinamento. Feito isso, a questão do conteúdo girará em torno de temas relativos à realidade política e social, à cultura do país a ser promovido, sua história e, ao nível humano, como viver a vida plenamente para si e para os outros sem perturbar a atmosfera social. Paulo Freire (1967), citando Karl Jaspers, afirma que eu me torno eu mesmo quando os outros também se tornam eles mesmos. Todo esse trabalho pode ser feito por meio de uma educação para a conscientização que estimule um alter-ego em todos. Quando o homem atingir a dimensão que diz que todo homem é um homem, teremos uma sociedade onde reina o verdadeiro humanismo pleno. Nesse contexto, cada um viverá para si, mas pensando na comunidade humana na totalidade. “A consciência da realidade consiste na representação que o indivíduo possui e que existe sempre na comunidade; quando consideramos as ideias em que existe essa representação, somos levados a distingui-las em duas classes: ideias que não têm como objeto imediato a própria comunidade e ideias referidas à comunidade como tal” (Pinto, 1960, p. 26).

O termo consciência vai e vem sempre que falamos em educação libertadora. Álvaro Vieira Pinto (1960) nos diz claramente que há uma ligação muito estreita entre as noções de consciência e desenvolvimento. Em outras palavras, um povo que não tem consciência de sua história, que não valoriza seus elementos culturais, não é digno de aspirar ao

desenvolvimento. Em outras palavras, precisamos de um despertar de consciência por parte de todos na sociedade se quisermos pensar em um projeto social de larga escala. Não se pode ter a ideia de desenvolvimento pessoal e compartilhá-la com os outros. Todos precisam tomar consciência de sua condição e sentir a necessidade de mudança. Uma espécie de despertar da consciência pessoal que promove a maturidade em conjunto com a de outras pessoas na sociedade para se aventurar no caminho do progresso. “O desenvolvimento é, antes, um projeto comunitário total; é um compromisso deliberado do grupo que decide mudar as condições de existência em que se encontra e elevar-se à forma mais elevada” (Pinto, 1960, p. 32).

Portanto, a expressão mais digna para a transformação total em um grupo não se encontra no líder, seja ele esclarecido e consciente da necessidade de mudança. Esse compromisso permanece com o grupo em questão, e somente o grupo, se estiver ciente da realidade que precisa mudar, realizará essa transformação na realidade. Porque você não precisa pregar para as pessoas para iniciar uma revolução, você só precisa conscientizá-las de sua situação. O resto virá por si só. É um trabalho pessoal que afetará toda a comunidade. Pinto (1960) fala nesse sentido de consciência privada e coletiva. Em outras palavras, quando todo o povo estiver consciente, ele agirá como um só. Esse é o lado da luz que a educação colonial não quer que os oprimidos vejam. Os opressores sabem muito bem que, se as pessoas tomarem consciência de sua realidade, não poderão mais aliená-las e levá-las à ruína. Na direção oposta, essa é a principal objetivo da educação libertadora, que consiste na luta contra o domínio feroz de um pequeno grupo de elite autoproclamado sobre uma grande maioria. “De acordo com essa pedagogia, o aprendizado já é um meio de tomar consciência da realidade e, como tal, só pode ocorrer por meio dessa consciência” (Freire, 1967, p. 7).

Essa consciência desejada e o orgulho nacional perdido só podem ser redescobertos na dimensão da grandeza da história do povo. Para nos desnaturar e atingir seu objetivo de alienação, eles nos ensinaram a odiar nossa história. Eles cuspiram nos esforços de nossos antepassados, fazendo-nos acreditar que eles levaram nossa independência para o lado errado. Na escola, aprendemos sobre as façanhas de exploradores franceses, ingleses, italianos e outros. Eles são verdadeiros heróis. Os pais fundadores de nosso país, que lutaram de corpo e alma contra um sistema escravagista injusto, são apresentados a nós como sanguinários. Como se a forma como eles nos deram a independência fosse uma maldição para o nosso desenvolvimento. Somos ensinados a odiar nossa história. No entanto, a verdadeira fonte de inspiração para a formação de homens autênticos, patriotas que amam seu país, está no amor pela história da bravura de nossos antepassados. Se não podemos reescrever a história, temos

de ensiná-la de forma diferente. Precisamos fazer com que os haitianos reconheçam as atrocidades que nossos antepassados sofreram e o esforço que fizeram para nos dar liberdade. Devemos ensinar ao povo haitiano o significado da história e a importância de seu idioma e cultura. Devemos trabalhar para reavaliar a história e, se possível, reescrevê-la em seu verdadeiro sentido. Se não conhecermos ou desprezamos nossa história, não iremos a lugar algum e estaremos nos condenando ao retrocesso. Estamos convencidos de que o principal papel da educação libertadora é ajudar a construir a própria identidade do povo haitiano.

3.3 Política libertadora

É importante fazer a junção entre esses dois termos, política e libertação, a fim de compreender o verdadeiro significado do primeiro a partir do significado do segundo. Praticar uma política de libertação em um país é dizer não à servidão interna no que diz respeito aos oprimidos e aos opressores. Ao mesmo tempo, significa romper com a dinâmica de dominação por potências estrangeiras e assumir o controle da própria tomada de decisões políticas. Uma abordagem filosófica da política nos dá uma ideia melhor da forma de governo necessária para o bom funcionamento de uma determinada sociedade. Marcel Gauchet (2002) nos diz que a política é uma característica permanente da condição humana. Portanto, para regular o comportamento de um grupo de pessoas em face de novos desafios comuns, precisamos da política. Desde a Grécia antiga até os dias de hoje, sabemos que a democracia é o melhor de todos os sistemas políticos. Dada sua essência, sua estrutura organizacional e sua definição etimológica. Os interesses do povo ou da maioria de uma população vêm em primeiro lugar. Podemos ver que “a política se apresenta para nós como enquadrada e regulada por normas legais bem definidas” (Gauchet, 2002, p. 275-303). Em outras palavras, existem leis e padrões morais para controlar a vida das pessoas a fim de facilitar a coesão social e a convivência. Unir esses dois termos, política e libertação, é ir além do simples fato de que a política organiza e administra o espaço comum. Tem mais a ver com a situação do homem na sociedade em relação à política. Se seus direitos mais fundamentais são ou não garantidos e respeitados pelo Estado, o qual é o garantidor de todas as instituições do país. Em uma palavra, a política libertadora aspira ser uma pedagogia da práxis libertadora para auxiliar as pessoas a viverem plenamente suas dimensões pessoais e comunitárias em um espaço democrático. “A própria essência da democracia implica uma nota fundamental que lhe é intrínseca: a mudança. Todos os regimes democráticos são nutridos pela verdade dos

termos em constante mudança” (Freire, 1967, p. 90). Em nosso exercício, queremos nos situar em um lugar específico, o Haiti, para discutir o tema da política libertadora.

Discutir a política no Haiti é uma questão muito complexa. Exige que voltemos ao passado distante para encontrar explicações para a situação atual, a fim de nos projetarmos no futuro e tentarmos planejar o que seria bom para essa parte do mundo. A autoimagem do país é desastrosamente ruim no século XXI, especialmente devido à sua localização geográfica. Repetindo Marie Meudec (2007), a vida cotidiana é vista pelos haitianos como uma luta diária pela sobrevivência. Se viver como um ser humano com dignidade não é garantido, temos de olhar para a política do país para tentar encontrar a origem do problema. No Haiti, é difícil dizer que tipo de regime ou sistema político estamos falando. Quando se observa atentamente essa questão no país, não é possível dizer se é democracia, regime autoritário, tirania ou ditadura. Além disso, não dá para saber se o governo no poder é de esquerda, de direita, de extrema-direita ou de extrema-esquerda. A única conclusão a que podemos chegar é que, neste país, temos um regime político que não diz seu nome. Há uma mistura de tudo ao mesmo tempo, sem nenhuma originalidade em termos do que é. Nos últimos 30 anos, o denominador comum de todos os poderes constituídos tem sido alimentar a violência entre a população, e não trabalhar pelo desenvolvimento. Philippe Bourgois, conforme relatado por Marie Meudec (2007), nos diz que a situação haitiana, tal como é entendida atualmente, pode ser analisada sob o ângulo da transição da violência política direta para a violência comum, sempre em um contexto de violência política, mas também de violência estrutural e simbólica. No momento, a política controla apenas uma coisa no Haiti, que é a insegurança criada por aqueles que estão no poder. O que está claro para todos os observadores críticos é que a política no Haiti não está beneficiando o país ou o povo haitiano. Uma situação dramática se segue a outra de um dia para o outro, com o único objetivo de desestabilizar a ordem pública. Marie Meudec (2007) comentou sobre a realidade social do país há 15 anos nos seguintes termos: “Os últimos anos no Haiti foram marcados por uma agitação quase crônica, e esse caos provocou reações da população”. Atualmente, o termo “caótico” é inadequado para descrever o que está acontecendo no país. O único culpado são os atores políticos, que não estão cumprindo seu papel de proteger a vida e a propriedade da população.

Os regimes no poder e a oposição política estão constantemente lutando pelo poder, com o único objetivo de acertar contas pessoais com seus aliados. Ambos não têm interesse em ver uma transformação positiva do bem público. Eles fazem tudo em nome do povo e da democracia sem tomar nenhuma ação concreta que possa levar esse nome. Estamos lidando com manipuladores, não patriotas, pessoas que não têm noção de história, cultura ou visão do

homem contemporâneo. A incompetência, a ignorância e a corrupção dos atores políticos do Haiti são uma grande vantagem para nossos principais parceiros internacionais, que estão se aproveitando dessa situação para saquear os recursos do país. Os próprios líderes estão fazendo fortunas ao desperdiçar o tesouro público para ir morar em países estrangeiros. O povo está enfrentando seu próprio destino. Como disse Jacqueline De Romilly (1975), o demagogo não lidera o povo. Ele é abandonado ao seu destino.

Um dos graves problemas que afetam politicamente a sociedade haitiana é que não há nenhuma instituição independente no país com a qual se possa contar para corrigir o mau trabalho do Estado. O judiciário, que deveria estar desempenhando esse papel, está a serviço do governo. A polícia serve como uma força repressiva contra as pessoas quando elas querem reivindicar seus direitos, que estão sendo violados. A aplicação da lei e o banditismo criam uma injustiça estrutural para sufocar as pessoas. “Os danos causados pela violência estrutural são geralmente minimizados porque afetam uma parte da população que tem pouco espaço para tais demandas, os pobres que falecem no silêncio da história” (Philippe Bourgois citado por Marie Meudec, 2007). O sistema político em vigor, que durou mais de dois séculos, colocou tudo em movimento contra sua própria população. O poder está sempre concentrado nas mãos de um grupo minoritário em detrimento da grande maioria. Estamos testemunhando um povo marginalizado por seus próprios líderes. O país funciona como uma sociedade fechada para a classe média. A mídia garante que a massificação seja eficaz, enquanto a escola colonialista faz seu trabalho alienando a população. O pior de tudo é a posição de certos intelectuais diante da situação calamitosa do povo haitiano. Aqueles com um mínimo de patriotismo que criticam o governo foram para o exílio ou foram executados por capangas legais, mandatados por membros do governo, em um clima de calma sem esperança de justiça. O restante dos intelectuais do país está participando como mentores da deterioração do país. É lamentável ouvir a opinião pública repetir que é melhor ter um vagabundo na suprema magistratura do que ser enganado por um intelectual²⁴. São todos iguais. Os homens de conhecimento são os principais cúmplices da situação atual do país. Eles contribuem para perpetuar o sistema político que é contra as vantagens da nação. “Intelectualmente, enfim, a atualidade da filosofia política deve muito à crise das ciências sociais, à crise do conceito de sociedade, de seus poderes explicativos e de sua capacidade de orientar a ação pública”

²⁴ Em consequência da traição dos intelectuais haitianos, o povo decidiu eleger para as eleições presidenciais de 2011, Michel Joseph Martelly, um simples cantor que gosta de dizer disparates e rebaixar as mulheres e todas as figuras públicas, em vez de votar por Mirlande Manigat, uma constitucionalista que ensina direito em universidades do Canadá e do Haiti.

(Gauchet, 2002, p. 275-303). Eles não aceitam sua responsabilidade como homens e mulheres para auxiliar a população a tomar consciência de sua condição e lutar por mudanças radicais.

Diante dessa situação desumanizadora, o que as pessoas, que são as grandes vítimas do sistema atual, devem fazer para aspirar a uma política libertadora?

Fazendo uma análise histórica, social e cultural do Haiti, e considerando sua situação geopolítica interna e externa, a única solução possível para transformar o país em um país habitável é uma revolução social para estabelecer uma ordem mais justa e equitativa. Os membros esquecidos da sociedade devem se unir para apresentar suas demandas e se tornar parte integrante da nação. Repetimos o que Enrique Dussel (2006) disse quando afirmou que o consenso dos dominados é o momento em que nasce um exercício crítico da democracia. Insistimos no fato de que o país está em uma situação ruim. De acordo com nossa análise, uma das estratégias para a libertação efetiva que nos permitirá transformar a sociedade haitiana pobre e miserável em uma sociedade desenvolvida é uma revisão total do sistema político em vigor para criar uma política na qual o respeito pela dignidade da pessoa humana tenha todo o seu valor. “A política, em seu sentido mais nobre e obediente, é essa responsabilidade pela vida dos mais pobres em primeiro lugar. Essa exigência normativa fundamental constitui o momento criativo da política como libertação” (DUSSEL, 2006, p. 114). Para chegar a esse nível de compreensão e para que todos aceitem que esse princípio se aplica à vida de todos, cabe à maioria sofredora lutar todos os dias para fazer valer esses direitos. Isso exige muito sacrifício por parte das pessoas. Mas quando se trata de felicidade coletiva, nenhum esforço é grande demais para conseguir o que se quer. Pelo contrário, é uma forma de exigir nossos direitos com dignidade.

Para provocar essa revolução tão necessária no Haiti e mudar a cara do país, não precisamos pregar às pessoas como se revoltar. Uma das coisas que precisamos fazer é promover uma educação libertadora que as conscientize de seu estado desastroso, que é indigno de um ser humano que vive neste século. É aqui que começa a revolução social. Paulo Freire (2002) insinua que, obviamente, não se trata de forçar a população explorada e sofredora a se rebelar, mobilizar e organizar para se defender, ou seja, para mudar o mundo. Ele diz ainda que a raiz mais profunda da política de educação está na própria educação do ser humano, que se baseia em sua natureza inacabada e da qual ele se tornou consciente. Essa educação para a consciência não é uma educação para a revolta. Pelo contrário, é uma recusa em aceitar a injustiça e a dominação. Ela permite que as pessoas questionem sua realidade calamitosa com uma mente crítica e despertem um tipo de rebelião na população por uma causa nobre. Enrique Dussel (2006) usa outro conceito para nos dizer a mesma coisa:

precisamos realizar uma revolução cultural. Isso está na mesma linha da revolução social de que estamos falando. Aquela que mudará completamente a ordem injusta estabelecida. É um movimento que, acima de tudo, é ideológico e assume um aspecto político. Nessa lógica, Paulo Freire (2002) repete em alto quando diz: “Prefiro a rebeldia que me confirma como pessoa e que nunca deixou de provar que o ser humano é superior aos mecanismos que o minimizam”. Por meio dessa declaração pessoal, Freire quer nos mostrar todo o mal que existe do lado dos oprimidos que vivem sob o domínio de um poder que vem de fora. Nas entrelinhas, ele afirma a importância de realizar uma rebelião ou revolução justa, em nosso vocabulário, por uma causa justa contra os opressores ou qualquer sistema de dominação de homens e mulheres. É uma violência pela justiça social, a dignidade da pessoa humana e uma luta pela liberdade. Por outro lado, vemos a fórmula que devemos usar para atingir nosso objetivo. “É preciso fazer a opressão real, ainda mais opressora, acrescentando-lhe a consciência da opressão, tornando a infâmia ainda mais infame, enquanto a prega” (Freire, 1987, p. 21).

Você não precisa da permissão de ninguém ou de uma força externa para lutar pelo bom para você. A liberdade é algo que você toma. Com sua maturidade e força de caráter, são os oprimidos que devem escrever sua própria história. É seu dever determinar sua posição no curso da humanidade. Dizer não à servidão, à exploração e à subjugação, e viver em liberdade e com direitos iguais para todos - essa é a grande batalha que exige uma dureza sem igual.

A liberdade, que é uma conquista e não um dom, exige uma busca constante. Uma busca permanente que só existe no ato responsável de quem a empreende. Ninguém é livre para ser livre: ao contrário, luta por ela justamente porque não a tem. Tampouco a liberdade é um ponto ideal, fora dos homens, ao qual eles próprios estão alienados. Não se trata de uma ideia para se tornar um mito. É o estado indispensável do movimento de pesquisa em que os homens se inscrevem como seres inacabados (Freire, 1987, p. 18).

Portanto, é uma luta contínua não apenas pelo sentido abstrato de liberdade física, mas na realidade concreta, essa liberdade deve andar em harmonia com tudo o que a caracteriza. Por exemplo, no Haiti, temos o direito de demonstrar nossa raiva contra um governo que não faz quase nada pelo povo, mas isso não significa que a raiva do povo soberano que exige seus direitos desaparecerá. Paulo Freire (2002, p. 31) nos explica a importância da luta por esses direitos.

A rebeldia é ponto de partida indispensável, é a deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa de se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. Mudança do mundo implica a dialética entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.

Esta raiva justa, mesmo que destrua tudo no seu caminho, tem como objetivo fazer o que é correto. E o mais importante é criar uma sociedade justa. Essas são exigências pacíficas que não oferecem nenhuma solução para o grupo que está sofrendo. Paulo Freire (1987) confirma essa afirmação ao dizer que não pode haver denúncia real sem compromisso com a transformação, nem sem ação. Desse ponto de vista, o Estado, como órgão responsável pela garantia de todos os direitos humanos, deve considerar as demandas da população em uma situação de revolta. Caso contrário, podemos dizer que o direito à liberdade e o direito de expressar descontentamento não são respeitados em sua essência. Essa liberdade de expressão que afirmamos ter é totalmente abstrata, no sentido de que as demandas da maioria sofredora não dão frutos na vida cotidiana. É por isso que exigimos um nível coletivo de violência para exigir que seus direitos sejam respeitados. Nesse contexto, Paulo Freire (2002) fala da rebeldia como uma reclamação que deve ser ampliada para uma posição mais radical e crítica, a de revolucionário, fundamentalmente proclamadora. Pois mudar o mundo implica uma dialética entre a denúncia da situação desumanizadora e o anúncio de sua superação, em nosso íntimo, em nosso sonho. Em outras palavras, trabalhar na realidade material que nos leva diretamente às realidades imateriais ou ao reino metafísico do homem. Essa rebelião da qual Freire fala faz sentido porque tem um bom propósito. Uma violação da ordem injusta estabelecida para vir com a noção de respeito à dignidade humana. “Entendemos a rebelião como um sintoma de ascensão, como uma introdução à plenitude” (Freire, 1967, p. 92).

Esse estado de plenitude em questão é um grau de liberdade física, liberdade financeira, liberdade de expressão e, basicamente, liberdade em todas essas formas que a pessoa humana obtém para viver sua vida comum de acordo com as regras da sociedade. Quando suas necessidades mais básicas são satisfeitas, o homem atinge o nível imanente com o qual seu ser sonhava. Em nossa opinião, essa rebelião ou revolução social nada mais é do que o fruto de um despertar de consciência pessoal e coletiva por parte da massa de oprimidos. É uma qualidade intrínseca que todos precisam para definir e encontrar seu verdadeiro lugar na sociedade. “Daí a necessidade de superar a situação de opressão. Isto implica um reconhecimento crítico dessa situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se possa estabelecer outra que possibilite esta busca de um ser maior” (Freire, 1987, p. 18). Veremos, então, que o objetivo de uma revolução social é

respeitar e valorizar a dignidade da pessoa humana. A maneira mais segura de transformar essa ideologia revolucionária em uma realidade concreta é por meio de uma educação boa e libertadora. Acreditamos firmemente em educar as pessoas para que se libertem. Uma pedagogia da liberdade pode auxiliar a política popular, pois a consciência significa uma abertura para a compreensão das estruturas sociais como modos de dominação e violência. “Mas cabe aos políticos, não ao educador, a tarefa de orientar esta tomada de consciência numa direção especificamente política” (Freire, 1967, p. 15).

Agora a pergunta é a seguinte: O que esperamos de uma política de libertação no Haiti? Uma revolução social-cultural, ao mesmo tempo, é um sinal da maturidade de um povo que sabe o que é bom para ele. Munido de uma educação libertadora de natureza democrática e ciente de que o futuro da nação está em suas mãos, o povo se organizará em torno de uma mesa redonda para escolher um líder. Isso será possível graças à educação, que é, portanto, fundamental para a sobrevivência de uma democracia (De Romilly, 1975). O principal objetivo do líder político deve ser orientar o povo para o bem, para o progresso e para o desenvolvimento efetivo. Ele deve ter em mente que o papel da política é administrar bem uma determinada sociedade a fim de fazê-la progredir. A única preocupação da política seria romper com a estrutura tradicional e transformar a sociedade em um desenvolvimento moderno e industrial. É nesse sentido que Álvaro Vieira Pinto (1960) nos diz que o crescimento nacional é um processo histórico.

Em nossa opinião, a evolução social de uma nação depende em grande parte da política nacional. A missão do líder será servir ao povo, e não ser servido por ele. Ele deve ser um nacionalista progressista, interessado em cuidar do bem comum para o bem de todos. Por outro lado, a interferência, a corrupção e o desperdício de bens públicos pelos representantes do povo colocarão o país em uma situação pior do que antes. Os vários representantes do povo terão de trabalhar para restaurar a soberania perdida do país. Eles devem aplicar uma política que seja consistente com o interesse primordial da nação, o qual é o desenvolvimento. Nesse sentido, a valorização e a democratização da cultura devem ser consideradas. Como diz Paulo Freire (2002), o papel da autoridade democrática não é, ao transformar a existência humana no calendário escolar tradicional, marcar lições de vida para as liberdades, mas, mesmo quando tem um conteúdo programático a propor, fazer com que as pessoas entendam, com seu testemunho, que o fundamental no conteúdo do aprendizado é a construção da responsabilidade pela liberdade que se assume. Um senso de responsabilidade compartilhada que fará com que todos se sintam envolvidos no progresso da sociedade.

Quando falamos sobre o significado de liderança, estamos nos referindo à atitude do servidor da nação que controla e conduz seu país e seu povo rumo ao desenvolvimento em um espírito de solidariedade comunitária, facilitando a convivência. Os líderes políticos conquistaram a confiança do povo para orientá-lo pelo caminho que escolheram. Eles são exemplos vivos da expressão das aspirações do povo e os representantes e defensores dos valores intrínsecos da nação. Enrique Dussel (2006) tem orgulho de dizer que a nobre profissão de político é uma tarefa patriótica, comunitária e apaixonada. Em outras palavras, o verdadeiro político não faz nada para seu próprio benefício. O que os motiva a tomar decisões é a ideia de patriotismo e os interesses do povo. Ele desenvolve um vínculo estreito de comunhão de ideias e ações com seu povo. Esse político exemplar é a expressão autêntica do povo soberano e reúne em sua pessoa todas as aspirações, objetivos, comportamento social e harmonia sonhados pelo povo. É nesse sentido que “os povos que souberam dotar-se de políticos exemplares puderam superar as dificuldades que a história lhes lançou” (Dussel, 2006, p. 114). É nesse sentido que ele criará certa comunhão entre o povo e seus representantes diretos, a fim de trabalhar pelo progresso, superando qualquer adversidade que possa surgir. Para isso, a expressão da solidariedade comum deve ser um elemento essencial para atingir os objetivos estabelecidos. Um verdadeiro líder revolucionário digno desse nome não pode agir contra a vontade do povo. Paulo Freire (1987) é claro nesse ponto quando nos diz que os líderes não podem pensar sem as massas, nem para elas, mas com elas. Portanto, há uma espécie de simbiose entre os líderes e o povo. Essa dependência recíproca não deve ser vista como uma espécie de submissão da maioria a seus líderes. Pelo contrário, é um tipo de confiança absoluta depositada naqueles que governam a nação. “O povo se torna, assim, um ator político coletivo, em vez de um 'sujeito histórico' substancialmente fetichizado” (Dussel, 2006, p. 102).

Com respeito ao relacionamento entre o líder e seu pessoal, Paulo Freire (1987) menciona o diálogo como um aspecto realmente importante para conscientizar as pessoas e mostrar-lhes o caminho para a justiça social. É um diálogo genuíno que ocorre de forma transparente, apesar das diferenças. Exige a superação de si para atingir uma dimensão em que o interesse pessoal não é mais importante do que o interesse da maioria. O que mais importa é o bem-estar coletivo. Isso se explica pelo fato de que “[...] não pode haver diálogo sem um profundo amor ao mundo e aos homens” (Freire, 1987, p. 45). Entretanto, esse diálogo dinâmico não deve ser visto como um presente dos opressores para os oprimidos. Não é um solilóquio em que um apresentador vem como um palestrante para dar seu ponto de vista sobre o que está acontecendo na sociedade e todos aceitam como evangelho. Em vez disso,

ele gira em torno de um contexto de convivência que é a prioridade de todos na sociedade, sem nenhum tipo de preconceito. Todos têm uma palavra a dizer sobre os vários desafios que os aguardam. “A participação e o diálogo são invocados como um princípio metodológico em muitas esferas, desde as mais institucionais, como o governo local, até as mais informais, como os movimentos sociais” (Buraschi; Oldano, 2022, pp. 404-419). Isso deve ser feito sem a ideia de manipular as massas. A necessidade de um bom diálogo entre os principais órgãos da sociedade é essencial para a inclusão social. Isso é conceituado pela busca de uma organização social em que haja uma aceitação da pluralidade de opiniões, diferentes maneiras de ver as coisas, interação em um espírito de abertura. Essa ideia criará um tipo de cooperação baseada na benevolência compartilhada, com todos concordando em cuidar uns dos outros. Daniel Buraschi e Natalia Oldano (2022) vão além e nos dizem que um dos principais desafios das práticas participativas é contribuir para a conquista de uma sociedade mais justa que garanta a plena participação econômica, social, cultural e política das pessoas em condições de igualdade de tratamento e de oportunidades.

Tendo a responsabilidade de administrar o espaço humano, uma das principais funções do representante do povo é organizar um comitê para administrar os assuntos internos do Estado. Em outras palavras, é seu dever criar instituições administrativas fortes para garantir o bom funcionamento da sociedade. Isso tem a ver com a criação de critérios hierárquicos para a produção de serviços eficazes para a população. Como Marcel Gauchet (2002) ressalta, o ponto de vista do político é o ponto de vista da organização geral da comunidade humana. Em outras palavras, política é sinônimo de formação de boas organizações para o progresso. Deve-se ressaltar que essas instituições devem ter um grau de independência do Estado central, embora estejam a serviço da república. Há certas instituições que devem ter o status de organizações permanentes na administração do país. Por exemplo, em todos os países do mundo onde reina a democracia, a instituição judicial é independente e tem caráter autônomo para garantir o bom funcionamento do país. Outras instituições, como a polícia e o exército do país, que estão lá para garantir a segurança de vidas e propriedades, também devem gozar de independência do estado central para realizar seu trabalho imparcialmente. Sua autonomia, que determinará sua independência, decorre diretamente do fato de que essas instituições têm o direito de se organizar para criar seu próprio orçamento funcional. A independência das instituições de que estamos falando, não deve ser vista como a do território. Pelo contrário, é a ideia de colaboração entre os vários órgãos do Estado para seu funcionamento adequado. Nesse contexto, Warner Burke W. (2022) nos diz que o desenvolvimento organizacional é um processo de mudança planejada que envolve toda a organização, com ênfase especial na

cultura e na liderança da organização. Em outras palavras, tudo deve funcionar em conjunto e abranger todos os aspectos da empresa. E tudo isso com o objetivo de alcançar o desenvolvimento eficiente do país.

Uma boa gestão de recursos humanos significa saber como cuidar bem de um corpo. Cada membro ou parte desse corpo merece um tratamento diferente. Nesse contexto, queremos falar sobre os haitianos que consideramos ser os cérebros da nação, que deixaram o país por motivos políticos e de segurança e agora estão espalhados em outros países. Essas pessoas podem colocar suas habilidades e experiência de trabalho a serviço da nação para avançar. Os políticos devem fazer todo o necessário para organizar o retorno dessas pessoas ao solo haitiano e dar-lhes a oportunidade de participar da construção do novo Haiti. Marcel Gauchet (2002) nos diz que, se quisermos pensar em uma comunidade humana como tal, temos de olhá-la do ângulo do político, o qual é o elemento pelo qual ela se ordena e se define. Em nossa opinião, isso envolve a organização adequada de pessoas e bens públicos. E uma compreensão adequada da sociedade haitiana envolve a repatriação de recursos humanos, ou todas as forças vivas da nação, para servi-la. Uma política libertadora considerará toda uma gama de aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento do indivíduo haitiano e da sociedade em geral.

3.4 Síntese

Nesta parte do nosso trabalho, que consideramos fundamental para o nosso tema de investigação, não nos contentamos apenas em identificar os problemas que a sociedade haitiana enfrenta diariamente. Entre as muitas soluções possíveis para esta situação de crise, propusemos uma que seja eficaz do nosso ponto de vista. Para isso, estudamos a estrutura da sociedade para ver que tipo de educação dá aos seus filhos e filhas para serem pessoas ao seu serviço. Isto levou-nos a descobrir que a educação no Haiti é um problema de todo o país. É um sistema educacional herdado da colonização, dos antigos colonizadores, que cria preconceitos no seio da população. Este complexo de superioridade de um estrato da população em relação a outro grupo deve-se em grande parte a uma questão de língua de ensino, que uma minoria utiliza em raras ocasiões, e uma língua que todos os haitianos utilizam no seu cotidiano. Este sistema de educação colonial não só cria distância social, como também não ajuda a resolver os problemas cruciais da sociedade. Com base nas ideias educativas e políticas de Paulo Freire, propusemos outra forma de moldar o ser haitiano para alcançar a desalienação e a descolonização mental. Na concepção freireana, trata-se de uma

educação libertadora no sentido mais profundo da palavra liberdade. Isto significa uma educação que respeita todas as normas da definição etimológica de educação. Uma educação consciente, livre de todos os preconceitos, discriminações e barreiras sociais. É um grande desafio contemporâneo estabelecer este sistema de educação contra um sistema antigo que serve um grupo de opressores que marginalizam uma grande parte da população. É por isso que nos referimos a uma política libertadora, na linha do pensamento de Freire, para auxiliar nas transformações sociais, a fim de tornar este projeto educativo libertador uma realidade. Desta forma, a juventude haitiana, em particular, deve tomar consciência da sua realidade, que não é digna de ser vivida, e fazer uma revolução social para sair de um mundo onde havia dominação dos opressores sobre os oprimidos. Propomos uma política libertadora numa perspectiva freireana como parte integrante das soluções possíveis para as crises do país, para o ajudar a sair do subdesenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, avançar para um desenvolvimento efetivo. Para isso, é essencial que homens com qualidades de liderança surjam da matriz do povo para trabalhar para transformar os recursos do país ao serviço do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a realidade atual do Haiti parece-nos muito complexo. Isto exige uma viagem à história deste país para tentar reconstruir as diferentes crises políticas, sociais e humanitárias que afetam a sociedade e ver as suas ligações com as crises atuais. No âmbito deste trabalho de investigação, o nosso principal objetivo foi realizar pesquisas sócio-históricas-antropológicas para traçar a origem de todos os males que a sociedade do Haiti atual vive. Ao mesmo tempo, propor uma nova forma de fazer as coisas para uma sociedade mais justa. Para isso, conseguimos abordar a realidade haitiana com um espírito crítico que busca novas perspectivas para reverter esta situação catastrófica. Pudemos analisar em profundidade a estrutura social do país, vendo as facetas da crise política multifacetada, as fragilidades institucionais com um povo que não acredita numa mudança de paradigma, praticando a migração com o único objetivo de encontrar um futuro melhor.

Na primeira parte do trabalho, as nossas diversas pesquisas levam-nos a ver que a crise sistêmica que atinge o Haiti é o resultado de uma convergência de fatores históricos, políticos e sociais profundamente enraizados na herança colonial e na má gestão pública. Esta crise, exacerbada por décadas de governança instável, interferência estrangeira e catástrofes naturais, revela as fraquezas estruturais das instituições haitianas. O que nos leva a ver que o Haiti é marcado por frequentes mudanças de liderança, tensões políticas e períodos prolongados de vácuo de poder. Esta instabilidade enfraquece a capacidade do Estado de estabelecer políticas de desenvolvimento coerentes e sustentáveis. A corrupção é um grande problema nas instituições haitianas. Reduz a confiança do público no governo e dificulta a governança eficaz, afetando diretamente serviços públicos como a educação, a saúde, a justiça e o controle social. A pobreza, o elevado desemprego e a dependência excessiva das importações agravam a precariedade econômica. Instituições fiscais fracas limitam a capacidade do país de arrecadar receitas, dificultando investimentos públicos significativos em infraestruturas e serviços sociais. Por outro lado, o sistema de justiça haitiano é amplamente considerado ineficaz e vulnerável à influência política. A falta de reformas significativas e a lentidão dos processos judiciais contribuíram para uma situação em que reina a impunidade, limitando a capacidade do Estado de fazer cumprir a lei e garantir a justiça. As instituições haitianas carecem dos recursos e da organização necessários para lidar com crises, sejam elas catástrofes naturais ou crises de saúde. Estas fraquezas institucionais limitam a resiliência do país aos choques externos e perpetuam a dependência da ajuda internacional. Com o aumento da violência entre gangues e a falta de recursos para a

aplicação da lei, a segurança pública é uma questão importante. As instituições de segurança não conseguem manter a ordem, criando um clima de insegurança que paralisa a economia e as atividades diárias dos cidadãos.

Ao examinar esta situação de crise no Haiti através do prisma da concepção político-educacional de Paulo Freire, destacamos a importância da educação crítica e da política libertadora para transformar estruturas sociais profundamente enraizadas na injustiça e na exclusão. Na segunda parte deste trabalho, criticamos primeiro o sistema educativo herdado da época colonial que muitas vezes impunha línguas e valores estrangeiros, perpetuando estruturas de dominação e dificultando a construção de uma identidade nacional autônoma. Num segundo momento, recorremos a Freire que apresenta a ideia de que a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimento para se tornar uma alavanca de emancipação e conscientização. Ao mesmo tempo, discutimos uma abordagem libertadora da política em que esta deve centrar-se num projeto educativo e no desenvolvimento sustentável.

No contexto haitiano, a perspectiva freiriana é crucial para desconstruir os legados da colonização e da opressão que ainda se manifestam através da língua, da cultura e das instituições. O problema linguístico na educação haitiana é uma questão importante que contribui para a falta de identidade cultural e para a persistência das desigualdades sociais. Este problema está na maioria ligado ao legado colonial, que ainda favorece o francês na educação e nas instituições, em detrimento do crioulo, língua falada pela maioria dos haitianos. Esta situação cria uma divisão linguística e identitária que afeta a qualidade da educação e limita o acesso à aprendizagem significativa para uma grande parte da população. O fato de privilegiar o francês na educação e nas interações institucionais favorece as elites e as famílias que dominam esta língua, reforçando assim a divisão entre classes sociais. Deve-se sublinhar que quando as crianças haitianas são forçadas a expressar-se em francês, uma língua que nem sempre dominam, isso afeta a sua autoconfiança e a sua capacidade de se expressarem livremente. A urgência de resolver o problema do idioma e estabelecer uma educação libertadora é destacada como fundamental para romper com a alienação e promover uma verdadeira independência cultural e mental no Haiti.

Conseguir aprender e expressar-se na sua língua materna, o crioulo, reforçaria a confiança e estimularia um melhor desenvolvimento das competências linguísticas e cognitivas. Para remediar estes problemas, seria essencial uma revolução educativa que integrasse o crioulo como principal língua de instrução. Isto aproxima os alunos da sua cultura, tradições e história, fortalecendo assim a sua identidade cultural. Uma educação

ancorada na língua e na cultura locais, inspirada no pedagogo e filósofo Paulo Freire, permitiria aos alunos se apropriarem melhor de sua identidade e desenvolverem a consciência crítica diante dos desafios sociais. Esta abordagem também encorajaria uma sociedade mais inclusiva, na qual a língua crioula e a cultura haitiana fossem valorizadas como elementos centrais da identidade nacional. Vemos que a resolução da crise haitiana não pode ser alcançada sem uma profunda transformação das mentalidades e das estruturas socioeducativas. A educação baseada no diálogo, na reflexão crítica e no respeito pelo conhecimento local poderá, assim, constituir um ponto de partida para mobilizar os haitianos em torno de um projeto de uma sociedade unida e autônoma. Ao defender uma educação que valorize a identidade e a dignidade das pessoas, Freire oferece um caminho para sair dos ciclos de dependência e crises que minaram o país durante décadas. A construção de uma cidadania crítica e engajada, ancorada na realidade haitiana, parece, portanto, ser um passo essencial na construção de um Haiti mais resiliente, justo e independente.

Na concepção freiriana, o conceito de educação libertadora anda de mãos dadas com a política libertadora. Porque é a forma de fazer política que ajudará a materializar o projeto de educação conscientizadora. Inicialmente, uma política libertadora no Haiti teria como objetivo libertar o povo das estruturas opressivas herdadas da colonização, da dependência econômica e da governança instável. Inspirado nas ideias de Freire, enfatiza a educação crítica, a inclusão social e a participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas e econômicas. Uma política deste tipo encorajaria uma população instruída, consciente da dinâmica do poder e capaz de pensar criticamente. Isto criaria cidadãos ativos, capazes de participar nas decisões que afetam as suas vidas e de responsabilizar os seus líderes.

Num segundo momento, esta perspectiva de uma política libertadora ajudará a combater as desigualdades sociais. Isto é, trabalhar para reduzir as disparidades na riqueza e no acesso aos recursos. Isto incluiria programas para garantir serviços básicos acessíveis a todos, tais como saúde, educação, água potável e eletricidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. Para ir ainda mais longe, ao promover as empresas locais e as cooperativas comunitárias, uma política libertadora poderia reduzir a dependência econômica das importações e da ajuda internacional. Encorajaria o desenvolvimento de setores econômicos sustentáveis, fortalecendo assim a economia local e criando empregos para os haitianos. Ao promover um sistema de governança baseado na transparência, na participação dos cidadãos e na responsabilização dos líderes, esta nova forma de abordar a política ajudaria a construir instituições fortes e resistentes à corrupção. Isto poderia ajudar a estabilizar o país e reforçar a confiança da população nas instituições públicas. Esta política

também daria especial ênfase ao respeito pelos direitos humanos e pela justiça social, combatendo a discriminação em todas as suas formas e promovendo a inclusão de todos os grupos, incluindo a grande maioria silenciosa, considerada uma minoria marginalizada. Isto permitiria construir uma sociedade mais harmoniosa e que respeitasse os direitos de todos.

A solução inspirada em Freire para superar esta crise multifacetada no Haiti é uma profunda revolução social, cultural e institucional. Isto deverá incluir medidas para reforçar a transparência, reduzir a corrupção e estabelecer práticas de governança responsáveis. É imperativo que a educação seja colocada no centro da agenda política. Porque segundo a concepção de Freire, a educação é acima de tudo um ato político. Este casamento entre política e educação crítica e sensibilizadora, uma vez concluído, poderá também desempenhar um papel fundamental na formação de uma população capaz de reivindicar os seus direitos e exigir instituições sólidas e funcionais. Isto trará resultados não apenas como meio de instrução, mas também como ferramenta de emancipação e transformação social. A adoção de uma educação democrática e inclusiva, baseada nos princípios freirianos, pode aliviar as crises atuais, mas também preparar o caminho para um futuro de paz, prosperidade e um verdadeiro desenvolvimento sustentável para o Haiti. Neste contexto, a educação parece ser um elemento central, embora muitas vezes negligenciado, para a construção de um futuro mais promissor para o país. A proposta de Paulo Freire para uma educação libertadora e sensibilizadora oferece um caminho viável e transformador para o Haiti. Ao promover a descolonização mental e a consciência crítica, esta abordagem pode permitir aos haitianos reconhecer e combater as estruturas de opressão que continuam a limitar o desenvolvimento nacional. Sabemos que a educação é essencial para o desenvolvimento das nações, especialmente as em desenvolvimento, sendo diretamente influenciada pelas políticas de Estado.

A proposta de Paulo Freire para tirar o Haiti desta crise é uma educação e uma política libertadora cujo objetivo será criar um ambiente em que cada cidadão possa participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa, autônoma e ancorada na sua identidade. Isso forneceria ao povo haitiano as ferramentas necessárias para superar as barreiras históricas e estruturais que impediram o seu desenvolvimento e para construir um futuro mais próspero e resiliente. Mas, temos que fazer uma revolução no sistema educativo, social e cultural. A partir de Paulo Freire, podemos afirmar que o casamento entre política e educação é a chave para libertar as mentes e transformar a sociedade haitiana para o desenvolvimento.

5 REFERÊNCIAS

Livro:

- AUDEBERT, Cédric, Le contexte historique de la migration haïtienne, Chapitre 1, In: *La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux*, Rennes, PUR, 2012.
- BURKE, W. Warner. Organization development. En *Oxford Research Encyclopedia of Psychology*. 2022.
- BURSZTYN, Marcel; LEITÃO, Pedro; CHAIN, Arnaldo. *Que crise está?* São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CEBERT, Hermann. *Le vrai discours actuel de Hermann Cebert*, 2015. 2021.
- CESAIRE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal*, Bordas, 1947.
- CHARLES, Etzer. *Le pouvoir politique en Haïti de 1957 à nos jours*, Editions Katharla et ACC, 1994.
- CHÂTAIGNER, Jean-Marc, MAGRO Hervé. *Etats et sociétés fragiles: Entre conflits, reconstruction et développement*. KARTHALA Editions, 2007.
- DE LANDSHEERE Viviane; DE LANDSHEERE, Gilbert. *Définir les objectifs de l'éducation*. Paris: PUF, 1978.
- DEMONT, Paul. Tirage au sort et démocratie en Grèce ancienne. *La Vie des idées*, 2010, vol. 22.
- DE ROMILLY, Jacqueline. *Problèmes de la démocratie grecque*. Paris: Hermann, 1975.
- DORVILIER Fritz. *La crise haïtienne du développement. Essai d'anthropologie dynamique*, Les Presses de l'Université Laval, 2012.
- DUPONT, Benoit; Grabosky P; Shearing C; & Tanner, S. La gouvernance de la sécurité dans les États faibles et défaillants. *Champ pénal/ Penal field*, 2007, vol. 4.
- DUPONT, Louis. Haïti à l'épreuve du covid-19: impact économique potentiel du virus et détermination du seuil optimal de dépenses publiques qui maximise la croissance économique du pays. *Études caribéennes*, 2021, no 49.
- DUSSEL, Enrique. *20 tesis de política*. Siglo XXI, 2006.
- FANON, Frantz. *Les Damnés de la Terre*, Ed. Kiyikaat, 1961.
- FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*, Seuil, 1952 ; rééd. Seuil, coll. « Point/Essais », 1971.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 25 Edição, Paz e Terra, Brasil, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17a, ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GLISSANT, Édouard. *Poétique de la Relation*, Gallimard, Paris, 1990.
- GOVAIN, Renauld. L'état des lieux du créole dans les établissements scolaires en Haïti. Contextes et didactiques. *Revue semestrielle en sciences de l'éducation*, 2014.
- HOFFMANN, Léon-François. *Littérature d'Haïti*. EDICEF / AUPELF, Paris 1999.
- HURBON Laënnec. *Pour une sociologie d'Haïti au XXIe siècle. La démocratie introuvable*, Editions KARTHALA, 2001.
- JABOUIN, Evens. *La crise contemporaine haïtienne: entre manœuvres politiques et corruptions*. Études caribéennes, 2020.
- JOSEPH, Willème Lucien. *La corruption gouvernementale, un frein au développement économique d'Haïti*, 2006.
- KELLY, Celso. *Política da educação*. Reper Ed., 1969.
- LE GOURIELLEC, Sonia. La menace stratégique des États faibles: quand les faits relativisent la théorie. Paris, *IRSEM Note de recherche stratégique*, 2015.

- LUZINCOURT, Ketty; GULBRANDSON, Jennifer. *Education and Conflict in Haiti*. US Institute of Peace, 2010.
- MEUDEEC, Marie. Corps, violence et politique en Haïti. *Aspects sociologiques*, 2007.
- MICHEL Claudine; BELLEGARDE-SMITH Patrick (ed.). *Vodou in Haitian life and culture: invisible powers*. Springer, 2006.
- MONTA, S Rémy. *La pauvreté en Haïti: Situation, causes et politiques de sortie*. Commission Economique pour l'Amérique Latine et les Caraïbes 2005.
- OMOTUNDE, Jean-Philippe. *Discours afrocentriste sur l'aliénation culturelle*. menaibuc, 2006.
- PÉAN, Leslie. Corruption et gestion chaotique de la société. *Haiti perspective*, 2012.
- PINTO Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*, Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- REIS, Palhares Moreira. *Introducao a ciência política*. 3. ed. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1978.
- ROSENTHAL, Gert. *Haiti: questions relatives au développement à court et à long terme*. 2005.
- VANDERERF Bob; HEERING Liesbeth (ed.). *Causes of international migration*. Diane Publishing, 1996.

Artigo de periódico em meio eletrônico:

- ANDRÉ, Géraldine. École, langues, cultures et développement: une analyse des politiques éducatives, linguistiques et culturelles postcoloniales au Burkina Faso. *Cahiers d'études africaines*, 2007, p. 221-248.
- BURASCHI, Daniel; OLDANO Natalia. La herencia de Paulo Freire en las prácticas participativas dialógicas. *RES, Revista de Educación Social*, 2022, p. 404-419.
- BRODEUR, Magaly. Cahier thématique: Développement économique et création d'emplois, *Haïti Perspectives*, vol. 1 • no 50 2 • Été 2012.
- CHENE, Marie Chêne, *Transparency International*, 2014.
- CRÉTOIS, Nastasia. *Jeux d'acteurs et blocages institutionnels dans l'élaboration de la Stratégie Nationale de Souveraineté et de Sécurité Alimentaire en Haïti*. 2018. Tesis Doctoral. Sciences Po Toulouse.
- DA SILVA, Leda Maria Messias; DE LIMA, Sarah Somensi. Imigração Haitiana no Brasil: os Motivos da Onda Migratória, as Propostas para a Inclusão dos Imigrantes e a sua Proteção à Dignidade Humana/Haitian Immigration in Brazil: the Migration Wave Reasons, the Proposals for Inclusion of Immigrants and their Protection for Human Dignity. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, 2016.
- DAMÉUS Alix; FRANÇOIS, Jean Ribert. Contribution de l'agriculture et des sources de revenu non agricole à la sécurité alimentaire des exploitations agricoles familiales d'Haïti: Cas de la commune de Jean-Rabel. *Haïti Perspectives*, 2017, vol. 5, no 4, p. 13-24.
- DUVAL, Frantz. L'embarrassant rapport PetroCaribe, transféré à la cour des Comptes, reste en vie. *Le Nouvelliste*. 01/02/2018. Disponible em: <https://www.lenouvelliste.com/article/182763/lembarrassant-rapport-petrocaribe-transfere-a-l-a-cour-des-comptes-reste-en-vie>
- GAUCHET, Marcel. Les tâches de la philosophie politique. *Revue du MAUSS*, 2002, p. 275-303.
- HEINE, Jorge; VERLIN, Jan. Modes de gouvernement en Haïti après le séisme de 2010. *Cahiers des Amériques latines*, 2014, p. 15-24.
- HUMANITARIAN ACTION. *Haiti*, 2023. Disponible em: <https://humanitarianaction.info/plan/1121>
- JOSEPH, Kerline; ROUSSEL, Mélissa. La sécurité des femmes haïtiennes, une préoccupation à intégrer dans les pratiques du pays. *Haïti Perspectives*, 2013, vol. 2, no 3, p. 21-24.

Journal Le Nouvelliste, Haiti.

KIANERSI Sina et al. Associations between hurricane exposure, food insecurity, and microfinance; a cross-sectional study in Haiti. *World development*, 2021, vol. 145, p. 105530.

KOCHIE AKOU, Olga. Politique d'éducation, éducation politique: vers un rôle émancipateur de l'éducation. *LAKISA*, 2023, no 5, p. 114-123.

LAROSE, Serge. De la complexité des motifs de la migration: le cas haïtien. *International Review of Community Development*, 1985, p. 23-31.

LABELLE, Micheline; LAROSE, Serge; PICHE, Victor. Émigration et immigration: les Haïtiens au Québec. *Sociologie et sociétés*, 1983, p. 73-88.

LÊ, Thành Khôi. Culture et développement. *Revue Tiers Monde*, 1984, p. 9-28.

MANIGAT, Sabine. Haïti: un mouvement social entre dérives et confiscations. *Alternatives Sud*, 2011, p. 179-184.

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, Haiti-Reference.

N'GANA, Yéo. Uma tradução de Decoloniser l'esprit de Ngugi wa Thiong'o: A translation of Ngugi wa Thiong'o, Decoloniser l'esprit. *Rónai–Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, 2018, p. 93-102.

PEDROSO NETO, Antonio José; MONACE, Jhon Kelly. Liens entre Brésil et Haïti: Stratégies de Reproduction des Familles, Réseaux Socio-Économiques et Voyer Kòb. *DADOS*, Rio de Janeiro, vol.65 (2), 2022, p. 1-33.

PIERRE Louis Naud. La juridicisation de la vie sociopolitique et économique en Haïti. Enjeux et limites. *Droit et société*, 2007, p. 123-151.

SAINT-GERMAIN, Michel. Problématique linguistique en Haïti et réforme éducative: quelques constats. *Revue des sciences de l'éducation*, 1997, p. 611-642.

SAINT-VICTOR Alain; EXENTUS Renel. Haïti: migration et surexploitation. *Nouveaux Cahiers du socialisme*, 2022, p. 29-35.

SCHUBERTH, Moritz. A transformation from political to criminal violence? Politics, organised crime and the shifting functions of Haiti's urban armed groups. *Conflict, Security & Development*, 2015, p. 169-196.

STEIN, Suzana Albornoz. *Por uma educação libertadora*. Petrópolis, Vozes, 1984.

THÉODAT, Jean-Marie. Haïti. *Diplomatie*, 2021, no 112, p. 27-31.

THOMAS, Frédéric. Haïti: Le cercle vicieux de la vulnérabilité. *Cetri–Centre Tricontinental*, 2018, p. 1-3.

VERLIN, Jan. Haïti: État failli, État à (re) construire. *Cahiers des Amériques latines*, 2014, vol. 2014, no 75, p. 25-40.

YOUSSEF, Valerie. Issues of bilingual education in the Caribbean: The cases of Haiti, and Trinidad and Tobago. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 2002, p. 182-193.